

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

ERICSON ARAÚJO DA COSTA

**A GESTÃO ESCOLAR E A RESPONSABILIZAÇÃO: O PAPEL DA
PARTICIPAÇÃO FAMILIAR PARA MELHORIA DA APRENDIZAGEM DOS
ALUNOS EM UMA ESCOLA DO ESTADO DO ACRE**

**JUIZ DE FORA
2015**

ERICSON ARAÚJO DA COSTA

**A GESTÃO ESCOLAR E A RESPONSABILIZAÇÃO: O PAPEL DA
PARTICIPAÇÃO FAMILIAR PARA MELHORIA DA APRENDIZAGEM DOS
ALUNOS EM UMA ESCOLA DO ESTADO DO ACRE**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. Lourival Batista de Oliveira Júnior

JUIZ DE FORA
2015

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

COSTA, Ericson Araújo da .

A GESTÃO ESCOLAR E A RESPONSABILIZAÇÃO : O PAPEL DA PARTICIPAÇÃO FAMILIAR PARA MELHORIA DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS EM UMA ESCOLA DO ESTADO DO ACRE / Ericson Araújo da COSTA. -- 2015.

135 p.

Orientador: Lourival Batista de Oliveira JÚNIOR
Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2015.

1. Responsabilização Escolar. 2. Participação Familiar. 3. Envolvimento Parental. I. JÚNIOR, Lourival Batista de Oliveira, orient. II. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

ERICSON ARAÚJO DA COSTA

A GESTÃO ESCOLAR E A RESPONSABILIZAÇÃO: O PAPEL DA PARTICIPAÇÃO FAMILIAR PARA MELHORIA DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS EM UMA ESCOLA DO ESTADO DO ACRE

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de
Dissertação do Mestrado Profissional CAEd/ FAGED/ UFJF, aprovada em
27/01/2015.

Prof. Dr. Lourival Batista de Oliveira Júnior

Dr^a. Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim

Dr^a. Maria Andreia de Paula Silva

Juiz de Fora, 27 de Janeiro de 2015.

Dedico este trabalho em memória de minha irmã Maria Rosangela da Costa Taveira; à minha família; à minha esposa, Manuela Oliveira das Chagas; à minha filha, Maria Valentina Oliveira Araújo da Costa, e a todos os profissionais da educação do estado do Acre.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a todos da equipe do Programa de Pós-graduação Profissional da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela proposição de promover a especialização de todos os profissionais em educação deste país. Ao Governo do Estado do Acre e à Secretaria de Estado de Educação (SEE), pela oferta do curso e a possibilidade de crescimento profissional de seus docentes.

Aos professores de todas as disciplinas e seus respectivos tutores, em especial à Fernanda Amaral, Michelle Gonçalves Rodrigues, Helena Rivelli de Oliveira e Johnny Hara; ao meu orientador, Prof. Dr. Lourival Batista de Oliveira Júnior, a quem faço um agradecimento especial, e a todos esses pela ousadia em fazer algo pela educação brasileira e nos colocar no meio do desafio da busca de uma educação melhor para todos.

Gostaria de agradecer à minha família, fonte de inspiração, em memória de meu avô/pai, Raimundo Oscar da Costa, vulgo “Oscar Trovão”, pela minha criação e seus ensinamentos. À minha avó/mãe, Luzia Maria de Araújo Costa, pelo amor e dedicação no trato para com minhas travessuras. Aos meus irmãos, por acreditarem na minha capacidade intelectual e profissional, e, de forma subliminar, em memória da pessoa que sempre acreditou que eu poderia vencer os desafios, que foi minha irmã Maria Rosângela da Costa Taveira. Este trabalho é em sua memória e pela sua capacidade de acreditar em uma educação de qualidade para todos.

Agradeço a todos os cursistas da turma de 2012, pela partilha do conhecimento, de modo especial a Alfredo Carnevalli Motta, Welington Luís Sachetti, Robertson Saraiva dos Santos, Fernanda Ferreira Mota Sena, Corina Bastos Bitu, e aos meus parceiros de estado que compartilharam das nossas angústias no decorrer desses dois anos, Wudson Chaves da Silva, Adriana de Araújo Farias, Jaciane Ribeiro Correa Petter, e Maria Janaina de Oliveira Gordiano Nascimento.

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.

Paulo Freire

RESUMO

Esta dissertação, desenvolvida no Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora, é resultado de uma pesquisa que investigou ações voltadas à efetivação do envolvimento parental na vida escolar e, conseqüentemente, na melhoria do desempenho dos alunos do Ensino Fundamental de uma escola do interior do Acre. Nosso principal objetivo foi detectar o que já havia sido feito nessa instituição de ensino em relação ao fomento de ações de envolvimento parental, relativo à responsabilização das famílias, partindo do pressuposto de que as iniciativas deveriam ser criadas pela escola através de seu corpo docente. A investigação se baseou na análise documental, por do Projeto Político Pedagógico da escola e dados documentados durante a reelaboração do mesmo, além da aplicação de questionários para a equipe gestora, a uma amostra de professores do Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, ao presidente e vice-presidente do Grêmio Estudantil e ao representante dos pais no Conselho Escolar da escola pesquisada. Nossa análise dos dados coletadas foi feita em diálogo com os estudos de Epstein (1989) e Epstein e Dauber (1991), que propõem seis formas de envolvimento parental, das quais nos apropriaremos de três consideradas mais pertinentes ao nosso foco de análise das ações desenvolvidas pela escola EBA; além das considerações de Lahire (1997) sobre a influência das condições socioeconômicas no desenvolvimento da aprendizagem e sua ligação com o conceito de envolvimento parental. A investigação nos permitiu perceber que não havia iniciativas concretas de incentivo ao envolvimento das famílias com a vida escolar dos alunos. Com base nesses pressupostos, elaboramos um Plano de Ação Educacional com vistas à institucionalização do envolvimento parental nessa unidade escolar, contribuindo, assim, com a melhoria do desempenho dos alunos de vários níveis socioeconômicos aos quais a escola atende.

Palavras-chave: Responsabilização Escolar. Participação Familiar. Envolvimento Parental.

ABSTRACT

This dissertation is the result of a survey on the actions to the concrete realization of parental involvement in the learning process and, consequently, improving the performance of elementary school students in a school in the interior of Acre. Our main goal was to detect what had already been done in this institution in relation to the development of parental involvement actions on the responsibility of families, assuming the initiatives being taken by the school through its faculty. The research was based on document analysis through the school Pedagogical Policy Project, and the use of data collected through the questionnaires for the management team, to elementary school teachers from 1st to 9th grade students and vice president student-body president and the representative of parents in the school board of the studied school. Such research, as well as allow us to analyze the case management also allowed us to introduce the school community searched an Educational Action Plan to serve as the parental involvement institutionalization parameter in this school unit, thus contributing to the improvement of the performance of students of various socioeconomic levels to which the school serves.

Keywords: School Accountability. Family Participation. Parental Involvement.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------------|---|
| AEE | Atendimento Educacional Especializado |
| BDE | Bônus de Desempenho Educacional |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BSP | Benefícios de Superação da Extrema Pobreza |
| CAEd | Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação |
| CRAS | Centro de Referência de Assistência Social |
| CEFLORA | Centro de Formação e Tecnologia da Floresta |
| EJA | Ensino de Jovens e Adultos |
| ENEM | Exame Nacional do Ensino Médio |
| FEM | Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDEB | Índice de Desenvolvimento da Educação Básica |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| IDHM | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal |
| IMPA | Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| MEC | Ministério da Educação |
| PAE | Plano de Ação Educacional |
| PDDE | Programa Dinheiro Direto na Escola |
| PDE | Plano de Desenvolvimento da Educação |
| PDE - Escola | Plano de Desenvolvimento da Escola |
| PETI | Programa de Erradicação do Trabalho Infantil |

| | |
|---------|--|
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PPP | Projeto Político Pedagógico |
| PQE | Programa de Qualidade na Escola |
| PSE | Programa Saúde na Escola |
| PUC-RJ | Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro |
| SAEB | Sistema de Avaliação da Educação Básica |
| SAEPE | Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco |
| SEAPE | Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar |
| SEAPROF | Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas |
| SEE/AC | Secretaria de Estado de Educação e Esporte do Acre |
| SENAC | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial |
| SPE | Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas |
| UFOP | Universidade Federal de Ouro Preto |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância |
| VDG | Prêmio de Valorização e Desenvolvimento da Gestão |
| VDP | Prêmio Anual de Valorização e Desenvolvimento Profissional |

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Organograma Pedagógico-Administrativo da Escola EBA (PPP, 2013)...

Erro! Indicador não definido.

Figura 2 Modelos das esferas sobrepostas de Epstein 88

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|-----------|---|----|
| Gráfico 1 | Comparativo do IDEB do Estado do Acre - Anos Iniciais do Ensino Fundamental em relação ao IDEB Nacional | 29 |
| Gráfico 2 | Comparativo do IDEB do Estado do Acre - Anos Finais do Ensino Fundamental em comparação com o Nacional | 29 |
| Gráfico 3 | Resultados da Escola EBA no IDEB – Anos Iniciais | 30 |
| Gráfico 4 | Resultados da Escola EBA no IDEB – Anos Finais | 31 |
| Gráfico 5 | Docentes Efetivos da SEE/AC lotados na Escola EBA por área de formação | 37 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|----------|--|-----|
| Quadro 1 | Perfil dos Discentes da Escola EBA | 42 |
| Quadro 2 | Sujeitos que responderam aos questionários | 54 |
| Quadro 3 | Tipos de envolvimento parental..... | 63 |
| Quadro 4 | Temáticas a serem trabalhadas na formação continuada dos professores | 102 |
| Quadro 5 | Síntese das ações da Gestão Escolar para os professores | 103 |
| Quadro 6 | As ações de envolvimento parental nas atividades escolares e em casa | 105 |
| Quadro 7 | Ações e os tipos de envolvimento de qual fazem parte | 106 |
| Quadro 8 | Resumo das Ações do Plano de Intervenção que serão institucionalizadas no PPP | 108 |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|--------------------------------------|
| | INTRODUÇÃO | Erro! Indicador não definido. |
| 1 | AS AÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR QUANTO AO PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO DOS PAIS NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS | 20 |
| 1.1 | A Escola EBA | 23 |
| 1.1.1 | O Perfil da Equipe Gestora | 32 |
| 1.1.2 | O Perfil do Quadro Docente da Escola EBA | 35 |
| 1.1.3 | O perfil dos alunos da Escola EBA..... | 39 |
| 1.2 | Os projetos desenvolvidos pela Escola EBA | 45 |
| 1.3 | O Conselho Escolar da Escola EBA | 51 |
| 2 | O PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO DO ENSINO POR MEIO DO ENVOLVIMENTO PARENTAL | 53 |
| 2.1 | Da participação familiar ao envolvimento parental | 55 |
| 2.2 | Os projetos desenvolvidos pela Escola EBA frente ao envolvimento parental | 59 |
| 2.2.1 | A avaliação da equipe gestora da escola EBA com relação ao envolvimento parental | 74 |
| 2.2.2 | Os professores e suas concepções de envolvimento parental | 79 |
| 2.3 | O Conselho Escolar e as percepções gerais para as ações de envolvimento parental na Escola EBA | 900 |
| 3 | O PLANO DE INTERVENÇÃO ESCOLAR – AÇÕES COLETIVAS DA GESTÃO ESCOLAR E DAS FAMÍLIAS PARA O APRIMORAMENTO DO ENVOLVIMENTO PARENTAL DA ESCOLA EBA | 98 |
| 3.1 | A articulação da gestão escolar para os docentes frente ao envolvimento parental | 101 |
| 3.2 | Estratégias de envolvimento das famílias na escola e em casa | 104 |

| | | |
|------------|--|------------|
| 3.3 | A institucionalização das ações de envolvimento parentaça através do PPP..... | 107 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 110 |
| | REFERÊNCIAS..... | 112 |
| | APÊNDICES | 121 |

INTRODUÇÃO

A presente dissertação teve como objetivo investigar as ações da gestão escolar da Escola EBA¹ no município de Porto Walter, estado do Acre, voltadas para a responsabilização das famílias na vida escolar de seus filhos. Assim, o foco da pesquisa centrou-se na análise das ações educacionais desenvolvidas pela instituição de ensino para a promoção do envolvimento dos pais e responsáveis no processo de aprendizagem de seus filhos ou entes sob tutela, estimulando, assim, a responsabilização de toda a comunidade envolvida nesse processo. Para tanto, concentramos a pesquisa nas ações desenvolvidas entre os anos de 2009 e 2013, período que compreende o mandato completo da última equipe gestora à frente dessa instituição de ensino. Analisamos também diversas versões do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola para descrever os projetos desenvolvidos pela sua equipe gestora nesse período. Acompanhamos, ainda, as ações do Conselho Escolar, pois, em sua composição, encontramos a presença de pais e responsáveis pelos alunos.

Por adotarmos o termo responsabilização em nossa pesquisa, é importante salientar a existência de diversos significados demarcados no campo educacional. Diante desse fato, esclarecemos que, no contexto desta investigação, o conceito de responsabilização é compreendido, sob a inspiração de Reis (2008), como um processo em que as famílias possam ter um maior envolvimento na vida escolar de seus filhos, oportunizando, por fim, uma ação educativa com vistas à melhoria do ensino oferecido pela escola.

Como um segundo objetivo, ao final desta dissertação, apresentamos um Plano de Intervenção Educacional, que consiste na formulação de ações, a partir das observações empíricas efetuadas na Escola EBA, com o objetivo de auxiliar a gestão escolar no aprimoramento das estratégias de conscientização sobre o processo de responsabilização educacional das famílias dos alunos nas atividades escolares de seus filhos. Neste plano, apresentamos, ainda, uma revisão da proposta pedagógica da Escola EBA e sugerimos algumas modificações em seu

¹ Nome fictício dado à escola analisada.

Projeto Político Pedagógico (PPP) com vistas à melhoria do processo de ensino e aprendizagem realizado pela instituição.

A escolha da Escola EBA como locus para a realização da pesquisa ocorreu em razão dos baixos índices apresentados por seus alunos nas avaliações externas a nível nacional e estadual, como os obtidos na Prova Brasil, no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e no Sistema Estadual da Aprendizagem Escolar (SEAPE). Além disso, essa unidade escolar se localiza em uma área de difícil acesso no interior do Acre, o que constitui um dos principais fatores da alta rotatividade dos professores. Considerando que essa alta rotatividade esteja intrinsecamente ligada às médias baixas obtidas por esses alunos nas avaliações externas, supomos que uma maior responsabilização parental pelo processo de aprendizagem poderia compensar a rotatividade docente, minimizando os danos acarretados na aprendizagem dos alunos.

Como recurso metodológico, realizou-se uma análise documental sobre o Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino, na qual foram investigadas as discussões relativas às formas de responsabilização por parte de todos os membros da escola no que diz respeito à aprendizagem dos alunos e, em especial, às diretrizes para a instrumentalização e envolvimento das famílias por meio de ações desenvolvidas pela Escola EBA.

Na análise documental empreendida no PPP do ano de 2013, utilizamos as entrevistas institucionais feitas pela equipe gestora para a modificação do PPP em janeiro de 2013. A escolha dos entrevistados para a realização dessas entrevistas, cujo objetivo era colher informações sobre as expectativas dos entrevistados em relação ao ensino que a escola desenvolve, ocorreu de forma aleatória entre alunos e representantes do Grêmio Estudantil, professores, pessoal técnico-administrativo, servidores e pais. As perguntas versaram sobre as expectativas da comunidade escolar em relação aos resultados da escola nas avaliações externas, ao clima escolar na instituição e ao modo com que se desenvolve o trabalho da equipe gestora. Também formulamos questões em que os respondentes deveriam expressar suas opiniões sobre o que prejudica o ensino na escola e quais seriam as maiores dificuldades encontradas pelo Grêmio Estudantil no que diz respeito ao seu funcionamento. Propusemos, ainda, perguntas sugestivas sobre as atividades que

poderiam ser desenvolvidas em seu interior e quais ações poderiam ser empreendidas para o envolvimento das famílias na escola e em seus projetos.

As indagações tinham como objetivo conhecer sobre a realidade escolar da equipe gestora, possibilitando-lhe, assim, traçar uma proposta pedagógica que contemplasse as expectativas dos diversos segmentos que compõem a unidade de ensino, bem como tentar suprir a ausência de ações de envolvimento dos pais na escola, como evidenciavam os coordenadores de ensino naquele momento.

Por fim, além da observação direta da instituição de ensino e da análise documental, também aplicamos questionários² aos membros da equipe gestora – Coordenador de Ensino e Coordenador Pedagógico –, aos professores do Ensino Fundamental, ao presidente e ao vice-presidente do Grêmio Estudantil e ao representante do seguimento dos pais que faz parte do Conselho Escolar. A escolha do presidente e do vice-presidente do Grêmio Estudantil e do representante dos pais no Conselho Escolar se mostrou necessária para que pudéssemos aprofundar a investigação sobre a relação da escola com as famílias de seus alunos por meio de ações de envolvimento.

Procedemos à exposição desta pesquisa em três capítulos. No primeiro, descrevemos a Escola EBA com o objetivo de evidenciar nosso caso de gestão. Para tanto, em um primeiro momento, abordamos o conceito de responsabilização a partir do princípio de *accountability*³, demonstrando como o surgimento das avaliações que mensuram a qualidade da educação influenciou o processo de responsabilização dos profissionais da educação em nível nacional. No que diz respeito ao estado do Acre, onde está inserida a Escola EBA, observamos que a política de responsabilização não atinge as famílias dos alunos, o que pode consistir numa possível ausência de estratégias formuladas pela Secretaria de Educação do Estado do Acre para uma maior integração entre escola e família.

Após nossas considerações iniciais, contextualizamos a unidade escolar investigada em vista dos perfis da equipe gestora, dos professores e do corpo

² Os questionários se encontram como apêndices nesta dissertação, bem como a apresentação do pesquisador.

³ Termo de língua inglesa, sem tradução exata para o português, utilizado em referência à obrigação de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados. É comum vermos o termo “responsabilização” usado com esse mesmo objetivo. No âmbito das discussões sobre desempenho educacional, a responsabilização envolve os atores responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem e seus resultados. Não há, contudo, um consenso sobre a participação familiar como um desses atores, mas optamos por incluí-lo nesse conjunto.

discente. Com base na análise dos Projetos Político Pedagógicos da escola, dos anos de 2009 a 2013, bem como da atuação do Conselho Escolar, elucidamos os projetos realizados, evidenciando aqueles voltados para o desenvolvimento do processo de responsabilização educacional da comunidade escolar em prol do bom desempenho dos discentes.

No segundo capítulo, apresentamos a análise dos dados colhidos mediante a observação dos documentos da escola e também da aplicação dos questionários, relacionando-os com o referencial teórico relativo ao tema do envolvimento parental. Analisamos, ainda, os dados referentes aos projetos da escola, mais especificamente os pedagógicos e as ações embutidas nestes, que têm por objetivo uma maior aproximação das famílias com a vida escolar de seus filhos. Também trabalhamos com as percepções da equipe gestora, dos professores, do Grêmio Estudantil e do Conselho Escolar mediante o uso de dados coletados através da aplicação de questionários e de seus relatos nas respostas para descobrir o que a escola tem feito em prol do envolvimento parental. Por meio dessas análises, foi possível detectar as formas de envolvimento parental empreendidas pelos atores escolares, partindo da escola, e suas possíveis falhas.

O suporte teórico adotado nesta etapa consiste nos estudos de Epstein (1989) e Epstein e Dauber (1991), que propõem seis formas de envolvimento parental, das quais nos apropriaremos de três que achamos mais pertinentes ao nosso foco de análise das ações desenvolvidas pela escola EBA. Trata-se de formas de envolvimento relacionadas à comunicação da escola com as famílias dos alunos, ao envolvimento dos pais nas tarefas escolares feitas em casa e à partilha de ações colaborativas entre escolas e organizações que fazem parte da comunidade escolar.

Além disso, recorreremos também às considerações de Lahire (1997) sobre a influência das condições socioeconômicas no desenvolvimento da aprendizagem e sua ligação com o conceito de envolvimento parental. Este autor (LAHIRE, 1997) descreve um contexto semelhante ao encontrado na comunidade escolar da Escola EBA. Tal aproximação nos permite formular a hipótese de que a prática do envolvimento parental inibe considerações pejorativas que relacionam, estritamente, a baixa aprendizagem às condições de vulnerabilidade financeira.

Utilizamos ainda os aportes teóricos de Brooke, Cunha e Faleiros (2011), Lück (2000; 2010), Motta (2013) e Paro (2000; 2003; 2007) para subsidiar nossas concepções acerca de temas que se avizinham à temática de envolvimento parental,

como é o caso de gestão democrática, *accountability*, entre outros assuntos relevantes ao processo de busca por ações escolares de envolvimento parental. Com base nesses autores, constatamos que há uma relação entre envolvimento parental e desempenho acadêmico dos alunos e que precisamos fazer uma reflexão no tocante ao que vem sendo feito pela escola pesquisada para a melhoria das iniciativas de aproximação com as famílias em favor da aprendizagem de seus filhos.

Outra abordagem não menos importante que a anterior e que também trata dos tipos de aproximação com a comunidade escolar envolvendo pais e voluntários é a proposição feita por Bhering e Blatchford (1999), que foi utilizada nesta pesquisa para o estabelecimento do percurso que a escola utilizou para sua análise com relação às ações por ela empreendidas para aproximar-se a escola da comunidade, tendo como princípios norteadores os conceitos de envolvimento parental, ajuda e comunicação. Em seguida, com base na articulação entre esse suporte teórico e a observação empírica efetuada na Escola EBA, apresentamos, no terceiro capítulo, um Plano de Intervenção Educacional, descrito no terceiro parágrafo desta introdução.

Por fim, vale destacar ainda que muito se tem discutido sobre os benefícios do envolvimento parental para uma aprendizagem eficaz dos alunos das escolas públicas brasileiras. Nessa perspectiva, Epstein (1989) aponta as novas referências com relação às configurações das famílias, bem como as mudanças envolvendo as responsabilidades que podem ser assumidas por pais e mães com relação ao envolvimento parental para a aprendizagem dos filhos.

Destarte, trazemos, a seguir, o primeiro capítulo constituinte desta dissertação, no qual descrevemos a Escola EBA e apresentamos conceitos fundamentais para a compreensão do caso de gestão a ser analisado.

1 AS AÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR QUANTO AO PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO DOS PAIS NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS

O processo de responsabilização na educação, já há algum tempo, é um tema recorrente em debates educacionais. Como marco histórico dessa temática, pode-se citar o ano de 1983, momento em que os Estados Unidos, por meio de uma comissão nacional, publicaram um relatório sobre os rumos em que se encontrava a educação em seu território. Chamado *Uma nação em risco*, “[...] o relatório causou furor ao fazer uma série de previsões sombrias sobre o próprio futuro daquele país devido à baixa qualidade do ensino das suas escolas” (BROOKE; CUNHA; FALEIROS, 2011, p. 17). O diagnóstico apontado pelo documento ocasionou a reformulação do sistema educacional americano em prol de uma melhoria dos resultados do processo de ensino.

De acordo com Brooke, Cunha e Faleiros (2011), a responsabilização americana referia-se principalmente ao uso da avaliação externa como instrumento da reforma educacional, tanto no monitoramento dos avanços quanto no sentido de ser o meio principal para a divulgação e execução das mudanças desejadas. Essa mudança “[...] colocou o desempenho dos alunos no centro das atenções, como objetivo primordial do trabalho da escola e legitimou o uso das avaliações externas para medir a eficácia da escola e dos professores no cumprimento dessa tarefa” (BROOKE; CUNHA; FALEIROS, 2011, p. 17). Por fim, o relatório *Uma nação em risco* “[...] deu crédito à ideia da reforma baseada em padrões” e marcou o princípio da era de *accountability* (responsabilização) (BROOKE; CUNHA; FALEIROS, 2011, p. 17).

O exemplo dos Estados Unidos mostra, portanto, a preocupação dos gestores educacionais com o processo de divulgação, monitoramento e responsabilização de resultados educacionais, visando à melhoria da aprendizagem de seus alunos. Para além de uma ação gestora, a responsabilização determina que todos os profissionais envolvidos com as unidades escolares participem do processo educativo da criança. Assim, o processo de responsabilização se torna uma demanda da gestão escolar, dos coordenadores, professores, alunos e pais de alunos, permitindo-lhes, a partir da apropriação dos resultados de desempenho

acadêmico, contribuir para a criação de ações conjuntas que visam ao aprimoramento do ensino oferecido nas instituições de educação norte-americana.

No Brasil, o processo de *accountability*, como uma prática de responsabilização das sociedades democráticas, “[...] é definido como um dos imperativos na consecução dos propósitos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), juntamente com a mobilização social” (ADRIÃO; GARCIA, 2008, p. 787). Tendo o ano de 2007 como marco nacional do processo de responsabilização do ensino público, o Estado brasileiro criou o sistema de responsabilização nacional, que estabeleceu metas de desempenho até o ano de 2021 para a avaliação das escolas públicas municipais e estaduais por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁴, que mensura a qualidade da educação ofertada no país (BRASIL, 2014c). Ao consistir em indicador estatístico, o IDEB é considerado como um possível condutor de políticas públicas de educação em prol da qualidade tanto no âmbito nacional como nos estados e municípios, pois não apresenta apenas um diagnóstico momentâneo da realidade educacional. Estabelece, também, uma projeção de metas a serem alcançadas em todos os níveis de escolaridade (BRAVO; BANDEIRA, 2012).

Desse modo, diante do surgimento do IDEB, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), regulamentado no ano de 2007, fomentou a criação de estratégias de responsabilização para as escolas por parte das secretarias de ensino estaduais, como as secretarias dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco, Ceará e Acre. Tais órgãos efetivaram sistemas de avaliações internas, que aferem o processo de aprendizagem dos alunos, e criaram parâmetros de bonificação salarial baseados nos resultados mensurados por suas avaliações.

No caso de São Paulo, houve a criação do Programa de Qualidade na Escola (PQE), fundado em 2008, que estabeleceu metas de desempenho para as escolas do estado até o ano de 2030, além de instituir um sistema de bonificação salarial

⁴ De acordo com o *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), “[...] O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo INEP em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir, em um só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do INEP a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o SAEB – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios” (BRASIL, 2014b, *online*).

oferecida aos gestores, professores e funcionários quando as metas são alcançadas (SÃO PAULO, 2013). Outro exemplo de programa de responsabilização ocorreu no estado de Pernambuco sob a nomenclatura de Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco (SAEPE), criado em 2000, que instituiu o Programa de Bônus por Desempenho (Bônus de Desempenho Educacional – BDE), em 2008, a partir das médias obtidas na avaliação estadual (PERNAMBUCO, 2014).

Assim como nos casos citados, o estado do Acre criou dois programas que visam a responsabilizar gestores, professores e funcionários pelo aprendizado dos alunos. O primeiro desses programas consiste no Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar (SEAPE), criado em 2009 pela Secretaria da Educação do Estado do Acre em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF). O SEAPE tem como objetivo fazer um diagnóstico das escolas acreanas, tanto estaduais quanto municipais, servindo de instrumento para o monitoramento das políticas públicas de educação instituídas no estado (ACRE, 2014b).

O outro programa diz respeito ao Prêmio Anual de Valorização e Desenvolvimento Profissional (VDP) destinado aos professores efetivos e temporários que estejam em regência de classe e que tenham cumprido os critérios estabelecidos pelo programa (ACRE, 2013). Com esse mesmo direcionamento, há, também, o Prêmio de Valorização e Desenvolvimento da Gestão (VDG) oferecido aos gestores escolares e sua equipe de coordenadores (ACRE, 2014a).

Entretanto, no estado do Acre, apesar de haver ações de responsabilização por parte dos profissionais da educação, não há políticas que enfatizem o processo de responsabilização direcionado aos pais e responsáveis por alunos. O que observamos são ações isoladas de algumas instituições de ensino (como é o caso da Escola EBA), ações que, na maioria dos casos, ficam reduzidas somente à participação em reuniões de início de ano letivo e em reuniões de pais para entrega de boletins de notas, bem como nas datas comemorativas e nas esporádicas reuniões do Conselho Escolar.

A importância da instituição família tornou-se fundamental para o fomento de muitas ações de cidadania, marcadamente garantida pela Constituição de 1988 que não adjetivou a família, mas lhe propiciou tratamento constitucional mais extensivo, uma vez que expandiu os efeitos jurídicos da família, dos quais podemos destacar os garantidos pelos artigos 205, 206 e 208, que mencionam, dentre muitos direitos

que, “[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 97).

Assim, para apresentarmos mais detalhadamente nosso caso de gestão, passamos a descrever a Escola EBA. Nosso objetivo, neste capítulo, caracteriza-se por evidenciar a instituição de ensino, sua equipe gestora e o perfil de seus professores, de seu alunado e suas famílias. Também expomos os projetos desenvolvidos pela e na escola e realizamos uma descrição sobre as modificações no Projeto Político Pedagógico entre os anos de 2009 a 2013 para que consigamos compreender o desenvolvimento das ações formuladas com o fim de aproximar a escola e as famílias dos estudantes. Por fim, investigamos as ações do Conselho Escolar para observar como as famílias participam desse espaço decisório institucional.

1.1 A Escola EBA

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio EBA está situada na cidade de Porto Walter. O município faz parte do estado do Acre, mais precisamente da mesorregião do Vale do Juruá, e é um dos cinco últimos municípios criados no estado, em 1992. Entretanto, a Escola EBA funciona na mesma localidade desde 1928, antes mesmo da emancipação política do município (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

O estado do Acre apresenta, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), uma população de 733.559 habitantes e aproximadamente 233.800 pessoas em idade escolar. Dentre os estados da Região Norte, o Acre foi um dos que mais avançaram em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), chegando a 0,751 no ano 2010, avançando 61% com relação à década anterior. Quanto à taxa de analfabetismo, entre pessoas de 10 a 14 anos, o estado apresenta o índice de 5,2% e, entre as pessoas com 15 anos ou mais, a taxa chega a 14,4% (IBGE, 2010). Para tentar reduzir esses números, a Secretaria de Estado de Educação tem promovido programas para o combate ao analfabetismo no estado.

Considerado como município de difícil acesso devido à sua localização geográfica, a cidade de Porto Walter é banhada pelo Rio Juruá e conta apenas com os meios de transportes aéreo e fluvial para a locomoção de sua população. No trajeto aéreo realizado entre Cruzeiro do Sul – a segunda cidade mais populosa do Acre depois de sua capital, Rio Branco – até o município de Porto Walter, o tempo médio varia de trinta a quarenta minutos. No entanto, se o transporte for utilizado por via fluvial, em uma embarcação de grande porte que na região recebe o nome de “Batelão”, o tempo médio é de 16 a 20 horas.

O município onde a escola se localiza é uma das cinco cidades do Acre com o pior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), cuja pontuação em 2010 foi de 0,532. Ainda de acordo com dados do IBGE (2010), a população de Porto Walter, no ano de 2010, era de 9.176 habitantes, sendo que a maioria (5.855 pessoas) reside na zona rural do município. A cidade apresenta uma população em idade escolar de 3.872 pessoas, o que configura mais de um terço da população. A taxa de analfabetismo da localidade é alta, sendo que 27% na faixa etária de 10 a 14 anos e 34,2% na faixa etária a partir dos 15 anos não sabem ler nem escrever (IBGE, 2010).

Nos últimos três anos, a concentração da população de zona rural diminuiu devido à grande migração para a zona urbana da região. Muitas famílias partiram em busca de melhores condições de vida, de emprego e de educação, proporcionando uma demanda de matrículas maior do que as escolas estavam habituadas – conforme dados obtidos no site do IBGE (2010) e na Secretaria de Assistência Social do Município (PORTO WALTER, 2014). A renda domiciliar *per capita* varia entre R\$ 69,52 e R\$ 236,14 mensais (IBGE, 2010). Se, até meados do século XX, a economia girava em torno do chamado ciclo da borracha, hoje, está vinculada ao comércio varejista, à criação de gado e à agricultura de subsistência, principalmente na lavoura do plantio da mandioca para a produção da farinha, produto de grande valor econômico na região. Esse conjunto de indicadores reflete um contexto bastante vulnerável, de baixo nível socioeconômico, o que pressupõe um atendimento precário à saúde, uma baixa expectativa de vida e ausência de áreas de lazer.

As famílias que habitam o município de Porto Walter são formadas majoritariamente por descendentes de pessoas oriundas da região nordeste. Segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde (PORTO WALTER, 2014), a

média de filhos por família é de cinco filhos na zona urbana, variando para mais quando essas famílias são oriundas da zona rural do município. É interessante observar que dentre todos os estados brasileiros, o Acre é o que apresenta a maior taxa de filhos por mulher (2,6), enquanto que a média nacional é de 1,77 filhos por mulher (IBGE, 2010).

A agricultura de subsistência e a criação de gado constituem a fonte de sustento de diversas famílias da região, que contam, ainda, com a participação em programas sociais do Governo Federal, como a Bolsa Família⁵ e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)⁶.

De acordo com a Coordenação Municipal do Programa Bolsa Família (PORTO WALTER, 2014), dentre as famílias cadastradas, 6.888 tem a renda mensal de até um salário-mínimo e apenas 69 estão na faixa salarial de dois salários-mínimos por mês. Os Benefícios de Superação da Extrema Pobreza (BSP)⁷ chegam ao número de 799 famílias, o que corresponde a um total de 1.162 pessoas assistidas pelo programa, sendo que boa parte dessas famílias possui filhos que estudam na Escola EBA, conforme indica o relatório da Coordenadoria da Bolsa Família na cidade.

A Rede Estadual de Ensino na cidade de Porto Walter atende à demanda do Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, uma vez que, na localidade, ainda não foram municipalizados o Ensino Fundamental I e o Ensino Médio. Seus estudantes pertencem a diversos estratos sociais. Há desde alunos com baixo poder aquisitivo e

⁵ O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 77,00 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2013c).

⁶ O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) articula um conjunto de ações para retirar crianças e adolescentes, com idade inferior a 16 anos, da prática do trabalho precoce, exceto quando na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. O programa compreende transferência de renda – prioritariamente por meio do Programa Bolsa Família –, acompanhamento familiar e oferta de serviços socioassistenciais, atuando de forma articulada com estados e municípios e com a participação da sociedade civil (BRASIL, 2013e).

⁷ O Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP) começou a ser pago em Junho de 2012. Com o objetivo de assegurar a renda mínima de R\$ 70,00 (setenta reais) por pessoa a todas as famílias beneficiárias do PBF, com crianças entre zero e seis anos, o novo benefício é um dos eixos da ação Brasil Carinhoso – Primeira Infância, anunciada pela Presidenta Dilma Rousseff no mês de maio de 2012 e que compõe o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) (BRASIL, 2012).

que se encontram com problemas de distorção idade/série – devido ao fato de começarem muito cedo a ajudar os pais na lavoura, comprometendo, assim, a frequência escolar – até filhos de comerciantes e funcionários públicos, cuja renda familiar lhes permite uma dedicação exclusiva aos estudos.

Em seu início, a escola funcionou em um prédio de madeira e cobertura de palha, passando por várias reformas, sendo a mais significativa no ano de 2007, com ampliação de mais quatro salas: uma para a biblioteca, uma para instalação e funcionamento do laboratório de ciências, outra para o laboratório de informática e outra para mais uma sala de aula. Hoje, a área total da escola é de 1.200 m² (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013), que inclui, ainda, uma sala para o departamento administrativo, onde se localizam a secretaria e os arquivos documentais da escola; uma sala para os professores; uma sala onde funciona a direção e uma para o núcleo da representação da Secretaria Estadual de Educação e Esporte. O prédio conta também com quatro banheiros – sendo dois para uso dos alunos, um para os professores e funcionários e um para uso exclusivo dos alunos deficientes; uma biblioteca, com um acervo de 2.000 exemplares de vasta bibliografia; um laboratório de ciências, usado como almoxarifado⁸, e um laboratório de informática – desativado para dar lugar às salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE)⁹, o qual ocorre nos turnos matutino e vespertino. Já no período noturno, o laboratório abriga uma turma de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

A unidade de ensino disponibiliza atualmente oito salas de aula, distribuídas em quatro pavilhões: duas no primeiro, duas no segundo, três no terceiro e uma no quarto pavilhão, onde também estão localizados a biblioteca e os laboratórios de informática e ciências. A escola não possui quadra coberta nem auditório, sendo as atividades de educação física realizadas, quase sempre, na quadra central nas proximidades da escola, um espaço comunitário de responsabilidade da prefeitura

⁸ Os docentes das áreas de ciências exatas e biológicas não dispõem de formação técnica para utilização dos aparelhos e dos materiais disponíveis para as experiências. Por isso, não utilizam o espaço e os equipamentos (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

⁹ A turma de Atendimento Educacional Especializado (AEE) possui cinco alunos que apresentam algum tipo de baixa visão, deficiência física, deficiência intelectual (Síndrome de Down) e deficiência múltipla (auditiva e intelectual). Para atender a esses alunos, a escola fez adaptações em sua estrutura por meio de recursos específicos para a acessibilidade, oriundos do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola), que garante medidas como: alargamento de portas, construção de rampas de acesso, corrimões, banheiros e matérias de apoio pedagógico (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

municipal de Porto Walter. Em outros momentos, algumas atividades são feitas na praça central da cidade (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

Na figura 1 a seguir, apresentamos o organograma pedagógico-administrativo da unidade escolar, anexado ao seu PPP e ao seu regimento interno, para evidenciar a estrutura de funcionamento e atendimento da Escola EBA.

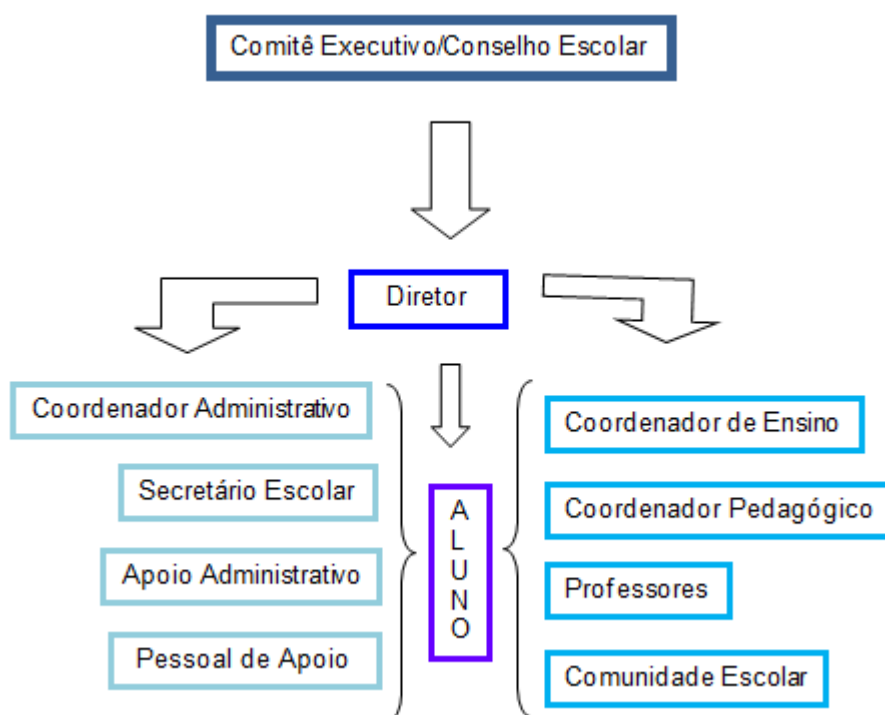


Figura 1 – Organograma Pedagógico-Administrativo da Escola EBA

Fonte: elaborado pelo autor, com dados do PPP (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

Atualmente, a escola atende a 1.026 alunos nos turnos matutino, vespertino e noturno, de acordo com os dados de matrícula da escola, comprovados pelo Censo Escolar 2013 do Educacenso (BRASIL, 2013)¹⁰. Esse quantitativo extrapola a capacidade total da instituição, que é de 950 alunos, o que faz com que algumas turmas apresentem quadro de superlotação, devido, inclusive, ao número acentuado de alunos com dependência em disciplinas. De acordo com a equipe gestora, existe

¹⁰ O Educacenso é um sistema *online* que visa a coletar, organizar, transmitir e disseminar os dados censitários (BRASIL, 2013c).

uma reivindicação junto à Secretaria de Estado de Educação e Esporte (SEE/AC) para a construção de uma nova unidade escolar para propiciar melhores condições de ensino (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

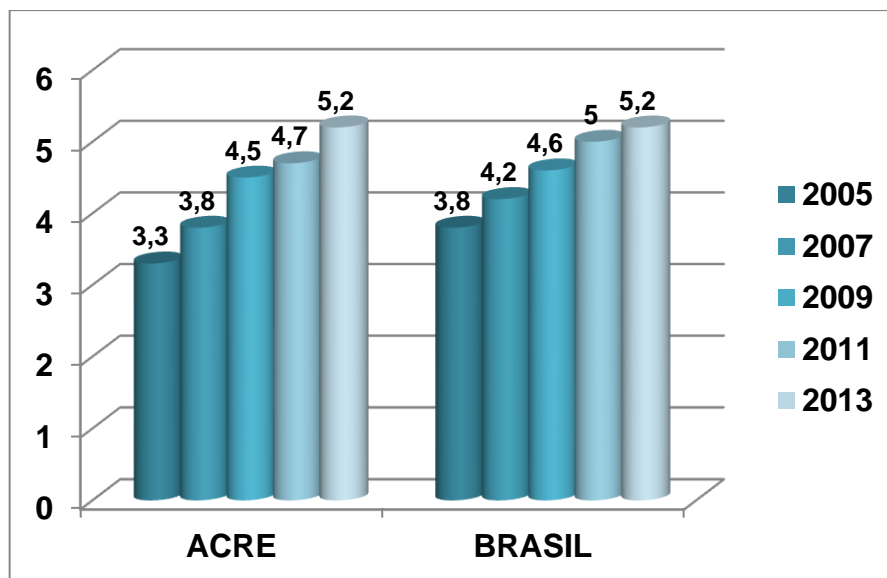
Com a demanda crescente de matrículas a cada ano – visto que a Escola EBA é a única unidade no município com atendimento nas modalidades de EJA II e III e de Ensino Médio –, houve a necessidade de criação de turmas anexas nas comunidades rurais para não só evitar o abandono por parte dos alunos que concluíam os anos finais do Ensino Fundamental, mas também propiciar a garantia de educação para os jovens que almejam prosseguir com os estudos. Hoje, a unidade escolar atua em quatro comunidades rurais afastadas da cidade com salas de EJA II e III, nas quais lecionam cinco professores.

Nesse cenário de longas distâncias, em que os jovens deveriam deixar a convivência com suas famílias na área rural se quisessem continuar seus estudos, a Secretaria de Educação do Estado do Acre implementou, em 2005, o programa intitulado Asas da Florestania¹¹ (ACRE, 2012). Porém, somente no ano de 2010, o programa começou a funcionar no Ensino Médio da Escola EBA. Atualmente, a unidade escolar conta com a participação de seis professores, que se dedicam a seis salas direcionadas para uma turma de 1º ano, uma turma de 2º ano e duas turmas de 3º ano nas áreas rurais do município de Porto Walter.

No que diz respeito ao IDEB – devido às ações formuladas pela SEE/AC, no início dos anos 2000 –, o Acre, como é demonstrado nos gráficos 1, 2, 3, 4 a seguir, obteve melhoria em seus índices educacionais, ficando sempre entre os 10 melhores estados no *ranking* mensurado pelo índice. O estado apresentava, no ano de 2005, nota 3.3, subindo para 3.8 em 2007, depois para 4.5 em 2009, chegando a 4.7 em 2011, alcançando a nota de 5.2 em 2013 – ano em que o Acre alcançou os índices nacionais do IDEB.

¹¹ Modalidade unidocente de ensino, estruturada em módulos, alicerçada nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nos referenciais curriculares da Secretaria de Estado de Educação, composta pelas disciplinas do núcleo comum – lei 9394/96, incluindo temas regionalizados que visam a contribuir para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades. Foi ampliado para o Ensino Médio em 2008. O contexto da Educação Rural no Estado estava reduzido ao atendimento multisseriado de 1º ao 5º ano, sem continuidade de estudo para os alunos. O desafio era expandir o atendimento, assumindo um compromisso com as comunidades rurais para ofertar a escolarização nas áreas de difícil acesso. Foi então que a SEE, em parceria com a Fundação Roberto Marinho, estruturou os módulos do que viria a ser o programa Asas da Florestania, criado e implementado em 2005, com atendimento inicial voltado para 367 alunos de Ensino Fundamental em sete municípios. E, há nove anos, o programa, seguindo as Diretrizes e Referenciais Curriculares Nacionais, trabalha com metodologia e materiais pedagógicos específicos, adequando as aulas e os atendimentos às realidades das comunidades e das famílias atendidas pela ação educacional (ACRE, 2012).

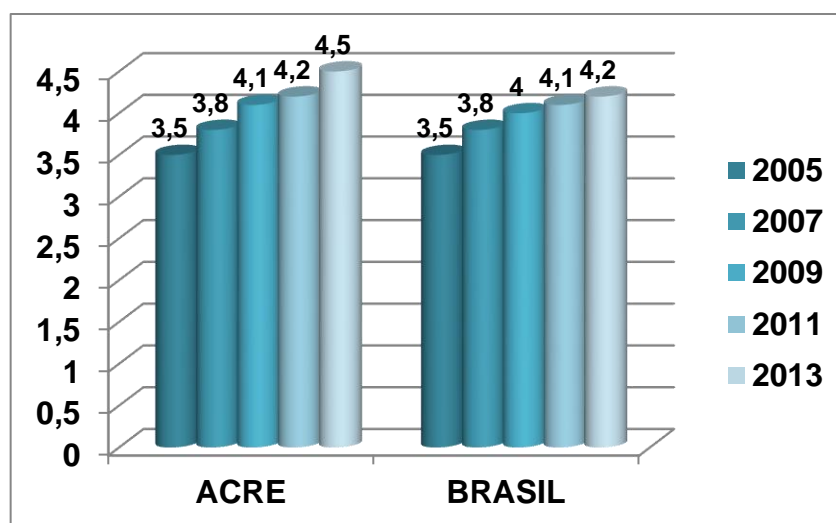
Gráfico 1 – Comparativo do IDEB do Estado do Acre - Anos Iniciais do Ensino Fundamental em relação ao IDEB Nacional



Fonte: elaborado pelo autor de acordo com dados do INEP (2014c).

No que diz respeito aos anos finais do Ensino Fundamental, 8ª e 9ª série, as escolas acreanas alcançaram a média de 4,2 em 2011 e em 2013 subiram para 4,5, melhorando a sua posição entre os estados brasileiros, como demonstrado no gráfico 2:

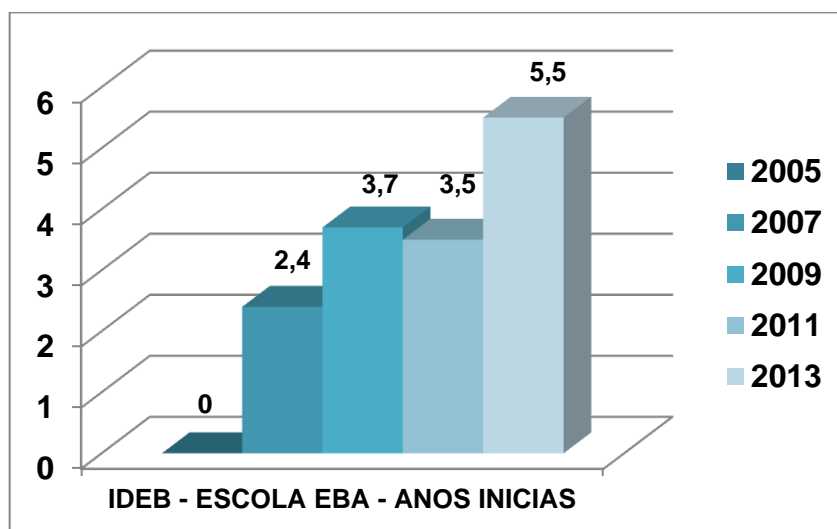
Gráfico 2 – Comparativo do IDEB do Estado do Acre - Anos Finais do Ensino Fundamental em comparação com o Nacional



Fonte: elaborado pelo autor de acordo com dados do INEP (2014c).

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a média obtida pela Escola EBA, em 2009, foi de 3,7 pontos, caindo em 2011 para 3,5 pontos e subindo para 5,5 em 2013. Tais índices encontram-se acima das médias nacionais e estaduais, projetadas para os referidos anos, a saber: 2,6 em 2009; 2,9 em 2011 e 3,1 em 2013, ano cuja nota da Escola EBA ficou acima da média estadual e nacional.

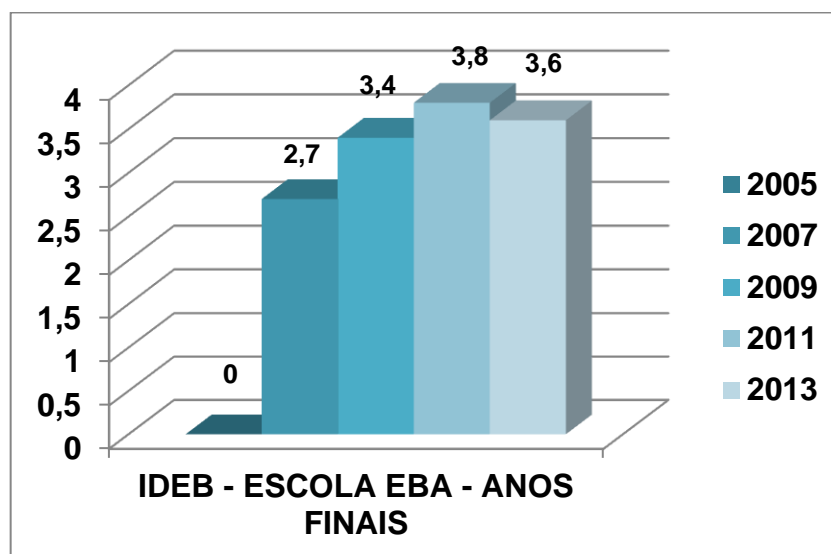
Gráfico 3 – Resultados da Escola EBA no IDEB – Anos Iniciais



Fonte: elaborado pelo autor de acordo com dados do INEP (2014c).

Quanto às médias dos anos finais do Ensino Fundamental, a Escola EBA apresenta um crescimento pouco substancial, mas sempre acima da média, como demonstrado no gráfico 4 a seguir. A escola obteve nota 3,4 em 2009, 3,8 em 2011 e 3,6 em 2013, sempre superando as médias projetadas anualmente para essa modalidade de ensino, as quais foram, respectivamente: 2,8; 3,0 e 3,3.

Gráfico 4 – Resultados da Escola EBA no IDEB – Anos Finais



Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com dados do INEP (2014c).

Com relação às avaliações do ano de 2013, a escola apresenta uma expectativa positiva, conforme observamos no relato da Coordenadora de Ensino na entrevista institucional realizada para a elaboração do PPP da Escola EBA:

Estamos com uma expectativa muito boa para o ano de 2013 com relação ao IDEB da escola, pois viemos acompanhando as turmas do 5º ano desde os primeiros anos na escola e fizemos um trabalho de intervenção com foco em leitura e escrita sistematicamente, quase que diariamente no contraturno, só não fizemos com maior intensidade por falta de condições de ordem humana, às vezes nos faltam tempo e pessoas. O 9º ano é a nossa turma que fez a avaliação do IDEB em 2009 e de posse de dados do SEAPE, através dos relatórios individuais de resultados de proficiência dos alunos, realizamos oficinas de escrita e leitura, bem como reforçamos a parte de matemática. Chamamos os pais e apresentamos as notas dos alunos e em que condições eles estavam no SEAPE, quem estava avançando, pedimos para manter o foco e quem precisava avançar que estava abaixo do básico, pedimos ajuda aos pais. (ENTREVISTA I REALIZADA COM A COORDEANDORA DE ESNINO PARA A REELABORAÇÃO DO PPP (2013) EM 14 DE JANEIRO DE 2013).

O IDEB é um indicador de qualidade da educação que representa a iniciativa pioneira de reunir, em um só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Assim, configura-se como um instrumento que, ao apontar deficiências e sucessos em relação ao desempenho, auxilia as redes de ensino e as equipes gestoras nas

unidades escolares no desenvolvimento de propostas pedagógicas para todas as escolas.

Para darmos prosseguimento à descrição de nosso caso de gestão, passamos a apresentar a equipe gestora da Escola EBA.

1.1.1 O Perfil da Equipe Gestora

No período correspondente a essa pesquisa, a equipe gestora da Escola EBA era composta pelo gestor escolar, por uma coordenadora de ensino, por uma coordenadora pedagógica e uma coordenadora administrativa (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013). É importante frisar que, no estado do Acre, a função de coordenador de ensino das unidades escolares equivale ao cargo de vice-diretor, existente em muitos estados brasileiros. Com mandato de duração de quatro anos, a atual gestão foi reeleita, em 2011, para o segundo mandato à frente da gerência das ações da escola, até dezembro de 2015 (ACRE, 2003).

O gestor está no cargo desde 2008. É formado em Letras/Vernáculo e possui pós-graduação *Lato sensu* em Tecnologias em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e em Gestão de Políticas Públicas com Ênfase em Gênero e Relações Étnicas Raciais pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), entre outros cursos de capacitação na área escolar. Possui experiência em docência há 14 anos e faz parte do quadro efetivo dos servidores da SEE do Estado do Acre desde 2006 (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

A coordenadora de ensino, que atua nessa função desde o ano de 2011, possui graduação em Letras/Vernáculo e tem experiência de vinte anos como professora. No mandato anterior da equipe gestora, a profissional atuou a frente da coordenação pedagógica do Ensino Fundamental (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

A coordenação pedagógica é composta por duas profissionais de contrato efetivo, formadas em pedagogia, que realizam apoio cotidiano às práticas dos professores do Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, do Ensino Médio e da EJA II e III e, quando necessário, auxiliam os professores das turmas de Asas da Florestania, alocadas nas comunidades rurais do município, funcionando como anexos da escola

pesquisada. A atuação das coordenadoras nessa função se iniciou no ano de 2014, após a realização de concurso público executado pelo Governo do Estado no fim do ano anterior. Anteriormente, a função de coordenadora pedagógica era desempenhada por um profissional de contrato temporário que, ao fim de cada ano letivo, tinha seu vínculo com a instituição de ensino encerrado. Diante da necessidade de implementação de ações pedagógicas na escola, a direção, amparada pela legislação vigente do Estado, solicitava à SEE, a cada ano letivo, a nomeação de um profissional com formação e perfil para o cargo, tendo em vista que nenhum profissional lotado na escola com contrato efetivo possuía caráter pedagógico para assumi-lo (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

De acordo com o Art. 49 da Lei 1.513/2003 (ACRE, 2003), as unidades escolares do sistema estadual de educação serão constituídas na forma da lei e classificadas anualmente de acordo com o número de alunos efetivamente matriculados, tendo como base os dados do Censo/MEC referentes ao ano anterior. Assim, a Escola EBA está classificada, pela SEE, na categoria C, que abrange unidades escolares que possuem de 901 a 2000 alunos (ACRE, 2003). Com essa discriminação, a escola, segundo a Instrução Normativa nº 04, em seu Art. 2º (ACRE, 2004), teria a garantia de três coordenadores pedagógicos, pois funciona em três turnos. No entanto tal fato nunca se concretizou na referida escola.

Uma das dificuldades encontradas pela gestão da unidade escolar nos últimos anos diz respeito ao quadro precário de funcionários, incluindo docentes, funcionários de apoio administrativo, bibliotecários, digitadores e auxiliar de secretaria. A falta desses profissionais prejudica o andamento das atividades escolares, principalmente no que diz respeito à área pedagógica da instituição, já que a ausência de um coordenador causa prejuízo nas ações desenvolvidas (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

Por fim, a equipe gestora é composta, também, por uma coordenadora administrativa, com formação técnica em contabilidade, que assumiu a função no ano de 2012, tendo em vista que, durante o período de 2009 a 2011, a profissional estava à disposição da Prefeitura de Porto Walter. Anteriormente, esse cargo era exercido por um professor do quadro efetivo da escola, entretanto a Instrução Normativa nº 04/2004 (ACRE, 2004) preconiza que não será permitida a nomeação de um professor do quadro efetivo da Secretaria no cargo de Coordenador Administrativo. Essa função centra-se na produção da documentação da unidade

escolar, na matrícula dos alunos e na prestação de contas dos recursos adquiridos por meio do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE) e Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)¹². Sendo assim, o coordenador administrativo é o tesoureiro do Conselho Escolar e do Comitê Executivo da Escola.

Ainda segundo o que prescrevem as normas legais da Instrução Normativa nº 04/2004 (ACRE, 2004), a escola poderia ter um secretário escolar, desde que esse profissional fosse do quadro efetivo do setor administrativo da SEE. Como a unidade de ensino não dispõe do profissional, o cargo está vago desde 2011. Para a Coordenadora Administrativa, em entrevista institucional,

[...] há a necessidade de contratação de pessoal de apoio administrativo, bibliotecário, técnico em informática, digitadores e docentes nas diversas áreas do ensino, o que prejudica o trabalho, pois acontece sempre uma sobrecarga de demanda escolar para poucas pessoas atuarem. (ENTREVISTA II REALIZADA COM A COORDEANDORA ADMINISTRATIVA PARA A REELABORAÇÃO DO PPP (2013) EM 15 DE JANEIRO DE 2013).

Para se compreender a situação da escola, todos os funcionários alocados na biblioteca, assim como os que auxiliam a coordenadora administrativa na secretaria da escola, são professores que estão lotados fora de sala de aula, devido a licenças médicas que os impossibilitam de atividades docentes, e/ou professores que esperam o cumprimento do tempo de serviço para providenciar seus processos de aposentadoria.

Sobre a percepção do clima escolar, a Professora de Inglês dos anos finais do Ensino Fundamental, que trabalha há quatro anos na escola com contrato temporário, faz o seguinte relato:

Nossa escola é boa. Digo nossa porque estou lecionando aqui há quatro anos, meus filhos estudam aqui, vimos à evolução, mesmo que pequena, do que as pessoas pensavam a respeito dessa escola, mandando seus filhos para estudar em Cruzeiro do Sul. Hoje isso mudou, tanto é que a cada ano a procura por matrícula torna-se enorme, se ela não fosse boa não tinha tanta procura de mães por

¹² O PDDE consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial, mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo desses recursos é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica (BRASIL, 2013b).

matrícula no ensino fundamental e médio. Falta muita coisa, principalmente no que diz respeito ao quadro de pessoas, mas vejo uma gestão comprometida e esforçada com o aprendizado dos alunos. (ENTREVISTA III REALIZADA COM A PROFESSORA DE INGLÊS DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA A REELABORAÇÃO DO PPP (2013) EM 16 DE JANEIRO DE 2013).

Já o aluno Maciel,¹³ do 9º ano A, também em entrevista institucional, apresenta suas impressões relativas à equipe gestora:

Aqui aprendi muitas coisas interessantes. Hoje, nesse trabalho, o diretor falou que precisa da participação de todos nós para que a escola melhore, com mais sugestões para os projetos. Eu achei legal. Eu achei isso muito bom e também vimos os pais virem para a reunião. Foi uma coisa diferente, eu me senti importante! Agente tem que ajudar a escola, ela é nossa. (ENTREVISTA IV REALIZADA COM O ALUNO MACIEL PARA A REELABORAÇÃO DO PPP (2013) EM 17 DE JANEIRO DE 2013).

Os relatos da professora e do aluno revelam que a gestão da escola tenta promover uma relação de aproximação com as famílias dos alunos, mesmo em meio às dificuldades provocadas pela ausência de profissionais, tanto da área de apoio quanto de docência. Entretanto é preciso descrever um pouco mais a realidade da instituição e de seus profissionais.

1.1.2 O Perfil do Quadro Docente da Escola EBA

O corpo docente da escola EBA é composto por 19 professores efetivos e 38 em regime de contrato temporário. Os docentes lotados na escola EBA têm suas áreas de formação concentradas em licenciaturas em Letras, Pedagogia, Ciências Biológicas e Matemática. Os contratos têm duração de 12 meses, podendo ser prorrogáveis conforme a necessidade de conclusão do ano letivo. Esses profissionais são distribuídos da seguinte forma: 11 trabalham com as turmas de EJA II, EJA III e Asas da Florestania no Ensino Médio nas turmas anexas da escola na Zona Rural da cidade; na sede da escola, estão lotados 27 professores, dos quais seis atuam nas turmas dos anos iniciais, outros seis nas turmas dos anos finais do Ensino Fundamental, oito no Ensino Médio, três nas turmas de AEE e um

¹³ Nome fictício.

exerce a função de coordenador pedagógico da instituição (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

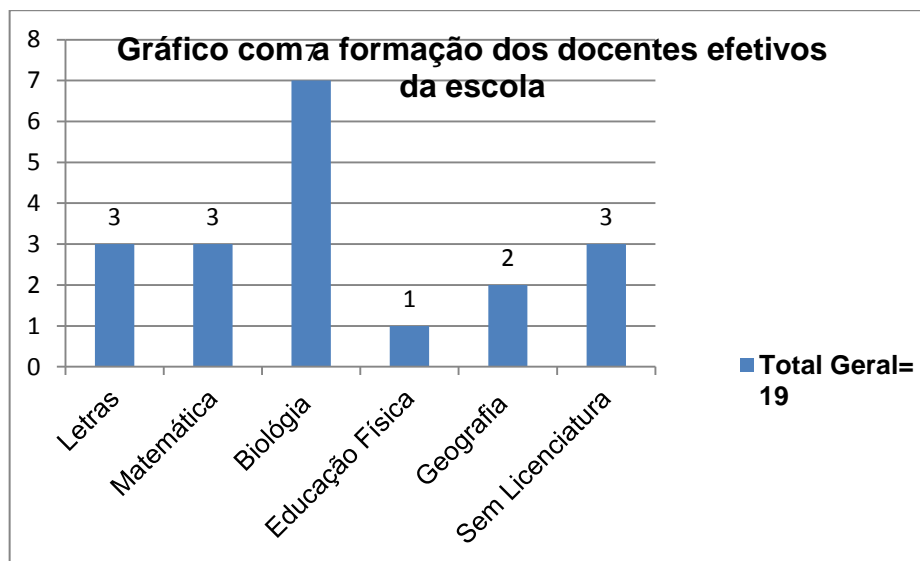
A forma de contratação dos professores, além de implicar a não permanência dos profissionais na escola, resulta em perfis docentes muito diversificados. Embora haja professores efetivos da SEE alocados na Escola EBA, alguns estão em licença médica, outros exercem funções não docentes dentro da escola e outros estão ainda à disposição de órgãos estaduais e municipais, como a Gerência da Secretaria de Educação no Município, a Secretaria Municipal de Educação, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a Câmara Municipal de Vereadores e a Gestão da Escola de Ensino Fundamental do Município (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

O exercício de funções na Prefeitura Municipal de Porto Walter por funcionários pertencentes à SEE acontece devido a uma necessidade da prefeitura, cuja administração, ao realizar concurso público para o provimento de cargos necessários ao pleno desenvolvimento de suas competências, muitas vezes, não disponibiliza vagas para áreas específicas, tais como assistente social, contador, técnico-administrativo, auxiliar administrativo e outros cargos. Na falta desses profissionais, outros funcionários são deslocados de suas funções a fim de assumir cargos com atribuições diversas daquelas para as quais foram capacitados a exercer em sua formação superior. É perceptível que tais acordos entre estado e prefeitura dificultam as ações da escola no que diz respeito à lotação dos professores que deveriam estar à disposição da unidade escolar, mas que estão servindo a outras entidades públicas (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

Os professores efetivos da escola encontram-se em funções alheias à docência, sendo que somente dois estão exercendo a função em sala de aula. Desses 19 profissionais, 15 têm formação superior com licenciatura plena, sendo três em Letras, seis em Ciências Biológicas, três em Matemática, dois em Geografia, um em Educação Física. Os outros três não possuem formação em nível superior (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

No gráfico 5, apresentamos o quantitativo de professores, e suas respectivas formações, com contrato efetivo na SEE/AC que poderiam estar à disposição da escola.

Gráfico 5 – Docentes Efetivos da SEE/AC, lotados na Escola EBA por área de formação



Fonte: elaborado pelo autor de acordo com o Projeto Político Pedagógico (2013).

Os profissionais à disposição da prefeitura são dois professores formados em Matemática e uma professora formada em Geografia. Conforme já citado anteriormente com relação aos docentes lotados na escola, apenas dois exercem a função de professor regente em sala de aula. Os demais estão lotados em outras funções, sendo três no cargo de auxiliar de biblioteca e três no cargo de auxiliar administrativo. Nesta última posição, encontra-se um profissional em licença especial para aposentadoria por tempo de serviço. Entre os que estão licenciados por laudo médico, há dois professores. Também há mais um professor afastado da escola por licença especial para aposentadoria por tempo de serviço. Incluem-se, por fim, nessa relação o gestor da escola e a coordenadora de ensino (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

De acordo com a gerência da Secretaria de Educação do Estado, esse processo de permuta unilateral da SEE para a Prefeitura, além dos outros impeditivos que não permitem que alguns docentes estejam em sala de aula, tem provocado uma demanda de contratação provisória a cada ano letivo, que possivelmente deverá ser solucionada em 2014 com a realização de concurso público pelo Governo do Estado para amenizar a demanda de docentes das escolas acreanas (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

Como dito anteriormente, a falta de servidores na Escola EBA provoca uma rotatividade constante em seu quadro docente, pois os contratos, em sua maioria, têm duração de apenas 12 meses. Essa conjuntura condiciona a SEE a realizar, a cada novo período letivo, a contratação de professores por meio de concurso simplificado de análise curricular, o que faz com que o trabalho da equipe gestora não aconteça de forma linear, causando uma descontinuidade no processo educativo (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

Entretanto, apesar de todas as dificuldades de lotação, a gestão da Escola EBA visa ao desenvolvimento de um trabalho sistemático com os docentes mediante a formação continuada por meio da Secretaria de Educação. O quadro docente desenvolve, junto com a equipe gestora da escola, ações de melhoria do aprendizado dos alunos através do planejamento semanal das aulas, em que procuram sempre promover aulas diversificadas para despertar a curiosidade dos alunos em aprender. A atuação dos professores junto à gestão da escola é de parceria, buscando promover o diálogo harmonioso no regime de compartilhamento de experiências para a democratização do ensino e, nas reuniões periódicas para análise do rendimento dos alunos, desenvolver formas eficientes de interferência para a aquisição de conhecimento dos discentes (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

Os docentes participam do processo da gestão democrática da escola, sugerindo ideias e ações como forma de garantir a presença da comunidade nos debates e nas reformulações de proposições de ensino para a melhoria da qualidade da educação. É nessa direção que a gestão da escola, amparada pela LDB (BRASIL, 1996), promove a participação dos profissionais na elaboração do projeto pedagógico, como assegura o artigo 14 da referida lei:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola. (BRASIL, 1996, p. 6)

Outra ação muito importante dos docentes frente à Escola EBA diz respeito à relação professor-aluno, apontada, por muitos educadores da instituição, como fundamental ao processo de desenvolvimento do educando, pois o professor é o mediador entre o conhecimento e a aprendizagem, contribuindo para o

desenvolvimento de seus alunos e executando de forma sistemática o trabalho de docência escolar.

1.1.3 O perfil dos alunos da Escola EBA

O perfil dos discentes da escola tem características próprias das cidades acreanas, isoladas geograficamente. Nesse sentido, os alunos da Escola EBA são oriundos de famílias de seringueiros, descendentes de pessoas originárias da região Nordeste, que lutam diariamente para o sustento das famílias nas lavouras de mandioca, arroz, banana, feijão e outros gêneros alimentícios. Em geral, a população que a unidade escolar atende possui um nível socioeconômico baixo e tem acesso limitado a certos conhecimentos científicos, o que dificulta, muitas vezes, o acompanhamento dos responsáveis nas atividades escolares dos alunos (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

Há, ainda, algumas exceções no que diz respeito à origem socioeconômica dos alunos. Alguns provêm de famílias tradicionais da cidade, constituídas por grandes comerciantes ou proprietários de grandes hectares de terra, que utilizam para a criação de gado. Essas famílias dispõem de suporte social e financeiro elevado em relação às famílias de lavradores e seringueiros, podendo, muitas vezes, disponibilizar professores particulares para auxiliarem seus filhos nas tarefas escolares. No entanto a procura pela escola pública sempre foi uma marca das famílias locais, mesmo as de melhores condições financeiras (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

Diante desse contexto, muitos dos jovens não abastados procuram, logo cedo, ajudar na complementação da renda familiar, seja ajudando os pais na lavoura, seja trabalhando no comércio local e nas repartições públicas, que não oferecem muita disponibilidade de vagas. Esse fato nos chama a atenção, uma vez que já aponta alguns indícios da relação dessas famílias com a escola: as atividades escolares podem ser vistas por essas famílias como uma ocupação secundária em relação ao trabalho (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

Por possuir, em seu quadro discente, alunos oriundos de diversas comunidades rurais, assim como de um contexto social vulnerável, desprovido de melhores condições de vida, a escola busca mecanismos para a superação dos

principais problemas enfrentados pelos alunos, tais como a pobreza, as precárias condições de saúde, o trabalho infantil, o consumo de álcool e outras mazelas sociais. Os desafios de superação dessas dificuldades na busca por melhores condições de aprendizagem, de acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola EBA de 2013, fizeram com que a instituição se tornasse uma parceira importante das famílias, até mesmo como incentivadora dos alunos quanto a tentar uma vaga no mercado de trabalho ou prosseguir nos estudos, almejando uma formação de nível superior com a qual possam melhorar as condições de vida dos pais.

O diagnóstico realizado pelos professores, evidenciado no documento institucional, aponta como maior dificuldade para que a aprendizagem se efetive de fato o desinteresse dos alunos pelas atividades em sala de aula, assim como a indisciplina e a falta de acompanhamento dos pais nas tarefas escolares.

Já o diagnóstico efetuado pelos pais considera o ensino da escola como muito bom. Eles apenas gostariam que as reuniões fossem realizadas em horários alternativos ao horário comercial e não se estendessem por muito tempo. Sobre os professores, os pais os consideram bastante competentes e comprometidos com a educação de seus filhos, reconhecendo, porém, que suas participações, enquanto responsáveis na vida escolar de seus filhos, são muito pequenas nas atividades da escola. Tal fato gerou uma revisão da postura dos pais diante dessa situação (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

Todos esses fatores de natureza pedagógica e administrativa, detectados como pontos fracos no diagnóstico realizado pela escola, reforçam a necessidade de se construir no interior da Escola EBA um caminho educativo com adesão de toda a comunidade escolar para o melhor desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem dos alunos (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013). No ano de 2013, após a reformulação do PPP da instituição no mês janeiro, a equipe gestora elaborou um banco de dados com informações sobre toda a comunidade escolar, evidenciando as condições financeiras e sociais em que vivem os alunos e suas famílias. Estabelecido no PPP a partir de considerações de Piletti (2012), o agrupamento desses dados:

- 1º - diz respeito às condições materiais: situação das ruas, iluminação pública, saneamento básico, moradia, alimentação, trabalho, salários, desemprego, água tratada, telefone;
- 2º - tem a ver com as condições sociais: assistência médica, educação, acesso escolar, assistência à infância principalmente com o Conselho Tutelar e CRAS;
- 3º - como são as condições culturais: espaços para eventos artísticos, de lazer, atividades de fim de semana e demais ações do gênero, se a escola promove eventos, etc.;
- 4º - diz respeito às condições familiares: tipos de arranjos familiares, número de pessoas na mesma casa. Neste, um fator marcante é o número de pessoas por família, talvez pela falta de estrutura, em saúde familiar, para orientações de uso de contraceptivos, principalmente na zona rural. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013, s/p)

Para exemplificar melhor o perfil dos discentes e de suas famílias apresentamos, a seguir, dados disponibilizados no Portal QEd¹⁴. Esses dados foram obtidos mediante os questionários distribuídos aos estudantes avaliados na Prova Brasil de 2011 e revelam alguns dados referentes aos alunos e seus responsáveis. Dos 59 alunos das duas turmas de nono ano da Escola EBA que realizaram a avaliação, 52 responderam ao questionário de 58 perguntas que tratam do perfil dos estudantes, de seu cotidiano e das percepções sobre a escola. Constata-se, com isso, que 20 alunos são do sexo masculino e 32, do sexo feminino; 12 se consideram brancos e 33 pardos, dois dizem que são da cor preta, um indígena e quatro não souberam responder à pergunta. Sobre o ano de nascimento dos alunos, 04 nasceram em 1998, 21 em 1997, 08 em 1996 e 02 em 1993.

Na questão sobre a quantidade de pessoas que morava com os estudantes, os dados revelam que as famílias são compostas da seguinte forma: 04 alunos moram com mais duas pessoas na casa; 12 moram com mais três; 18 com mais quatro ou cinco pessoas, 11 com mais seis ou sete, e sete residem com mais sete pessoas em casa.

Quanto às pessoas responsáveis pelos alunos, 50 deles afirmam que moram com a mãe, e apenas um indicou que reside com outra responsável que não a mãe. Desse modo, a mãe representa a base central da responsabilidade dos alunos da escola.

¹⁴ QEd (2014) é um portal aberto e gratuito que disponibiliza informações sobre a qualidade do aprendizado em cada escola, município e estado do Brasil. O portal agrega vários dados disponibilizados na internet e os sintetiza em sua página.

No quadro 1, apresentamos uma síntese das informações expressas pelo questionário.

Quadro 1 – Perfil dos Discentes da Escola EBA

| Sexo | | Cor | | Ano de nascimento | | Quantidade de pessoas que moram na casa | | Mora com a mãe | |
|-----------|----|------------------------|----|-------------------|----|---|----|----------------|----|
| Masculino | 20 | Branca | 12 | 1998 | 4 | Três | 4 | Sim | 50 |
| Feminino | 32 | Parda | 33 | 1997 | 21 | Quatro | 12 | Não | 1 |
| | | Preta | 2 | 1996 | 8 | Cinco ou seis | 18 | | |
| | | Indígena | 1 | 1993 | 3 | Sete ou oito | 11 | | |
| | | Não souberam Responder | 4 | | | Mais de oito | 7 | | |

Fonte: elaborado pelo autor de acordo com dados do QEDu (2013).

No que diz respeito à forma como os estudantes se organizam dentro da comunidade escolar, foi no ano de 2009 que a equipe gestora promoveu junto à comunidade a primeira eleição para o Grêmio Livre EBA. A iniciativa fora elaborada como uma estratégia de aproximação entre escola, alunos e suas famílias (projeto POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013). A gestão do órgão representativo tem duração de dois anos e, após esse período, um novo pleito é realizado. Como uma organização que serve para representar os interesses dos estudantes regularmente matriculados na escola, o Grêmio se constitui em um espaço de discussão e criação de novas ações, de acordo com as necessidades do quadro discente (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013). É formado por alunos regularmente matriculados entre o 9º ano do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio nessa unidade escolar. A eleição ocorre de forma democrática, havendo edital de inscrição das chapas concorrentes fixado no mural da escola. Para concorrer à direção do grêmio, o aluno precisa ter, no mínimo, quatorze anos de idade e não estar cursando o 3º ano do Ensino Médio, pois, como o mandato tem duração de dois anos, considera-se inviável o seu ingresso como presidente, tendo-se em vista que, no ano posterior, o estudante não será mais aluno da instituição. Vale ressaltar, ainda, que a entidade é uma instituição sem fins lucrativos, mas que delibera sobre algumas demandas escolares de representação dos alunos, exercendo a mediação entre o corpo

discente e a gestão da escola no Conselho Escolar (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013). Entretanto o Grêmio não conta com a participação constante de todo o alunado da Escola EBA, como informou seu vice-presidente em entrevista efetuada para a reelaboração do PPP do ano de 2013:

A escola ajuda a gente em tudo, o problema é que tem algumas pessoas que não se envolvem mesmo nas atividades que nós deveríamos promover. Por exemplo, agora no mês de novembro, estamos participando do Projeto *Protagonismo Juvenil*, onde o pessoal do grêmio deveria estar ajudando a gestão e os professores na elaboração e execução de atividades para a realização do projeto. No entanto, muitos colegas da diretoria só querem reclamar das atividades, levando sempre para o lado pessoal; não aceitam a ideia de promover a coletividade e isso dificulta as nossas ações. Não temos nem o apoio dos nossos colegas, que falam que o grêmio não serve pra nada. (ENTREVISTA V REALIZADA COM O VICE-PRESIDENTE DO GRÊMIO PARA A REELABORAÇÃO DO PPP (2013) EM 18 DE JANEIRO DE 2013).

Considerando a importância da participação dos alunos na efetivação prática do PPP, o Grêmio Estudantil deveria ser mais atuante dentro da unidade de ensino, pois ele é um instrumento importante na composição de uma gestão democrática e na composição de uma proposta pedagógica diversificada. Trata-se de uma ferramenta importante para fortalecer ainda mais os laços de interação escola/família e, assim, contribuir para o desenvolvimento pessoal e formação de estudantes enquanto cidadãos críticos, responsáveis, conscientes e atuantes na sociedade.

A gestão do Grêmio Livre EBA (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013) procura promover debates acerca da necessidade e da responsabilidade de cada componente, dentro e fora do sistema educacional, mostrando-lhes a importância do protagonismo juvenil nas deliberações do Conselho Escolar. A presença do Grêmio na escola e na vida comunitária em torno dela pode ser um instrumento relevante, por exemplo, em campanhas de combate à violência e ao uso de drogas, bem como na promoção da cidadania. Logo após a eleição da primeira gestão do Grêmio, em 2009, seus representantes, em parceria com a gestão da escola, promoveram cursos de informática para os alunos, torneios de futsal e voleibol, festivais de música, concurso e desfile da Miss e do Mister EBA, festa caipira e passeios turísticos, assim como ajudaram a escola na organização do desfile cívico da cidade.

Depois do término do mandato em 2011, a organização da eleição do grêmio na escola ficou a cargo dos próprios alunos, o que descaracterizou o perfil de gestões anteriores, nas quais se buscava agregar as responsabilidades necessárias para as funções a serem desempenhadas. Em 2011, na eleição da chapa que substituiria a anterior, após meses de mandato, o presidente eleito renunciou, e sua vice não quis assumir, havendo nova eleição.

Em 2013, a chapa vencedora, eleita com 73% dos votos para o mandato de dois anos, promoveu ações junto à escola para auxiliar tanto na parte recreativa das crianças como nas atividades que auxiliam a aprendizagem dos alunos. Uma delas consistiu na mobilização junto aos alunos do Ensino Médio inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para que participassem tanto dos simulados que a escola promove quanto dos disponibilizados *online* pelo *site Geekie Lab*¹⁵.

Em entrevista realizada para a reelaboração do PPP no ano de 2013, a presidenta eleita do Grêmio reafirmou a vontade dos componentes de sua chapa em fazer o melhor para a escola e para os alunos:

Na escola, existem diferentes alunos, com interesses semelhantes, e nós queremos mudar essa situação na qual se encontra nossa escola. Organizaremos um grupo de amigos que queiram desenvolver atividades em torno dos seus interesses. É uma ótima forma de participação da vida escolar e nós vamos fazer isso. Certamente, a escola saberá abrir espaços e tempos para que nossas atividades aconteçam, pois já falamos com o diretor e ele precisa do nosso apoio, pois sabe dos inúmeros ganhos que nossas ações vão proporcionar a todos os alunos, tanto em termos pessoais quanto relacionais. (ENTREVISTA VI REALIZADA COM A PRESIDENTE DO GRÊMIO PARA A REELABORAÇÃO DO PPP (2013) EM 20 DE JANEIRO DE 2013).

Mesmo que a escola possa responsabilizar-se pelo trabalho de interação com todos os alunos e propiciar atividades recreativas e de lazer, se aquela não tiver o apoio e a ajuda do Grêmio na gerência das ações haverá sobrecarga de demandas da gestão escolar. O ideal seria a partilha das ações com a instituição que representa os alunos na escola, que é o Grêmio Estudantil. Toda participação exige responsabilidade, e um Grêmio Estudantil compromissado deve procurar defender

¹⁵ O *Geekie Lab* (2013) é uma plataforma virtual que possui simulados que detectam o que cada usuário sabe e não sabe. Assim, sugere estudos que o ajudem a preencher suas deficiências de aprendizagem.

os interesses dos alunos, firmando, sempre que possível, uma parceria com todas as pessoas que atuam na escola.

1.2 Os projetos desenvolvidos pela Escola EBA

Diante dos resultados obtidos pela Escola EBA nas avaliações externas, ao final do ano de 2009, em que muitos alunos matriculados no Ensino Médio alcançaram médias para o ingresso nas universidades públicas e particulares da região e em instituições universitárias no exterior através do resultado da avaliação do ENEM, a equipe gestora percebeu uma melhora na relação entre a escola e as famílias dos alunos, fato que se intensifica a cada ano (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013). De acordo com os profissionais da instituição, a melhora ocorreu devido às iniciativas de mostrar à sociedade onde estavam sendo empregados os recursos da escola, bem como ao convite à comunidade para participar da elaboração e aprovação do PDE e do PPP do ano de 2009 e anos posteriores. Nessas ações, os pais eram frequentemente convidados a participar das discussões, embora a presença desses ainda deixasse a desejar. Não obstante, tais ações repercutiram de forma positiva nas famílias, promovendo a motivação necessária para se acreditar no ensino ofertado pela unidade escolar. Como resultado, houve um maior envolvimento entre a comunidade e a escola, o que também promoveu o aumento do número de matrículas nos anos subsequentes. Esse fato levou a escola a abrir uma turma de EJA II e outra de EJA III (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

Mesmo ante as adversidades encontradas, várias estratégias são realizadas pelos profissionais dessa instituição de ensino. Assim, para que possamos compreender melhor as ações desenvolvidas na escola, é necessário fazermos uma descrição detalhada dos projetos desenvolvidos no período delimitado por esta pesquisa, isto é, de 2009 a 2013 (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

A unidade escolar participa ativamente de ações promovidas, em nível nacional, por instituições federais e empresas privadas, como é o caso da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (2014), projeto criado pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicado (IMPA) para estimular o estudo da disciplina de Matemática entre alunos e professores de todo o país. A escola

também participa da Olimpíada de Língua Portuguesa *Escrevendo o Futuro* (2014) – que se constitui como um programa de formação de professores com o objetivo de contribuir para a melhoria do ensino da leitura e escrita nas escolas públicas brasileiras –, realizando um concurso de produção de textos que premia as melhores produções de alunos de escolas públicas de todo o país (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013). A escola participa, ainda, da Olimpíada Nacional em História do Brasil (2014), que traz o desafio de estudar a temática por meio de textos, documentos, imagens e mapas. Durante o evento, os alunos exibem seus conhecimentos por meio de questões de múltipla escolha, distribuídas ao longo de cinco fases *online* e uma presencial, a fase final, que ocorre na Universidade Estadual de Campinas. Além disso, a instituição participa da Olimpíada Brasileira de Química (2014), realizada pela Associação Brasileira de Química; da Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (2014) e da Mostra Brasileira de Foguetes (2014) – estas duas últimas organizadas anualmente pela Sociedade Astronômica Brasileira em parceria com a Agência Espacial Brasileira (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

Com o intuito de envolver os jovens em questões de cunho político, mostrando a necessidade de participarem dos principais acontecimentos políticos do país, a gestão escolar realiza anualmente a inscrição dos alunos no Programa *Parlamento Jovem Brasileiro* (BRASIL, 2014a). O programa, desenvolvido pela Câmara Federal, tem por objetivo possibilitar aos alunos de escolas públicas e particulares a vivência do processo democrático institucional mediante a participação em uma jornada parlamentar no órgão, em que os estudantes tomam posse e atuam como Jovens Deputados.

Ainda com relação aos projetos desenvolvidos pelo Governo Federal, a escola conta com o Programa *Saúde na Escola* (PSE) (BRASIL, 2014c) e com o Projeto *Saúde e Prevenção nas Escolas* (SPE) (BRASIL, 2014d). Desde o ano de 2010, o PSE é delineado por ações que visam à promoção, à prevenção e à atenção à saúde dos estudantes mediante realização de palestras educativas e preventivas sobre várias temáticas. Já o SPE contribui com a formação integral dos estudantes por meio de ações voltadas para a higiene pessoal, a prevenção a acidentes domésticos, a gravidez na adolescência e ao HIV/DSTs (BRASIL, 2013b). As estratégias desenvolvidas pelos dois programas ajudam a escola no que diz respeito

à conscientização de seus alunos na tentativa de reduzir os índices de evasão escolar, causados, muitas vezes, pela gravidez na adolescência.

Já com o objetivo de valorizar as tradições, crenças, religiões e hábitos locais, a Escola EBA criou, com a aprovação do Conselho e da comunidade escolar, o Projeto *Protagonismo Juvenil* no ano de 2009. Desde então, buscando o desenvolvimento de um trabalho coletivo em prol de melhorias para o processo ensino-aprendizagem, a ação promove a interação entre a cultura amazônica e a da região nordeste, constituintes históricas da cidade de Porto Walter (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013). O projeto é interdisciplinar e envolve todos os alunos e docentes da escola.

Num primeiro momento, em 2009, a iniciativa fora financiada pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura, do Governo do Estado do Acre, por meio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour (FEM) (ACRE, 2014b). Porém, desde o ano de 2011, logo após a mudança no edital de concorrência para financiamento de projetos, a escola tem desenvolvido o Projeto *Protagonismo Juvenil* com recursos próprios e por meio de doações dos comerciantes locais (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013). O projeto é desenvolvido nos dois semestres letivos, e cada modalidade de ensino fica responsável, juntamente com sua equipe de professores, pela divulgação e pesquisa das ações educacionais a serem realizadas. Por exemplo, no primeiro semestre de cada ano, os anos iniciais do Ensino Fundamental ficam responsáveis pelas pesquisas de estórias e lendas, como as do Saci-Pererê, Curupira, Iara, Boto Cor-de-Rosa, Mapinguari, etc., enquanto que o segundo semestre fica reservado para a produção e execução das atividades desenvolvidas a partir das investigações efetuadas pelos alunos. Assim, o Projeto *Protagonismo Juvenil* possui uma dinâmica que possibilita o trabalho de miniprojetos em seu interior, em que várias outras temáticas podem ser pautadas, como a necessidade de preservação do ambiente escolar, a importância da reciclagem, do esporte, da higiene e de outras atividades que fomentam a cidadania (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

O envolvimento dos pais nas atividades é importante e requerido pela escola. No levantamento de dados sobre questões históricas, os pais ajudam nas indicações de pessoas que possam relatar fatos passados sobre o histórico da região, assim como participam da culminância do projeto, que acontece sempre no dia 12 de dezembro de cada ano letivo. As atividades culturais ocorridas durante o

encerramento do projeto aconteciam na quadra coberta do município com a presença de autoridades locais, pais e população em geral até o ano de 2012. Entretanto, em 2013, devido às más condições do local, a equipe gestora da instituição de ensino decidiu realizar o projeto na rua em frente ao colégio, dificultando algumas atividades culturais (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

Além do projeto citado, os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental participam, desde 2009, do Projeto *Semana da Ortografia*, para o qual é destinada uma semana de cada mês a fim de que os alunos, incentivados pelos professores, façam suas produções textuais e publiquem no varal literário posto no corredor central da escola. Entretanto essas ações não são desenvolvidas com o apoio pedagógico necessário e com os direcionamentos administrativos pertinentes devido à falta de profissionais capacitados na unidade para realizar essas funções. No entanto o esforço da equipe de professores, aliado à gestão da escola, tem promovido as intervenções necessárias na intenção de aproximar os pais do ambiente escolar. A professora de artes do Ensino Médio, em entrevista para a reelaboração do PPP no ano de 2013, expõe por que essas atividades são importantes:

É através dessa proposta da escola que conseguimos manter vivas algumas relações familiares importantes entre os pais dos alunos como, por exemplo, contar história aos filhos mais novos debaixo de uma árvore ou até mesmo tentar ajudar os filhos na escola, mesmo não tendo muito tempo para isso, devido à ocupação na lavoura. Percebemos que estamos promovendo um resgate da cultura tradicional de algumas famílias da cidade. O que é negativo nisso tudo é a falta de uma maior interação da escola com essas atividades. (ENTREVISTA VII REALIZADA COM A PROFESSORA DE ARTES DO ENSINO MÉDIO PARA A REELABORAÇÃO DO PPP (2013) EM 16 DE JANEIRO DE 2013).

No ano de 2009, a escola iniciou o projeto *Reforçando a Aprendizagem*. Por meio dos dados coletados na aplicação das avaliações diagnósticas do nível de aprendizagem dos alunos e de posse das fichas de acompanhamento individual dos professores, percebeu-se, naquele momento, que 24 alunos que não estavam em distorção idade-série precisavam de reforço escolar quanto às práticas de leitura e escrita. Dessa maneira, durante a semana, no turno vespertino, esses alunos, após serem divididos em grupos de acordo com as necessidades encontradas, tinham

aulas de reforço em leitura na biblioteca da unidade escolar. O responsável por essas aulas era um professor efetivo que, hoje, se encontra lotado na função de bibliotecário devido a problemas de saúde que o impossibilitam de exercer a função de docente.

Foi nesse contexto de déficit na alfabetização que a escola pensou o projeto, que ainda é realizado. Para que essa ação fosse possível, a gestão da escola discutiu a ação com os professores e com a comunidade, reunindo o Conselho Escolar para deliberar sobre sua autorização e seu funcionamento. Atualmente, os resultados educacionais atribuídos ao projeto apontam para uma melhoria no processo de alfabetização, o que é expresso pelo professor regente de turma ao realizar exercícios de leitura e escrita em sala de aula (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

No âmbito estadual, aliado ao programa *Reforçando a Aprendizagem*, no ano de 2010, a unidade escolar foi contemplada com a implementação do programa *É Tempo de Aprender*, que tem por objetivo a redução da distorção idade-série. Para que a intervenção ocorresse, os alunos passaram por uma sondagem inicial que verificou suas idades e as séries que cursavam. Após essa investigação, foi realizada uma avaliação diagnóstica para o conhecimento sobre a proficiência dos alunos. Essa identificação ocorre, ainda hoje, nos primeiros anos do Ensino Fundamental, momento em que são montadas as turmas de acordo com as idades dos discentes nas unidades escolares. Nessas turmas, os professores trabalham atividades específicas, com materiais didáticos produzidos pelo programa para o nível de aprendizado em que se encontram os alunos (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013). No entanto o trabalho conjunto entre os projetos *É Tempo de Aprender* e *Reforçando a Aprendizagem* foi descontinuado quando o primeiro deixou de acontecer, no ano de 2010, devido à falta de sala de aula para as atividades escolares. Isso porque a escola não apresentava uma estrutura física adequada para atender ao projeto estadual. Para a sua realização, eram alugadas duas salas de aula em um colégio particular, entretanto, devido a problemas burocráticos quanto a esse tipo de contrato, a locação do espaço se tornou inviável para a Secretaria de Educação do Estado do Acre. Esse fato impediu, também, a procura por novos locais nos quais o projeto poderia ser desenvolvido (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

No que diz respeito à modalidade de ensino EJA, a escola percebeu um crescente aumento de matrículas, devido a um trabalho de conscientização feito pela gestão escolar junto às famílias. Durante a reelaboração do PPP (2013), procurou-se incentivar os alunos que haviam abandonado a escola ao retorno das atividades escolares. Essas ações de conscientização foram realizadas pela equipe gestora em reuniões com a comunidade por meio da exposição de casos de sucesso de alunos de outras cidades do Estado que retornaram aos estudos e hoje frequentam cursos superiores.

Apesar de esse trabalho não estar direcionado à conclusão do Ensino Fundamental ou Médio, a unidade escolar acabou por promover o retorno daqueles que não puderam continuar seus estudos. Por meio da distribuição de cartilhas destinadas à orientação sobre como os responsáveis deveriam proceder no acompanhamento dos alunos no período em que não havia aula, o interesse dos irmãos mais velhos fora despertado, bem como o de alguns pais que retornaram às suas atividades acadêmicas depois de muito tempo sem frequentar a escola. Assim, essa demanda de matrícula fez com que o atendimento da escola no turno noturno, pela primeira vez sob a gerência da equipe gestora atual, fosse maior do que no matutino e no vespertino.

A escola também foi contemplada em 2013 com o Programa *Ensino Médio Inovador*, do Governo Federal, que veio a ser implementado na instituição no ano de 2014.

Os projetos dos quais a escola participa demonstram uma preocupação da gestão em estar sempre promovendo a inserção dos alunos em programas e projetos nacionais e estaduais, que visam a estimular o processo de aprendizagem por meio de concursos e atividades de conscientização. Isso se tornou possível com a reelaboração do PPP da escola e da participação da comunidade na tomada de decisão das principais ações que irão compor a proposta pedagógica da escola (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

1.3 O Conselho Escolar da Escola EBA

Com vistas a uma educação de qualidade, com transparência e corresponsabilidade, a escola almeja, por meio de seu Conselho Escolar, órgão deliberativo de maior autoridade dentro da comunidade escolar, implementar cada vez mais o processo de gestão democrática (ACRE, 2003). Assim, para atuar como um mecanismo institucional incentivador de práticas participativas, o Conselho Escolar, em todo o estado do Acre no ano de 2011, passou por uma modificação em sua estrutura a partir da alteração da Lei nº 1.513, na qual os Conselhos Escolares passaram a se chamar Comitê Executivo (ACRE, 2003). A organização pedagógico-administrativa das escolas, de acordo com a reformulação do artigo 3º, passou, então, a ser composta pelo Conselho Escolar, pelo diretor e pelo Comitê Executivo (ACRE, 2003).

No âmbito da Escola EBA, seu Conselho Escolar é constituído pelos seguintes membros: um presidente eleito pela comunidade escolar; um tesoureiro, que exerce a função de coordenador administrativo da unidade escolar; um primeiro secretário, eleito por votação direta dos membros eleitos do Conselho Escolar; um segundo, um terceiro e um quarto secretários, somando-se um total de seis membros efetivos, além de seus respectivos suplentes, que assumem o cargo de conselheiros titulares em caso de desistência de um dos membros efetivos (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

Na composição do Conselho, qualquer membro da unidade escolar pode se candidatar aos cargos, ficando vedada a participação somente ao cargo de tesoureiro, pois este já é obrigatoriamente do Coordenador Administrativo.

A representação de cada segmento se compõe da seguinte forma: uma vaga para o segmento de pais; uma para o segmento de alunos maiores de idade; uma para o segmento de professores e outra para o seguimento de funcionários não docentes (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

Cumprindo mandato de dois anos, os conselheiros são convocados, sempre que necessário, a participar das atividades escolares, bem como acompanhar todas as ações que a escola executa. A participação no Conselho se dá com maior ênfase na aprovação, junto à comunidade escolar, dos recursos financeiros da escola, provenientes do Governo Federal e do Governo Estadual, assim como o que será

feito com as verbas em cada ano. Entretanto, embora os gestores da escola procurem articular as reuniões do Conselho de acordo com a disponibilidade de horário de seus membros, tem-se verificado grande número de ausentes nas atividades cotidianas da escola devido às outras atribuições que possuem, tornando a atuação do Conselho insatisfatória. Muitos conselheiros alegam a falta de tempo como o motivo para a não participação nas reuniões e nos projetos escolares (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013). Diante desse fato, a gestão escolar percebeu que, no decorrer dos anos de 2011 a 2013, a participação das famílias nas atividades escolares tem se reduzido a reuniões de pais e algumas atividades que envolvem datas comemorativas. É importante ainda frisar que, na escola, não existe nenhuma associação de pais ou de professores, e, conforme o histórico da escola, associações desse tipo nunca existiram.

Uma das funções que o Conselho Escolar pode exercer dentro das instituições de ensino é a de avaliar a escola como um todo, propondo novas ações com vistas a aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem. No ano de 2013, a participação do Conselho Escolar foi mais ativa nas discussões da reelaboração curricular e na elaboração do novo Projeto Político Pedagógico da escola para o biênio 2013-2014 (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013).

Mas, apesar de todos os esforços (descritos nas seções 1.2 e 1.3 desta dissertação) que, direta ou indiretamente, podem propiciar uma maior participação das famílias na vida escolar de seus filhos e, com isso, melhorar o desempenho dos alunos, os resultados da Escola nas avaliações externas, como no SEAPE, demonstram, ainda, um déficit na aprendizagem, o que leva a equipe gestora, juntamente com o quadro de professores, a repensar suas estratégias de ensino.

Diante dos dados obtidos por meio dos documentos institucionais, como o PPP e a Instrução Normativa n.º 004/2004, da Escola EBA e das considerações expressas pelas entrevistas institucionais, que descrevem o caso de gestão evidenciado por esta pesquisa, passamos, no próximo capítulo, a uma análise reflexiva das ações desenvolvidas pela instituição de ensino com vistas ao envolvimento das famílias na vida escolar de seus filhos, bem como ao envolvimento com a própria unidade escolar.

2 O PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO DO ENSINO POR MEIO DO ENVOLVIMENTO PARENTAL

No capítulo anterior, fizemos a descrição da Escola EBA com o objetivo de evidenciar o caso de gestão a ser analisado. Inicialmente, tratamos do conceito de responsabilização (*accountability*), dando enfoque para os princípios que o norteiam, e observamos o processo de responsabilização educacional no estado do Acre, localidade onde a escola está inserida. Também demonstramos o contexto da unidade escolar, descrevendo os perfis da gestão escolar, dos professores e dos discentes e suas famílias. Por fim, apresentamos os projetos desenvolvidos pela instituição e o funcionamento do Conselho Escolar. Para o desenvolvimento do capítulo, primeiro, procedemos à investigação nos documentos da escola, como os Projetos Políticos Pedagógicos dos anos de 2009 a 2013 PPP, com o objetivo de verificarmos como a Escola EBA trabalha o processo de responsabilização das famílias na aprendizagem dos alunos.

Neste segundo capítulo, nosso objetivo é realizar uma análise dos dados referentes ao processo de responsabilização das famílias na vida escolar de seus filhos, tendo os projetos desenvolvidos na escola como as ações que direcionaram nossas considerações. Além dos dados obtidos por meio dos documentos institucionais, efetuamos a aplicação de questionários para a equipe gestora, os docentes, o presidente e o vice-presidente do Grêmio Estudantil e para o representante dos pais no Conselho Escolar com vistas a investigar as possíveis ações desses atores no processo de envolvimento parental na escola e em casa. O quadro 2 apresenta os membros da comunidade escolar que responderam aos nossos questionários.

Quadro 2 – Sujeitos que responderam aos questionários

| Sujeito | Função Exercida |
|--|--|
| Coordenadora de Ensino | Exerce função de coordenador de ensino junto à equipe gestora. |
| Coordenadora Pedagógica 1 | Exerce função de coordenador pedagógico junto à equipe gestora. |
| Coordenadora Pedagógica 2 | Exerce função de coordenador pedagógico junto à equipe gestora. |
| Professor 1 | Exerce função de professor do 1º ano do Ensino Fundamental. |
| Professor 2 | Exerce função de professor do 2º ano do Ensino Fundamental. |
| Professor 3 | Exerce função de professor do 2º ano do Ensino Fundamental. |
| Professor 4 | Exerce função de professor do 3º ano do Ensino Fundamental. |
| Professor 5 | Exerce função de professor do 4º ano do Ensino Fundamental. |
| Professor 6 | Exerce função de professor do 5º ano do Ensino Fundamental. |
| Professor 7 | Exerce função de professor de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental do 6º ao 9º anos. |
| Professor 8 | Exerce função de professor de Matemática do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano. |
| Professor 9 | Exerce função de professor de Geografia e Religião do Ensino Fundamental do 6º ao 9º anos. |
| Professor 10 | Exerce função de professor de História e Artes do Ensino Fundamental do 6º ao 9º anos. |
| Professor 11 | Exerce função de professor de Ciência do Ensino Fundamental do 6º ao 9º anos. |
| Professor 12 | Exerce função de professor de Educação Física do Ensino Fundamental do 6º ao 9º anos. |
| Representante dos pais no Conselho Escolar | Atua como membro do conselho escolar, representando os pais e responsáveis dos alunos. |
| Presidente do Grêmio Estudantil | Aluno do 2º ano do ensino médio, eleito presidente do Grêmio Estudantil. |
| Vice-presidente | Aluno do 3º ano do ensino médio, eleito vice-presidente do Grêmio Estudantil. |

Fonte: elaborado pelo autor.

Como referencial teórico para o desenvolvimento das observações, utilizamos autores que tratam do tema do processo responsivo dentro do contexto escolar e, principalmente, do envolvimento da família na aprendizagem dos alunos. Assim, nos baseamos em pesquisadores como Brooke, Cunha e Faleiros (2011), Epstein (1989; 1991; 1992), Lück (2000; 2010), Lahire (1997), Motta (2013) e Paro (2000; 2003; 2007), entre outros. Esses pesquisadores afirmam que o sucesso escolar das crianças, especialmente daquelas pertencentes aos contextos sociais desfavorecidos, ocorre na ação conjunta entre escola, equipe gestora, professores e pais, criando um comprometimento responsivo a todos.

Epstein (1989), Epstein e Dauber (1991), Lahire (1997), Motta (2013) e Paro (2000, 2003 e 2007) ainda nos auxiliaram na discussão quanto à importância do envolvimento familiar nas ações pedagógicas da escola para a efetiva realização de uma gestão democrática, como também para que ocorra um efetivo compromisso dos demais profissionais da unidade escolar. Mediante tais argumentos, um dos pilares dessas alterações encontra-se na concepção de gestão escolar voltada para ações descentralizadoras. Passamos a desenvolver melhor nossa análise a partir da diferenciação entre participação e envolvimento familiar.

2.1 Da participação familiar ao envolvimento parental

Há algum tempo, tem-se discutido sobre a influência familiar no desempenho dos alunos na escola. Entretanto o entendimento sobre as concepções da participação familiar é uma temática que sofreu alterações ao longo dos anos, como se pode constatar ao compararmos as instruções normativas que regem a educação brasileira e as considerações dos pesquisadores da área educacional (MOTTA, 2013; NOGUEIRA, 1998). Com o desenvolvimento de projetos educacionais inaugurados no fim da década de 1980 por meio da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), aprimorados na década de 1990, e com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), foi instituída, legalmente, a importância da participação da família na vida escolar das crianças com vistas à melhoria da qualidade da educação.

Em seu artigo primeiro, a LDB, aprovada em 1996, reconhece que a escola precisa compartilhar a responsabilidade de educar as novas gerações, em todos os

níveis de ensino, em parceria com as várias outras instituições da sociedade, como a família (BRASIL, 1996). Tanto a escola como a família são instituições sociais presentes na vida dos estudantes e, por isso, quanto mais próxima for a relação estabelecida entre ambas, melhores serão os resultados educacionais. Nesse sentido, Libâneo (2000, p. 22) afirma:

Educação é o conjunto de ações, processos, influências, estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupo na relação ativa com o ambiente natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais.

A LDB de 1996, em seu artigo 12, afirma, ainda, que as instituições de ensino deverão, entre outras obrigações:

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola. (BRASIL, 1996, p. 5)

Com o intuito de estreitar as relações entre família e escola, o Ministério da Educação (MEC), em 2001, instituiu a data de 24 de abril como o Dia Nacional da Família na Escola. Há, também, algumas outras ações que fomentam a ligação entre unidades escolares e familiares, como a distribuição gratuita de uma cartilha, disponível no site do Ministério, sob o título *Acompanhem a Vida Escolar de seus Filhos* (BRASIL, 2009).

Para além da iniciativa estatal, evidenciamos o projeto *Educar para Crescer*¹⁶, que disponibiliza gratuitamente para *download*, em seu *site*, “guias da educação” em formas de cartilhas e histórias em quadrinhos. Tal como a cartilha do MEC, esses guias fornecem dicas de como a escola e a família devem proceder para a criação de um trabalho conjunto tendo como fim o melhor acompanhamento da vida escolar dos estudantes. No entanto, apesar da importância das iniciativas descritas, a

¹⁶ O *Educar para Crescer* é um movimento sem fins lucrativos que tem o objetivo de “Tornar a educação a grande pauta nacional” (GRUPO ABRIL, 2014, *online*). O projeto atinge mais de 30 milhões de pessoas entre pais, mães, jovens, crianças, professores, empresários e cidadãos.

participação familiar fica atrelada à participação das famílias nos Conselhos Escolares e nas reuniões de pais.

Outro importante documento para a apropriação jurídica da participação popular nas demandas escolares é o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que estabeleceu, em seu artigo 53, incisos III e IV, o direito de organização e participação dos alunos em entidades estudantis e o direito dos pais ou responsáveis de participar da discussão e desenvolvimento do processo pedagógico nas instituições de ensino.

Já no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que fora instituído pela Lei 8.069, em 1990, que teve como parâmetro o direito à educação instituído pela Carta Magna de 1988, nota-se, em seu artigo 4º, a importância da relação desses dois entes da sociedade:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990)

Diante das diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal, na LDB e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, percebemos que o estado do Acre ainda comunga do mesmo entendimento quanto à participação das famílias na escola no que tange aos espaços restritos das reuniões escolares e dos Conselhos Escolares. Assim, percebemos a falta de ações da Secretaria de Educação do Estado quanto às próprias escolas que fazem parte da rede de ensino do Estado do Acre para o maior envolvimento das famílias com as instituições de ensino.

Nesse ponto, chegamos a uma diferença fundamental sobre os entendimentos normativos e acadêmicos sobre a participação familiar nas escolas. Segundo Motta (2013), enquanto a participação familiar na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente corresponde à participação apenas nas reuniões e nos Conselhos Escolares, algumas perspectivas acadêmicas apontam que o envolvimento parental é uma estratégia de gestão escolar com o fim de aprimorar o processo de ensino e aprendizagem. Bhering e Blatchford (1999, p. 205) esclarecem a questão:

A categoria "envolvimento" como uma forma de participarem mais intensamente de atividades que estão relacionadas ao ensino e à aprendizagem escolar, em casa ou na escola (sala de aula). Estas atividades podem também ser iniciadas pelos próprios pais em casa, ou sugeridas pelos professores. Elas são bem abrangentes e tratam dos diversos procedimentos adotados pelos pais para auxiliar os filhos na aprendizagem, como, por exemplo, deveres de casa, leituras de livros que interessam aos pais e às crianças, jogos que estimulam o desenvolvimento cognitivo, etc., até a participação ativa dos pais na escola [...].

Considerando essa definição, o envolvimento parental é visto como um envolvimento não apenas com a escola, mas também com o currículo desenvolvido para a aprendizagem dos alunos. O envolvimento parental inclui ainda o interesse das famílias de forma voluntária para as várias áreas do conhecimento de que trata a escola, procurando ajudar na tarefa diária do aluno no incentivo à leitura e à produção de texto. Porém essa concepção de educação exige uma análise sobre o contexto familiar de cada aluno para que se possa compreender o que pensam os pais sobre seu papel no processo de escolarização dos seus filhos e sobre o que pensam em relação à própria escola. Para Balestra (2007), tal observação permite que a participação dos pais no processo de aprendizagem seja efetiva, o que facilita a prática pedagógica dos professores e, como consequência, a melhoria da qualidade do ensino por meio do aprimoramento das ações desenvolvidas na escola, tendo em vista que, depois da convivência familiar, a escola é o local onde a criança passa boa parte do seu tempo. Nesse espaço, o professor, além de ser o principal mediador de conhecimentos acadêmicos, é a figura central que motiva e orienta o estudante na busca pelo conhecimento e na sua aplicabilidade no mundo exterior à escola.

Após verificar a importância do envolvimento parental, é prudente refletir, ainda que não se almeje responder a todas as questões, sobre quais são os motivos de essa participação, de um modo geral, não se consolidar de modo mais eficaz. Cabe perguntar por que muitos pais se limitam a levar e buscar os filhos na escola, sem acompanhar o que ocorre na instituição? Será que a escola se abre à participação parental em apenas alguns momentos específicos, como reuniões e comemorações tradicionais? Qual será a porcentagem de pais e responsáveis que entende que o compromisso com a educação do filho se complementa apenas com uma ou outra ajuda nos deveres de casa, quando ocorrem? Por outro lado, como a

escola se comporta? Há campanhas constantes solicitando a participação dos parentes ou somente em momentos especiais ou de urgência? A escola é fincada em pilares de colaboração e participação ou em pilares de patrimonialismo?

Obviamente, são muitos os questionamentos. Porém é prudente pensar nesta via de duas mãos, pois, em certo momento, elas se fundirão num único objetivo comum: fazer educação de qualidade.

A seguir, damos continuidade às análises que objetivam promover uma reflexão sobre essas questões.

2.2 Os projetos desenvolvidos pela Escola EBA frente ao envolvimento parental

Para que o envolvimento parental aconteça no interior das unidades escolares, as escolas, por meio de suas equipes gestoras, devem ser as promotoras de ações voltadas para uma maior aproximação das famílias. No que tange ao contexto específico da Escola EBA, é importante averiguar em que medida a instituição proporciona o envolvimento familiar para o aprimoramento da aprendizagem de seus alunos.

Epstein e Dauber (1991) desenvolvem uma classificação inicial, de cinco tipos, para o conceito de envolvimento parental, que se constitui em uma estratégia prática de ação para as escolas e seus profissionais, desdobrando-o, tempos mais tarde, em seis chaves de compreensão (EPSTEIN; DAUBER, 1991).

Passamos, agora, à explicação de cada um dos tipos de envolvimento parental para sua melhor compreensão. Como primeiro tipo de atividades de incentivo ao envolvimento parental, temos o que Epstein (2001) convencionou chamar de “*Parenting*”, termo que pode ser traduzido como “parentalidade”. As atividades aqui compreendidas dizem respeito ao cuidado com os filhos, como saúde e bem-estar, e às ações de acompanhamento da vida escolar das crianças. Portanto, esse tipo se direciona para os responsáveis pelos alunos. Desse primeiro tipo, pode-se depreender que a principal característica é deixar a criança em condições sociais e físicas suficientes para frequentar a escola sem problemas extramuros da escola.

Como segunda forma de envolvimento parental, temos as atividades voltadas para a melhoria do processo de comunicação entre as famílias e a escola, em que a instituição deve manter as famílias informadas sobre as atividades escolares, seus projetos, reuniões, calendário escolar, informações sobre desempenho dos alunos. Dessa segunda forma, verifica-se um maior alinhamento e aproximação entre a escola e família, ainda que, aparentemente, penda para um universo mais burocrático, de informação, do que propriamente de interação efetiva entre a escola e os responsáveis pelos alunos.

O terceiro tipo evidencia as atividades de voluntariado dos pais quanto às atividades promovidas na escola. Nesse caso, já se verifica um envolvimento muito maior e, ademais, uma identificação senão com a estrutura escolar com a causa escolar, independente do ponto que se voluntaria. Não é difícil verificar pessoas ajudando na pintura, na merenda, no reparo de carteira, enfim, ajudando com aquilo que sabe, e não com a doação de valores monetários.

O quarto tipo se refere ao envolvimento das famílias nas atividades que as crianças levam para o lar, como deveres para casa, pesquisas e atividades culturais promovidas pela escola. Avalia-se esse envolvimento como imprescindível ao desenvolvimento escolar da criança, desenvolvimento intelectual, *a priori*. Entretanto não é demais presumir que, ao fazer tal acompanhamento, esses pais extrapolam o universo da escola e, conjuntamente com esse acompanhamento dos filhos, deixam a impressão, ainda que não explicitamente, de que valorizam a escola e a vida escolar. Isso deixa, certamente, um legado aos filhos, agora crianças, que serão pais futuramente. Enfim, deixa a sensação da valorização da escola para a vida das crianças.

O quinto tipo versa sobre a participação dos responsáveis pelos alunos nos processos decisórios e deliberativos das escolas. Nesse caso, verifica-se já, desde que a escola tenha uma postura democrática, um amadurecimento do aluno com vistas à cidadania participativa. Entende-se que, ao participarem nos diversos órgãos da escola, no Grêmios Estudantil, Associação de Pais e Mestres (APM), reuniões de pais, os alunos estarão se preparando para ter um postura participativa na sociedade também.

O sexto e último tipo descreve a parceria entre as escolas e as demais instituições e organizações do entorno escolar. Esta última forma indica também o sentido de pertencimento da escola diante de seu entorno. Ela se faz necessária e

participante das decisões das organizações e da comunidade ao redor dela. É, da mesma forma, uma maneira de provocar o sentido de pertença àqueles que veem a escola como mero prédio administrativo, com uma função apenas de receber os alunos.

Como se percebe, cada tipo vai se complementando e alinhando escola, família, alunos e sociedade civil organizada, objetivando mais que a valorização da escola, colocando-a no rumo da importância para mudanças sociais.

Com a exposição da tipologia do conceito de envolvimento parental descrito na teoria de Epstein e Dauber (1991), podemos observar nos projetos dos quais a escola participa que existem algumas lacunas no provimento de ações de envolvimento parental de ambas as partes – tanto da escola, com a falta de ações pontuais - entre elas, as de sala de aula -, quanto das famílias – nas ações voluntariadas de envolvimento das atividades escolares dos filhos.

Para tanto, elencamos quatro níveis distintos de classificação do envolvimento parental descritos acima que consideramos relevantes para o sucesso do envolvimento parental na instituição pesquisada, mas nos utilizaremos somente de três desses, pois os consideramos mais específicos de serem trabalhados na localidade onde a escola se localiza.

O primeiro deles é o envolvimento parental em casa, o qual é caracterizado através de uma melhoria no processo de comunicação entre a escola, as famílias e, também, os alunos. O segundo é o envolvimento parental focado na vida escolar dos filhos, que é caracterizado na melhoria na comunicação com a escola, de preferência, com os professores das turmas, procurando sempre se informar sobre o desenvolvimento escolar do aluno. O terceiro diz respeito ao envolvimento das famílias na escola através das ações de voluntariado nas atividades pedagógicas, nas festas, nas reuniões, nas gincanas, nos passeios culturais e outros. Por fim, as parcerias entre as famílias, a escola e a comunidade como forma de promover a interação entre ambas. Por meio da análise dos projetos *Protagonismo Juvenil* e *Semana da Ortografia* (descritos anteriormente), foi possível notar que a escola não tem se apropriado de tais prerrogativas de classificação elencadas acima para promover o envolvimento parental das famílias.

Ainda em relação aos projetos desenvolvidos pela escola analisada, levando-se também em consideração o contexto em que tal instituição está inserida, consideramos essencial, para elucidar a proposição de nossa pesquisa, centrar

nossas observações no fomento de ações que desenvolvam determinados tipos de envolvimento parental, tais como os descritos por Epstein e Dauber (1991). Tais formas de envolvimento serão explicadas mais detalhadamente no capítulo a seguir, no qual será apresentado nosso Plano de Intervenção. Não obstante, cabe dizer que se trata de formas de fortalecer a comunicação entre a escola e as famílias dos alunos. Esse fortalecimento envolve desde ações de professores orientando pais para acompanhar e auxiliar o processo de aprendizagem dos filhos em casa até o envolvimento da comunidade na organização de atividades culturais e de lazer, promovendo, assim, uma partilha de responsabilidades relativas à educação no sentido amplo.

É nesses diferentes níveis que o resultado do trabalho coletivo envolvendo gestão escolar, alunos, professores, famílias, com foco no objetivo comum de promover a aprendizagem e cooperação de responsabilidades de todos que fazem parte da comunidade escolar, que poderemos desenvolver ações de envolvimento parental propostas por Epstein e Dauber (1991).

As parcerias só poderão ser bem-sucedidas se forem baseadas na confiança para a promoção de uma boa comunicação entre seus atores. No entanto ressaltamos que são os professores, apoiados pelos gestores escolares, os principais propulsores no processo de criação de uma educação participada que envolva as famílias dos discentes nas atividades escolares dentro e fora de sala de aula. O professor se torna peça importante nesse processo, pois é o responsável pelo primeiro passo no que possa vir a ser o melhoramento da relação que os pais têm com os professores, nas ações de proximidade de família e escola, e, ainda, dos pais com os seus filhos enquanto alunos.

O quadro 3 a seguir apresenta um resumo dos seis tipos de envolvimento parental descritos na teoria de Epstein e Dauber (1991).

Quadro 3 – Tipos de envolvimento parental

| Item | Ação |
|----------------------|---|
| Primeiro Tipo | Diz respeito às obrigações básicas dos pais com relação à educação dos filhos. Cuidar da infância, da saúde, bem como do acompanhamento escolar. |
| Segundo Tipo | É a comunicação entre escola e família de forma coesa e coerente. A escola precisa manter um canal de comunicação com as famílias de forma eficaz permitindo que os pais conheçam as regras, o PPP e o rendimento dos alunos. |
| Terceiro Tipo | Vincula-se ao envolvimento dos pais de forma voluntária nas atividades da escola, sejam elas atividades pedagógicas de auxílio aos professores ou ajuda na programação de passeios. |
| Quarto Tipo | Relaciona-se com as atividades voltadas ao envolvimento dos pais nas ações de aprendizagem da criança em casa. Envolve a rotina diária da família, bem como outras ações, como visitas culturais. |
| Quinto Tipo | O quinto tipo tem suas bases empíricas voltadas para o envolvimento dos pais na parte de governo da escola: participação nos Conselhos, nas reuniões de associações de pais, etc. |
| Sexto Tipo | É a colaboração e o intercâmbio com a comunidade, promovendo o conceito de parcerias com as entidades de entorno da escola. |

Fonte: elaborado pelo autor a partir da tipologia desenvolvida por Epstein (1989) e Epstein e Dauber (1991).

As autoras Bhering e Blatchford (1999) pontuam que a tipologia desenvolvida pelos estudos de Epstein (1989) e Epstein e Dauber (1991) pode ser utilizada pelos profissionais das escolas como um mecanismo eficaz para aproximação e concretização do envolvimento parental, de modo que se faz necessário observar que a importação do modelo para a análise das escolas brasileiras se constitui “[...] um importante marco referencial para o trabalho com estratégias de envolvimento

parental pela escola e seus profissionais” (BHERING; BLATCHFORD; 1999 p. 196-197). Isso porque, além de constituir uma primeira tentativa de diferenciação profícua entre participação e envolvimento parental, a tipologia congrega a cobrança dos pais sobre o acesso às escolas públicas e à educação de qualidade, mesmo quando observamos uma relação pouco exitosa entre escola e família.

Ainda dentro do contexto das análises, usaremos a teoria desenvolvida em Lahire (1997), especialmente quando da mensuração do que possam revelar os dados oriundos das respostas do representante dos pais no Conselho Escolar e dos alunos que representam o Grêmio Estudantil, para que possamos pontuar a importância do envolvimento familiar para um impacto positivo na vida estudantil da criança em um contexto tão desprovido de bens materiais e econômicos, como é o caso da localidade onde a escola está inserida. Lahire (1997) mostra, através de uma descrição de cinco configurações familiares, como elas influenciam o sucesso escolar das crianças, independentemente de condições socioeconômicas favoráveis ou não.

O primeiro passo apontado por Lahire (1997) diz respeito às formas da cultura escrita que acontecem nas famílias. Já o segundo refere-se, inicialmente, às condições e às disposições econômicas frente ao sucesso ou fracasso do aluno; em seguida, apresenta a importância da ordem moral dentro das famílias; mais adiante, expõe as formas de autoridade dentro das famílias; e, por fim, descreve os investimentos que as famílias fazem em seus filhos para com o sucesso na escola e quais os investimentos pedagógicos que as famílias fazem para o sucesso escolar dos filhos.

Percebe-se que Lahire (1997) tece sua linha de raciocínio pelo problema básico que dá o norte para sua teorização, que é a busca pela compreensão do que ele chama de “diferenças secundárias”. Embora percebamos que todas as 27 crianças observadas na pesquisa do autor são consideradas crianças que possuem uma origem semelhante do ponto de vista socioeconômico, podemos também considerar uma série de diferenças secundárias, que são ligadas à composição das famílias, às práticas e às dinâmicas das famílias das crianças, o que faz com que elas (crianças) passem por experiências socializadoras diferenciadas.

Além da incorporação de um patrimônio de disposições distintas, na qual foi possível estabelecer uma relação particular com a escola e os processos de ensino e aprendizagem das crianças, percebeu-se que as crianças observadas por Lahire

(1997) na pesquisa não são simples representantes de uma determinada categoria socioeconômica, mas podemos dizer que são seres complexos, cujo comportamento escolar só poderá ser compreendido diante de uma análise criteriosa e atenta da diversidade inter e intraindividual destes indivíduos.

Partindo do pressuposto da última observação feita, cabe ressaltar que um dos aspectos centrais da abordagem de Lahire (1997) com relação às famílias está centrado na sua heterogeneidade. Primeiramente, tenta buscar as diferenças secundárias entre as famílias que pertencem a um meio social homogêneo, cujas características são marcadas pelo baixo capital cultural e econômico. O autor procurou ressaltar que as diferenças secundárias são suficientes para configurarem experiências socializadoras contrastantes, incorporadas através de um patrimônio diferenciado de disposições, que favoreciam para resultados escolares dos alunos mais ou menos positivos.

O enfoque da pesquisa de Lahire (1997) não busca unicamente apenas as diferenças entre as famílias, mas as diferenças internas ao grupo familiar aos quais os alunos pertencem. O mesmo pesquisador observa que, mesmo quando as semelhanças entre o ponto de vista de alguns atributos considerados clássicos pela Sociologia da Educação, como o nível de escolaridade dos familiares, possam ser preponderantes nas diferenças, pais e mães são seres sociais distintos, que possuem trajetórias sociais e escolares próprias, o que poderia configurar uma tendência de submissão dos filhos a lógicas socializadoras, até certo ponto, contrastantes, ou, mesmo, contraditórias.

O mesmo pesquisador evidencia que a heterogeneidade interna das famílias é resultado também da participação de outros membros, como avós, tios, irmãos e outros, que fazem parte do que chama de rede de interdependência familiar¹⁷, na qual há interferências nos processos de socialização vividos pelas crianças. Faz, ainda, considerações sobre as diferenças que são relacionadas ao gênero no interior das famílias. Para Lahire (1997), é necessário que se considere não só as diferenças de papéis que ocupam pais e mães, mas também as suas repercussões sobre a socialização dos filhos, levando em consideração também os laços de

¹⁷ Lahire analisa vários casos em que membros da família estendida desempenham papel importante nos processos de socialização da criança e mesmo no acompanhamento direto de sua escolarização. Cabe destacar situações em que a principal fonte de capital cultural não são os pais, mas um irmão ou irmã, que passa, assim, a desempenhar papel decisivo no apoio à escolarização da criança (NOGUEIRA, 2013).

identidade com os outros membros da família, como é o caso dos irmãos – quer sejam do mesmo sexo ou não.

O autor mostra ainda que crianças cujos familiares mantêm uma maior relação de proximidade com a cultura escrita são mais dedicadas às tarefas escolares.

Outro fator apontado por Lahire (1997), que contribui para a elucidação dos dados de nossa pesquisa sobre a escola EBA, tem relação com o que ele mesmo chama de condições e disposições voltadas para a parte econômica das famílias. O autor menciona que o fator econômico relacionado à empregabilidade e à renda dos membros das famílias pode muito bem não estar associado ao que se considera como situação desfavorável para o desempenho do aluno.

Para as considerações levantadas pela análise da gestão escolar, apoiamos também no que está previsto na LDB 9.394/96, em seu artigo 12, com destaque para os incisos de V a VIII, os quais determinam que os estabelecimentos de ensino têm a incumbência de:

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009).

VIII - notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei (Incluído pela Lei nº 10.287, de 2001). (BRASIL, 1996, p. 5, grifos nossos)

Ainda mencionaremos aqui algumas das sugestões desenvolvidas pelos estudos de Epstein e Dauber (1991) acerca do que as escolas e os professores podem fazer para aproximar os pais dos alunos, da melhor forma possível, na realização das atividades escolares, desencadeando uma cadeia de colaboração com ações que estejam respaldadas pelos projetos da escola. A clareza sobre o que

a escola espera dos pais dos alunos nas tarefas escolares, as formas de promover a comunicação com as famílias e até mesmo a transformação da escola em um espaço de iniciativas de colaboração para melhorar o que a escola já tenha feito sobre o envolvimento parental podem ser um caminho a ser seguido rumo ao sucesso escolar dos alunos. A propósito, analisamos a seguir o que a escola já tem feito através dos projetos escolares para a promoção dos princípios metodológicos propostos por Epstein e Dauber (1991).

A escola EBA, conforme mencionamos no primeiro capítulo, desenvolve alguns projetos, muitos deles voltados somente à participação dos alunos em ações desenvolvidas por órgãos nacionais e estaduais, além de algumas ações desenvolvidas pela própria escola. No entanto, com base na análise documental realizada na instituição e nos relatos da equipe gestora e dos professores, constatou-se que esses projetos não têm caráter de envolvimento das famílias na aprendizagem dos alunos, assim como existem falhas no tocante ao que Epstein e Dauber (1991) consideram como o primeiro tipo de envolvimento parental, que consiste nas obrigações básicas dos pais em relação à educação dos filhos. Segundo a coordenadora de ensino, em questionário aplicado em outubro de 2014, “[...] as famílias dizem ter uma grande carga de trabalho; por isso não têm tempo na vida escolar dos filhos” (COORDENADORA DE ENSINO, 2014, questionário aplicado em outubro de 2014). O tipo de envolvimento pressuposto nesta observação é o que Epstein (1989) chama de “Parentalidade”, porque envolve os cuidados dos pais com os filhos em relação à saúde, educação, dentre outros.

Além disso, descobrimos também, ao analisar os projetos da escola, que o segundo, o quarto e o sexto tipo de envolvimento parental, apresentados por Epstein e Dauber (1991), serão à base de sustentação para o processo de aproximação da escola com as famílias de nossa pesquisa e, por isso, nos ajudarão a elaborar proposições nesse sentido. Assim sendo, iremos nos ater mais a estes três tipos de envolvimento.

Os tipos de envolvimento de que iremos nos apoderar para nos auxiliar na nossa discussão diz respeito aos que envolvem a “Comunicação,” “Envolvimento dos pais nas tarefas escolares” e o da “Colaboração”. Este último, de acordo com nossa análise, já acontece timidamente, pois existem parecerias nos projetos que envolvem as ações da saúde na escola, e, com isso, as famílias sempre buscam a direção para saber os dias de consultas médicas e odontológicas. Entende-se que

se deve aproveitar este momento para consolidar outras ações que tragam mais participação e benefícios à escola e à comunidade escolar.

As participações dos alunos nos projetos nacionais envolvendo o vasto campo das olimpíadas do conhecimento, como as de Língua Portuguesa, Matemática, Química, História e outras, não têm promovido grandes resultados além da interação e da possibilidade de ampliação dos horizontes que transpassam os muros da instituição. A escola não desenvolve programas para auxiliar os alunos a ampliarem as suas participações nem a aperfeiçoarem seus desempenhos em busca de melhores colocações, ficando essa incumbência, muitas vezes, restrita ao professor da disciplina, que, sem apoio técnico e metodológico para promover as ações, pouco consegue fazer para ajudar os alunos.

Ainda de posse dos dados da pesquisa realizada com a equipe gestora, elaboramos questionários para aplicar aos coordenadores pedagógicos, professores do ensino fundamental, ao representante de pais no conselho escolar, ao presidente e ao vice-presidente do grêmio estudantil em outubro de 2014. Tal procedimento embasou-se no fato de esses atores estarem, de certa forma, mais presentes no cotidiano escolar da instituição, bem como por ser mais salutar a proposição de ações oriundas de dentro da própria escola. Não nos propusemos a entregar os questionários aos pais dos alunos, visto que aplicá-los nos demandaria um tempo maior, tendo em vista as dificuldades de locomoção para as comunidades rurais e também de apresentação de respostas que nos permitissem visualizar com maior exatidão o caso de gestão que apresentamos, tendo em vista que muitas famílias possuem em sua formação escolar pais e mães analfabetos.

Podemos visualizar em uma das falas da Coordenadora de Ensino a deficiência da relação escola-família ou vice-versa. Quando questionada sobre como se dão as relações da escola com a comunidade, ela nos respondeu: “[...] Quando ocorrem os eventos festivos da escola ou nas reuniões com a comunidade”. (COORDENADORA DE ENSINO, questionário aplicado em outubro de 2014). Essa fala da coordenadora presume que a relação da escola com a comunidade não está consolidada a ponto de resultar em parcerias, colaborações, participações democráticas nas decisões da escola e afins. Isso se torna um problema na medida em que a escola não se coloca, ou não acaba sendo apropriada pela comunidade.

O que se percebe nas colocações feitas pela Coordenadora de Ensino é que a relação escola-família está alicerçada em um movimento de culpabilização. Em

outra fala, afirma “[...] a escola deve tentar trazer os pais para a instituição, não só quando surgir problemas relacionados aos filhos, e sim para elogiá-los e incentivá-los a envolver-se cada vez mais na vida escolar dos filhos, sendo que ambos são parceiros no processo ensino-aprendizagem”. No entanto não percebemos em seu comentário características de uma responsabilização compartilhada – a qual constitui a proposição investigativa deste estudo –, pois a escola se utiliza, muitas vezes, da vinda dos pais escola somente para alardear reclamações sobre seus filhos. Percebe-se, ainda, a forte existência da atenção escolar e de sua equipe gestora para a direção de uma instrumentalização dos pais à ação educacional, muitas vezes acreditando que somente a participação da família é condição necessária para o sucesso escolar dos filhos (OLIVEIRA, 2002). Assim, tanto escola como família têm suas especificidades, mas se complementam. Embora não se possam negar as suas importâncias como instituições independentes uma da outra, não se pode perder de vista também as suas fronteiras com relação à melhoria da qualidade da educação das crianças.

É exatamente na busca de ações entre as duas instituições sociais, escola e família, que possuem objetivos distintos, mas que se interpenetram, uma vez que “[...] compartilham a tarefa de preparar as crianças e os jovens para a inserção crítica, participativa e produtiva na sociedade” (REALI; TANCREDI, 2005, p. 240), que objetivamos a elaboração deste estudo sobre o envolvimento parental.

Tais ações apontadas pela Coordenadora de Ensino podem fazer parte de um aparato inicial da escola para atrair os pais para o objetivo maior que é envolvê-los no contexto escolar de sala de aula, dando continuidade no processo de envolvimento parental nas ações de casa junto à família.

As análises documentais revelam ausência de ações que induzam as famílias a frequentar a escola, até mesmo na hora da divulgação dos resultados dos alunos nos projetos de que a instituição participa, caso das olimpíadas de várias disciplinas do conhecimento, como Língua Portuguesa e Matemática, do projeto escolar desenvolvido pela instituição denominado de “Protagonismo Juvenil”, entre outros que a escola executa. É o que Lahire (1997) nos evidencia nas cinco configurações familiares descritas em sua pesquisa. A escola poderia fazer uso dos resultados dos alunos nos projetos nacionais e nas avaliações externas para promover a aproximação com as famílias e propor ações que envolvessem a ajuda dos pais em casa, em que, independentemente de suas condições econômicas, culturais,

escolares e sociais, todos poderiam ajudar. Para tanto, é necessário a escola se colocar na condição de acolhimento dessas ações de maneira mais insistente e incisiva.

Outro fato que fez parte de nossa amostra analítica dos projetos da escola frente ao envolvimento parental das famílias nas aprendizagens dos alunos diz respeito aos programas desenvolvidos pelo Ministério da Saúde através da Secretaria Estadual e Municipal de Saúde, com o Programa de Saúde na Escola (PSE) e o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE). Nesses programas, são executados atendimentos de saúde hospitalar e dentária aos alunos, assim como a conscientização das famílias na proteção em acidentes domiciliares e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e de gravidez na adolescência, sendo esta última, segundo levantamento da secretaria da escola, um dos maiores motivos para os jovens do ensino médio abandonarem a escola.

Percebeu-se também que a escola não faz uso da presença parental para acompanhamento dos filhos nas consultas médicas para desenvolver ações de aproximação, uma vez que muitos pais, conforme já relatado anteriormente pela equipe gestora, não frequentam com assiduidade a escola. Nesse momento em que a família procura atendimento básico de saúde na escola através das ações governamentais, sejam elas de aplicação de flúor dentário, consultas clínicas e oftalmológicas, a escola poderia usar da presença das famílias para promover ações de conscientização de envolvimento na vida escolar de seus filhos.

Para a Coordenadora Pedagógica 1, isso não é possível, pelo seguinte motivo:

Por conta de diferentes situações, como grande carga de trabalho, os avanços nos meios de comunicação, dentre outros, as famílias têm menos tempo para se envolver na vida escolar dos filhos e com isso a escola se condiciona a não promover ações desta natureza. (COORDENADORA PEDAGÓGICA 1, questionário aplicado em outubro de 2014)

Diante desses aspectos levantados pela Coordenadora Pedagógica 1, podemos considerar que a relação entre a escola e as famílias caracterizou-se, até então, tanto deficitária quanto causadora de um fenômeno pouco harmonioso e satisfatório para as duas instituições. Ambas criam suas expectativas para com os atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem, mas não são atendidas e se

mostram pouco favoráveis ao crescimento e desenvolvimento dos alunos. Parece-nos que a relação de envolvimento parental entre escola e família tem se estabelecido através de situações vinculadas a algum tipo de problema, dificultando a contribuição necessária para que as duas instituições possam realizar ações baseadas na construção de uma parceria eficaz e com credibilidade que possam promover fatores positivos e gratificantes relacionados ao aprendizado dos alunos, desencadeando uma cadeia de partilha de responsabilidades.

Será através das possíveis lacunas que existam no entrelaçamento entre a família e a escola que apresentaremos o desafio de propor ações que modifiquem a cultura escolar da instituição pesquisada, no sentido de que esta possa, diante de suas limitações, promover ações pontuais e positivas que, efetivamente, contribuam com os processos de socialização, aprendizagem e desenvolvimento de seus educandos, auxiliando, assim, as famílias no trato para com seus filhos.

Outro déficit que foi percebido na análise documental e dos projetos escolares é que a escola dificilmente solicita à Secretaria de Saúde e Assistência Social, por exemplo, palestras sobre temas diversos que poderiam ser relevantes para a aproximação dos pais com a escola. Temas como prevenção de acidentes domésticos, cuidados dentários, HIV/DST, gravidez na adolescência, entre outros são ações isoladas das secretarias citadas, que acontecem esporadicamente, sem uma rotina mensal ou bimestral. Seria interessante, especialmente com relação à saúde, perguntar à comunidade escolar em geral e aos pais quais seriam os temas de interesse. Isso poderia ser estendido a outras áreas mais ligadas à questão do empreendedorismo doméstico para as mulheres que trabalham em casa.

A ausência de ações de aproximação da escola pelos projetos escolares é percebida também quando da elaboração e execução dos projetos promovidos pela equipe gestora junto aos docentes. No caso específico da unidade de ensino pesquisada, no projeto *Protagonismo Juvenil* e na *Semana da Ortografia*, são previstas ações voltadas para a participação dos pais nas apresentações culturais dos alunos. No entanto tal participação ainda é insuficiente devido à falta de comunicação em tempo hábil para a presença dos pais. Para a professora de Língua Portuguesa, a falha está no fato de que “[...] os pais já têm durante a semana uma vida difícil no trabalho na lavoura e a escola precisa antes de qualquer ação informar para eles com antecedência o dia das atividades” (PROFESSORA 7, questionário aplicado em outubro de 2014). Nota-se que, tanto nessa fala quanto na anterior da

Coordenadora Pedagógica 1, há uma espécie de resignação em relação os fatores tidos como externos. Não há exatamente uma reflexão sobre como as ações da escola, ao serem pensadas e monitoradas, poderiam encarar esse desafio. Ao constatarem que, sobretudo, a jornada excessiva de trabalho obstrui o envolvimento dos pais na vida escolar de seus filhos, a escola – pelo que disseram essas funcionárias – permanece na inércia, sem promover ações de envolvimento parental dessa natureza.

Com base nas análises dos projetos escolares mencionados acima e com o auxílio dos dados dos questionários aplicados aos representantes dos alunos, podemos afirmar que a escola pesquisada realiza ainda, em caráter tímido, algumas ações de participação familiar, já que um pequeno número de pais participa de atividades culturais promovidas pela escola.

No desenvolvimento dos projetos, mesmo que de forma singular e mediana, a escola tenta promover a articulação com as famílias ao convidá-las para as atividades, informando sobre os projetos, pedindo a participação dos pais e executando a abertura dos portões nos dias das apresentações culturais. No entanto, quando essas ações dizem respeito ao envolvimento parental, não foram observadas experiências relevantes o suficiente para ser lembradas pelos sujeitos de nossa pesquisa. Assim, é prudente perguntar se somente o convite é suficiente para trazer os pais à escola. Será que ações como uma recepção pessoal, a ida dos docentes à casa da família formalizar o convite ou a participação em uma festa maior da comunidade são suficientes para o envolvimento parental? Nesse contexto, os dois representantes do Grêmio Estudantil reconhecem também que não há projetos na escola que tenham por objetivo envolver os pais na vida escolar dos alunos. Isso porque, como também observamos, as atividades desenvolvidas pela escola com esse objetivo têm pouco impacto no envolvimento.

A análise documental e as respostas dos dois alunos – presidente e vice-presidente do Grêmio Estudantil – aos questionários revelaram que existe uma relação de participação, mas ainda bem tímida. Nesse contexto, esses alunos afirmaram que existe pouco respeito para com os funcionários da escola e que se discute com pouca frequência a participação da família na escola. Ambos os discentes disseram que os projetos que envolvem os pais no cotidiano são apenas as oficinas pedagógicas, que avaliaram como muito boas.

Quando questionados sobre a abertura da escola aos finais de semana para interação com a comunidade, um dos dois alunos entrevistados disse que sempre encontra a escola aberta, enquanto o outro afirmou que a encontra assim às vezes. Além disso, um deles afirmou que a Direção e a Coordenação se empenham em fazer a comunidade participar nas atividades escolares, enquanto o outro aluno avalia que o empenho poderia ser maior. Já quando questionados se as atividades desenvolvidas estão voltadas para uma maior interação com as famílias, as respostas foram opostas: um afirma que sim, e o outro, que não. Essa discordância nos remete à ideia de que os alunos não têm o hábito de pensar sobre a possibilidade de seus pais se envolverem em sua vida escolar. Não existe um consenso entre eles sobre como e de que forma deve ser esse envolvimento. As recepções dos alunos ao interesse dos pais têm um importante papel nesse processo. Dessa forma, eles também devem ser envolvidos nesse movimento.

Em relação à participação dos professores e dos outros membros da escola na vida escolar dos alunos, um afirmou que há participação, enquanto o outro discente expressou que essa participação ocorre apenas às vezes. Porém ambos concordam que há um clima de acolhida, diálogo e disposição a ajudar por parte dos professores. Eles também consentem que os professores desenvolvem temas atuais e que atendem às necessidades de aprendizagem dos alunos. Aqui, ainda, é prudente observar se os alunos estão maduros o suficiente para compreender o que é ter uma necessidade de aprendizagem atendida. Seria com referência à promoção para outra série, para o sucesso em vestibulares e/ou continuidade dos estudos ou para acesso ao mercado formal e/ou informal de trabalho? Em tempo, ainda dever-se-ia, talvez numa outra pesquisa, realizar um levantamento de quais são as referências desses discentes para afirmarem que a escola os atende – ou não – em suas expectativas de aprendizagem. Empiricamente, pode-se dizer que a promoção de alguns alunos nas avaliações do ENEM e o acesso destes a universidades públicas causaram tal percepção por parte dos alunos que representam o Grêmio Estudantil.

Em relação ao que acreditam que a escola pode fazer para melhorar o envolvimento dos responsáveis na vida escolar, ambos creem que o ideal seria desenvolver mais projetos para envolver a comunidade no âmbito escolar.

A falta de ações escolares de envolvimento parental, conforme citam Epstein e Dauber (1991), poderia ser superada com ações que envolvam os seis tipos de

envolvimento parental descritos pelas autoras. Parece-nos que, *a priori*, a gestão escolar e os professores com o apoio dos alunos precisam melhorar a relação de comunicação com as famílias e com isso, aos poucos, efetivar a árdua missão de envolver as famílias na aprendizagem dos alunos.

2.2.1 A avaliação da equipe gestora da Escola EBA com relação ao envolvimento parental

Antes das ponderações da equipe gestora e dos professores em relação ao tema central deste trabalho, que é investigar ações dentro da escola para o envolvimento parental das famílias na aprendizagem dos alunos, passaremos ao que diz a LDB, em seu artigo primeiro, quando trata da educação de forma ampla. O reconhecimento que a LDB faz sobre a concepção da escola quanto ao compartilhamento da responsabilidade de promover a educação para as novas gerações, quer sejam elas, crianças, adolescentes, jovens e adultos (BRASIL, 1996), aliado a várias outras instituições da sociedade brasileira – entre elas, a família –, vem reforçar o que estamos desenvolvendo nesta pesquisa de que a família e a escola são parceiras na responsabilização pela educação das crianças e assim precisam trabalhar em conjunto para um bem maior que é a qualidade no aprendizado destes alunos.

Novamente, cabem algumas reflexões sobre os motivos que levam os professores a ficarem desconfortáveis com a possibilidade de questionamentos dos membros da comunidade. Assim, ainda que não estivessem entre as perguntas do questionário, para um aprofundamento futuro, seria interessante apontar questionamentos, tais como: será que os docentes se sentem invadidos em sua autonomia para ensinar? Ou será que não estão preparados para escutar críticas? Ou, ainda, será que se sentem intelectualmente superiores às pessoas, muitas vezes humildes, que os questionam?

Os pais e familiares, por sua vez, não participam de forma satisfatória. Entenda-se, aqui, satisfatória como sendo uma participação efetiva, de acompanhamento e cooperação para resolução das dificuldades dos alunos, bem como de colaboração para as decisões da escola, seja discutindo, criticando, reforçando as posições da comunidade interna e externa à escola. Diante disso,

podemos fazer algumas inferências, ainda que difíceis de serem comprovadas, mas que são plausíveis. Por que, então, não participam?

Fizemos questionamentos no tocante às atividades que a escola realiza para envolver a comunidade nas ações escolares cotidianas, bem como em relação ao que consideram que a escola poderia fazer para melhorar o envolvimento dos pais na instituição e na vida escolar dos alunos.

As Coordenadoras foram questionadas se, nos últimos anos, houve mudança em relação ao envolvimento das famílias na vida escolar dos filhos. Apenas duas responderam que sim, afirmando que essa participação vem diminuindo. Atribuíram essa mudança tanto à falta de tempo dos pais quanto ao desenvolvimento dos meios de comunicação (COORDENADORA DE ENSINO, questionário aplicado em outubro de 2014).

Compreende-se, com a declaração da Coordenadora de Ensino, que as famílias estão empreendendo muito tempo de suas vidas com outras coisas que não a educação dos filhos. Será que a influência dos efeitos da globalização e o uso quase que intensivo de instrumentos criados pela tecnologia da informação teriam impactado a resposta da coordenadora de ensino? Ou os pais têm empreendido mais tempo para o trabalho e para o padrão de empregos que se esquece da atenção básica aos filhos?

É certo que a sociedade atual tem se deparado com mudanças nas relações das famílias, e a escola tem sofrido com essas mudanças familiares e interpessoais, ficando as relações dos filhos com os pais cada vez mais distantes de afeto e carinho. O resultado é que, hoje, o cotidiano familiar afetou as relações também escolares.

Já quando questionadas sobre as interações com a comunidade, responderam que estas se dão principalmente quando há reuniões e eventos festivos na escola, bem como na entrega de boletins e em projetos ou problemas que envolvam a escola e a comunidade. De qualquer forma, segundo as coordenadoras, essas ocasiões são insuficientes para melhorar o envolvimento dos pais, ou, ainda – infere-se –, são negligenciadas pela gestão escolar. A reclamação delas diante do envolvimento parental através da ajuda das famílias é insuficiente, no entanto também demonstra que a escola apresenta falhas na interação com a comunidade escolar.

Quando relacionamos os tipos de envolvimento parental propostos por Epstein (1989) e Epstein e Dauber (1991) com as falas das coordenadoras da escola, quer seja a coordenadora de ensino ou as duas coordenadoras pedagógicas, notamos que as ações realizadas pela escola pouco têm contribuído para a efetivação de um envolvimento parental e que algumas observações são necessárias de ser sinalizadas novamente, como a ausência na comunicação com os pais e outras que poderiam ser sanadas caso a gestão escolar e os professores utilizassem os aparatos teóricos da literatura sobre o assunto. Mais uma vez, deve-se pensar quais são os caminhos mais plausíveis para a escola percorrer para melhorar o envolvimento dos pais. As coordenadoras reforçam que eles devem ser chamados à escola não apenas quando houver reclamações de seus filhos, mas também para ouvirem elogios a estes, visto que tal atitude pode contribuir para a família se sentir parte importante no sucesso escolar do aluno, configurando-se como uma estratégia positiva para trazê-la à escola.

À medida que se almeja aperfeiçoar essa relação, compreende-se que esses momentos devem ser melhor explorados pela escola. Dessa maneira, a considerar que as coordenadoras não receberam formação para a importância familiar na aprendizagem, mas concordam que deva haver parceria entre os pais e a escola, uma vez que essa interação faz diferença no aprendizado, deve-se pensar em levar essa formação à equipe gestora da escola. Apesar de compreenderem a importância da interação, duas coordenadoras disseram que “às vezes” a escola realiza ações para envolver os pais na aprendizagem, destacando como estratégicos para melhorar esta relação os projetos que envolvem os alunos e a família. Desse modo, devem-se criar mais oportunidades e reuniões para elogiar os alunos e incentivar o envolvimento dos pais, e não para apenas apresentar reclamações sobre seus filhos.

Para nossa pesquisa, nos apoiaremos em três modelos epsteinianos de acordo com as atividades desenvolvidas pela Escola EBA: o tipo dois – que está relacionado com as obrigações escolares da instituição, para com relação de comunicação com as famílias dos alunos; o tipo quatro – que vincula o envolvimento dos pais nas atividades escolares de casa, auxiliando os filhos nas tarefas, pesquisas, entre outras; e o tipo seis – voltado para a partilha de ações colaborativas entre escolas e organizações que fazem parte da comunidade escolar.

A escolha pelos três tipos de envolvimento parental apresentados na pesquisa de Epstein e Dauber (1991) se deu pela proximidade que esses possuem com o perfil acadêmico da escola pesquisada. Além de algumas ações que a escola já tenta desenvolver dentro das características da busca por uma melhor comunicação com os pais, das ações de envolvimento dos pais com a aprendizagem dos alunos em casa e das parcerias com a comunidade local.

Os relatos colhidos pela aplicação do questionário para a equipe gestora evidenciam a necessidade de ações da escola para com as famílias e dentro dos princípios dos três tipos de envolvimento parentais escolhidos propostos por Epstein (1989) e Epstein e Dauber (1991).

Apesar disso, apenas duas disseram que “às vezes” a escola realiza ações para envolver os pais na aprendizagem, destacando como estratégicos os projetos que envolvem os alunos e a família, assim como as reuniões para elogiar e incentivar o envolvimento dos pais, e não apenas para apresentar reclamações sobre seus filhos.

Percebe-se, no entanto, diante das respostas da equipe gestora com relação ao que poderia ser feito para melhorar o envolvimento e a importância da influência do envolvimento parental no desempenho dos alunos, que a equipe gestora pensa de uma forma e age de outra, pois, até então, pelo que se tem analisado, poucas ações de envolvimento partem da escola. Talvez seja por falta de experiências ou exemplos de sucesso dentro das escolas do Estado do Acre, já que, em levantamento realizado na descrição desse caso de gestão, descobriu-se que a rede de ensino pública do Acre não tem promovido projetos nesse sentido, muito menos as escolas que fazem parte da rede.

Epstein e Dauber (1991) ressaltam ainda que a tipologia é útil para todos os profissionais da educação que queiram promover ou já promoveram ações de envolvimento parental para os pais dos alunos. A tipologia das autoras é de fundamental importância também no processo de identificação dos tipos que poderão auxiliar nas respostas das necessidades das famílias, dos docentes, dos gestores e dos alunos, principalmente quando não se tem uma familiaridade com um vasto mundo de opções de envolvimento parental que possa ser adequado a sua realidade, como é o caso da equipe gestora da Escola EBA. A esse respeito, Epstein e Dauber (1991, p. 291-292) afirmam:

[...] aquelas escolas que incluem os cinco tipos de envolvimento parental ajudam os pais a criarem um ambiente em casa mais propício e convidativo à aprendizagem e para os estudos; a entenderem melhor as mensagens vindas da escola; a se tornarem parceiros da escola de uma maneira mais produtiva; a dividirem a responsabilidade com a escola criando oportunidades em casa que auxiliem a aprendizagem escolar com atividades relacionadas com o currículo para além dos deveres de casa; e as escolas levam em consideração as opiniões dos pais em decisões que afetam o bom funcionamento da escola e as crianças.

Destarte, concluímos que, na percepção dos membros da equipe gestora da Escola EBA, existe um reconhecimento quanto à melhoria da presença dos pais na escola. No entanto, com relação ao envolvimento parental como fonte de auxílio pedagógico na aprendizagem dos alunos na sala de aula para além da mera participação em ações deliberativas da escola ou de visitas esporádicas à instituição de ensino pesquisada, algumas ações pontuais ainda precisam ser realizadas. Essas ações têm de estar focadas na perspectiva do envolvimento das famílias nas ações da escola e que estas possam ser contempladas em casa. A constatação do que a escola fez para a promoção de aproximação da comunidade escolar precisa se dar com a melhoria da aprendizagem dos alunos, fato que não tem sido efetivado. Faltam à equipe gestora ações de iniciativa própria de promover ações desta natureza.

Na medida em que se constata que as coordenadoras reconhecem existir a necessidade de exercitar ações que aumentem o envolvimento parental, questionamos por que tais ações não são desenvolvidas. Entre as supostas razões para esse fato, estão a possível falta de formação específica para conduzir esses tipos de encontro; a compreensão de que os pais devam ir à escola de maneira mais autônoma; a sobrecarga de atividades não pertinentes à função de coordenador por parte da gestão pedagógica, como é comum nas escolas, entre outras. De todo modo, a proposição de um estudo de caso com a equipe gestora para encontrar saídas e angariar propostas para trazer a participação dos pais pode ser o primeiro caminho para o êxito desse intuito.

2.2.2 Os professores e suas concepções de envolvimento parental

É dentro da busca de uma responsabilização institucionalizada que as escolas preconizam a construção de uma educação cidadã, participativa e colaborativa, que aparece a presença do professor. O artigo 13 da LDB versa sobre a função dos professores, descrevendo que os docentes terão a incumbência de:

- I. participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II. elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III. zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV. estabelecer estratégias de recuperação dos alunos de menor rendimento;
- V. ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI. colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (BRASIL, 1996, p. 5-6)

Percebe-se que o papel do professor, conforme menciona a LDB, vai muito além de simplesmente transmitir informação e conteúdos aos alunos. Destaque-se o item VI do artigo 13, cujo texto reitera a importância fundamental de o professor compreender que a melhoria das relações que possam existir entre a escola e a família, e também entre aquela e a comunidade, não é uma obrigação somente da gestão escolar.

O professor, por ter mais contato com os alunos e executar as tarefas de fomento do conhecimento dos discentes, tem uma função primordial na relação de aproximação da família com a escola. No entanto tal questão não pode ter importância somente tendo em vista a melhoria do envolvimento escola-família-comunidade de forma superficial, mas, fundamentalmente, para que se possam fazer cumprir também os preceitos legais e regimentares que condicionam essa relação. No entanto, ao contrário da crença dos professores em querer que os pais estejam em constante visita a escola – pois subentende-se que estes deveriam mostrar-se interessados pelo desenvolvimento de seus filhos e pela relação entre família e escola (TANCREDI; REALI, 2001) –, Reali e Tancredi (2002) e Caetano (2004) afirmam que essa construção da parceria entre escola e família tem como

personagem inicial os professores. Eles são os elementos-chave no processo de aprendizagem dos alunos, até mesmo pela sua formação profissional específica. É por isso que ações de aproximação e de melhoria das relações que possam já existir entre ambos – escola e família –, além de preferencialmente partirem das escolas, precisam ter os professores como função prioritária neste processo, pois “[...] transferir essa função à família somente reforça sentimentos de ansiedade, vergonha e incapacidade aos pais, uma vez que não são eles os especialistas em educação” (CAETANO, 2004, p. 58).

Por outro lado, é importante pensar em outras situações que recaem sobre a função docente, assim como não é demais fazer uma breve reflexão sobre a carreira em sala de aula. Normalmente, como é amiúde divulgado, a maior parte dos professores da rede estadual, não só do estado do Acre, mas de outros tantos, não goza de jornada de trabalho, tampouco de remuneração para, além de suas funções, dar o devido atendimento, em horário alternativo à aula, aos pais que o procuram. Assim, é pertinente recomendar que sejam atribuídas horas para que professor possa ser remunerado para este trabalho, uma vez que não é adequado aumentar o trabalho do docente sem que receba a mais por isso.

Vejamos a seguir o que nos falam os professores da Escola EBA quanto à importância de ações de envolvimento parental na escola.

Para a nossa pesquisa, aplicamos questionários aos professores do 1º ao 9º anos do ensino fundamental. Ao todo, foram doze professores entrevistados, que responderam aos questionários no mês de outubro de 2014. Na aplicação dos questionários aos professores do 1º ao 5º anos do Ensino Fundamental, houve um total de seis respondentes. Nesta etapa, todos os professores respondentes são mulheres, das quais três estão com idades entre 26 e 35 anos, duas entre 46 e 55 e uma entre 36 e 45 anos. Dessas seis professoras, quatro possuem graduação (duas em Pedagogia e duas em Letras), porém nenhuma possui algum nível de pós-graduação.

Quando questionadas se participam das reuniões de pais, quatro docentes afirmaram que participam com frequência, enquanto as duas demais responderam que somente comparecem quando são convocadas. Em instituições com poucas ações de envolvimento parental, como é o caso da Escola EBA, a pouca participação dos docentes nas reuniões de pais pode desencadear uma lacuna ainda maior na relação escola/família, que é o descrédito dos pais para com o

ensino que se oferece na escola. Para Epstein e Dauber (1991), quando os professores são incluídos na rotina de trabalho dos pais, há uma maior interação destes em casa com a criança, que passam a considerar, inclusive, que os professores são melhores e mais competentes. No caso dos docentes analisados até então, uma simples não participação do grupo de professores nas reuniões da escola pode causar um clima de desconfiança.

Em relação ao ambiente de trabalho, duas professoras afirmam que é ótimo, uma considera muito bom e as outras três acreditam que é apenas bom. Novamente, cabe uma inquietação com relação ao não provimento de ações que possam caracterizar o envolvimento parental na escola. Como já frisado nesta pesquisa, os docentes demonstram que sabem os caminhos para promover as ações, contudo não promovem. Em uma instituição de ensino onde o clima escolar favorece o trabalho coletivo e participativo, quais os impasses para que os professores não realizem estratégias de envolvimento parental?

Ao responderem a questão sobre a participação dos pais na vida escolar dos filhos, apenas uma considera que os pais participam da vida escolar, enquanto as outras cinco afirmaram que “apenas às vezes”.

Mais uma vez, trazemos à discussão algo que já fora pontuado anteriormente. O que será que a escola pode fazer para trazer os pais à participação escolar? Fazer convites públicos? Recebê-los pessoalmente? Ir à casa deles formalizar o convite? Participar de uma festa maior da comunidade e divulgar? Convocar pelo conselho tutelar na primeira vez? Chamar à responsabilidade legal?

Na fala dos docentes, evidenciamos a falta de ações objetivas para o envolvimento parental, mesmo se levarmos em consideração ao fato de uma participação dos pais na vida escolar do filho, principalmente nessa fase estudantil das crianças, onde elas precisam de todo cuidado e carinho, pois a escola para muitos é a extensão de suas casas. A criança vai precisar de mais cuidados e de maior atenção por parte da escola e da família. Caberá ao professor, então, promover o primeiro contato das crianças com as regras de atitudes, procedimentos, respeito e amizades para o bom convívio escolar e o trabalho pedagógico da turma, tal como apregoam Bhering e Blachford (1999). Ao analisarmos suas falas, constatamos que os professores avaliam as ações de participação familiar nas suas camadas mais gerais, o que seria de sua real responsabilidade, deixando a desejar no aspecto específico de nossa investigação, que é o do envolvimento parental.

As professoras também foram questionadas para saber se a escola tem ações que estimulem o envolvimento dos pais com as atividades escolares e as opiniões ficaram divididas: três delas responderam que sim, e outras três que apenas às vezes, dizendo que o envolvimento se dá apenas por meio de reuniões ou projetos escolares. Em relação ao envolvimento dos pais, duas professoras consideram que seria ótimo se os pais se envolvessem mais na vida escolar dos filhos, três acreditam que seria bom, e uma considera que esse envolvimento seria ruim.

Neste ponto, entra em questão uma postura mais crítica em relação à participação. Apeguemo-nos à professora que considerou essa aproximação ruim. Por que será que respondeu dessa forma? Será que se sente pressionada com a participação dos pais? Ou será que compreende a escola como órgão autossuficiente? Ou, ainda, será que ela não recebeu, em sua formação, informações que indicassem que a participação parental é fundamental para a constituição de uma comunidade escolar forte e participativa que, em tese, culmina num melhor desenvolvimento do discente?

Percebemos que, embora afirmem, de certa forma, que existem ações de estimulação de envolvimento parental na escola, constatou-se através de nossa análise que nenhuma ação é promovida na escola pelos docentes nesse sentido. Tal percepção dos professores sugere que, mesmo considerando importante e fundamental para o sucesso na vida escolar dos discentes o envolvimento da família na aprendizagem dos alunos na escola, eles não buscam efetivar tais ações em suas salas de aula, o que pode se explicar também pela falta de conhecimento aprofundado sobre a importância do tema. Sendo assim, caberá ao nosso Plano de Intervenção a promoção de ações concretas de envolvimento parental com formação para os professores da instituição.

Ainda dentro do contexto de investigação de ações que fomentem as atividades da escola para com o envolvimento das famílias na aprendizagem dos alunos, na busca por dados que possam caracterizar um envolvimento sistemático dentro da instituição, questionamos os sobre a existência de formações ou projetos para melhorar o relacionamento escola/comunidade. Três disseram que sim, duas responderam “às vezes” e uma afirmou não existirem tais projetos, o que evidencia, mais uma vez, que, na avaliação dos docentes, são necessárias articulações para o

provimento das ações de envolvimento parental, mas pouco se tem feito em nível de escola e de secretaria estadual para a sua realização.

Já com relação ao envolvimento das famílias na vida escolar dos alunos, quatro docentes indicaram a existência de mudanças nos últimos anos, e uma professora confirmou ter percebido alterações nesse aspecto, mas considera que deva ocorrer “uma mudança maior”. Quando questionadas sobre quais seriam essas mudanças, a resposta mais recorrente foi a preocupação cada vez menor das famílias com a vida escolar dos filhos. Outras justificativas foram o fato de as famílias deixarem a educação como responsabilidade da escola, além da questão de os alunos apresentarem melhor desempenho e terem maior responsabilidade com a vida escolar. A única professora que afirmou não ter havido mudanças quanto ao aspecto questionado disse que tal fato se deve à falta de interesse dos pais no desempenho escolar dos filhos.

Essas considerações trazem à tona um fato empiricamente constatado no decorrer dos últimos anos: o desinteresse, ou a diminuição da participação dos pais na vida escolar dos alunos. Em relação a esse ponto, é comum observar que existe até certo conformismo dos docentes com essa situação. Ademais, em alguns casos, não se verifica tal mudança, uma vez que já internalizaram que os pais não participam.

A falta de ações pedagógicas como forma de efetivação do envolvimento parental na escola tem condicionado a corroboração do enfoque de nossa pesquisa até o presente momento, pois percebemos que os professores, assim como os gestores, indicam a necessidade de envolver os pais nas atividades pedagógicas da escola, e não as promovem. No entanto já ficou explícito nas demais pesquisas sobre o assunto que as iniciativas precisam partir da escola e de seu quadro docente.

No sentido de apontarmos caminhos no intuito de aproximar as famílias da escola através das atividades pedagógicas desenvolvidas pelos professores, mais uma vez é colocada como primordial neste trabalho a afirmação de Reis (2008) quanto à importância da diminuição das distâncias entre as duas instituições sociais:

Ajudar as famílias a aproximarem-se sem receios poderá ajudar a melhorar esta situação começando pela revitalização no espaço familiar. Acreditamos que os educadores/professores serão elementos chave para estabelecer esta ponte e melhorar a relação família escola. (REIS, 2008, p. 30)

O autor ainda enfatiza que “[...] os professores têm em grande parte, na sua mão, a possibilidade de estabelecer pontes que liguem escola à casa do aluno” (REIS, 2008, p. 110). Do mesmo modo, em momentos anteriores, o relato dos docentes da Escola EBA coloca o professor como uma das ferramentas principais no processo de articulação com as famílias em face da efetivação de um envolvimento parental caracterizado por ações pontuais e de responsabilizações entre a instituição de ensino e as famílias. Talvez isso não ocorra porque, como fazem parte do quadro de contratos temporário da Secretaria de Estado de Educação, esses profissionais não elencam processos de *accountability* para com as suas obrigações de professor conforme preconiza a LDB.

Por fim, quando questionadas sobre o que a escola pode fazer para aumentar o envolvimento da família na vida escolar dos alunos, a principal sugestão foi de que devem ser desenvolvidos projetos que mostrem aos pais sua responsabilidade no processo ensino-aprendizagem. Também foi citado que deve haver projetos que envolvam a comunidade e as famílias de maneira prazerosa, que os pais devem entender que uma educação plena se consegue quando há parceria da família com a escola e que pais e professores precisam se conhecer e dialogar.

O curioso dessa constatação é, de fato, o reconhecimento dos docentes sobre a situação, mas, ao mesmo tempo, a falta de iniciativa deles para a resolução do caso. Será que esperam que a gestão tome a iniciativa? Será que compreendem que o trabalho docente se restringe à sala de aula? Talvez seja necessário, num outro momento, o aprimoramento do instrumento de pesquisa para extrair essas informações dos professores.

Além da necessidade de atividades de aproximação descritas neste trabalho, podemos ainda acrescentar que, conforme o que se tem estudado sobre o assunto até então, não encontramos um modelo pronto e acabado, nem mesmo ideal, principalmente em uma demanda cultural, social e econômica como a brasileira. Mas existem modelos que podem ser adaptados a cada realidade, na qual a escola e seu corpo docente possam fazer as adaptações necessárias para a sua implementação.

No caso da Escola EBA, conforme o que se analisou, formar os docentes para um aprofundamento maior no aspecto de como promover essa relação com as famílias é algo necessário. Nesse sentido, Reis (2008) afirma:

Não existe um modelo ideal. Existem modelos adaptados às respectivas realidades onde estão a ser desenvolvidos. Os bons exemplos não podem ser utilizados e aproveitados na íntegra, mas podem ser repensados e adaptados à realidade que os vai acolher. A ideia é aproveitar e ajustar boas práticas educativas aproveitando as mesmas para criar um novo modelo. Cabe aos agentes educativos no terreno promover a sua concretização e modo de forma racional e coerente. (REIS, 2008, p. 140)

O que se percebeu é que, com relação a algumas questões pontuais que envolvem as ações pedagógicas desencadeadas pelos professores, principalmente as que foram analisadas em nossos dados e que tinham como foco principal o envolvimento parental, é possível afirmar que é fato que os docentes apontam uma maior necessidade de envolver os pais nas atividades pedagógicas, sejam elas escolares ou de casa. Com isso, podemos nos reportar ao que evidencia Reis (2008) sobre a importância do professor no processo de diminuição do distanciamento entre a escola e a família.

A seguir, traremos nossa percepção voltada para as respostas dos professores da Escola EBA que fazem parte do quadro docente da escola no Ensino Fundamental de 6º ao 9º anos.

Os questionários dos professores do 6º ao 9º anos da Escola EBA foram aplicados a seis indivíduos, dos quais quatro são mulheres, sendo apenas um deles homem. O sexto docente nos devolveu o questionário em branco. Quatro desses professores têm entre 36 e 45 anos, e dois estão na faixa dos 26 aos 35. Desses docentes, cinco possuem graduação (quatro em Letras e um em Matemática) e apenas um deles possui pós-graduação em nível de Especialização. Nessa etapa de escolarização, as disciplinas já são ministradas por mais de um professor, sendo que um respondente leciona Língua Portuguesa; um ministra Matemática; um ensina Língua Inglesa; um leciona História e Ciências e outro, Educação Física. Em relação ao tempo que trabalham na escola, dois estão na Escola EBA há menos de um ano, um está há mais de dois anos, dois estão entre três e cinco anos e um, entre cinco e

dez anos. Um dos docentes considera o clima escolar ótimo, enquanto os outros cinco consideram bom.

Questionados se participam com frequência das reuniões de pais, cinco responderam que sim, enquanto um afirmou que apenas às vezes. Sobre a relação com os alunos dentro e fora do ambiente escolar, três afirmaram que a relação é ótima, um respondeu que é muito boa, e dois disseram que a relação é boa. Já quanto à relação com os pais, um afirmou ser ótima, dois disseram ser muito boa e três responderam que é apenas boa.

Ao serem perguntados se os pais participam da vida escolar dos filhos, dois responderam que sim e quatro disseram que apenas às vezes. Levando a questão mais a fundo, questionou-se se a escola tem ações que estimulem o envolvimento dos pais com as atividades escolares. Dois professores afirmaram que sim, e três responderam “às vezes”, destacando-se as reuniões e as ações que não estão ligadas diretamente à vida escolar, como quermesse, bingo e festa caipira. O professor que respondeu negativamente à pergunta disse que os pais só são convidados para a entrega de boletins ou para atividades que não são escolares.

Fica cada vez mais evidente nesta pesquisa, na coleta de dados apresentada pelos docentes, que a conceituação de envolvimento parental confunde-se, segundo os professores, com a questão da mera participação a reuniões de entrega de notas e outras ações que não condizem com o que se busca com a pesquisa. No entanto podemos nos apropriar desse primeiro contato com as famílias para uma aproximação daquilo que almejamos, que é envolver os pais na aprendizagem dos alunos. Quando comparam as opiniões da maioria dos docentes da Escola EBA com as orientações obtidas através do documento de Portugal (PORTUGAL, 2000) sobre envolvimento parental, notamos que eventos e reuniões como as descritas pelos docentes da escola analisada são importantes para um estudo inicial de envolvimento parental. Os documentos revelam que “[...] Estes momentos são muito importantes para, num ambiente mais informal, professores e pais se conhecerem melhor” (PORTUGAL, 2000, p. 44).

Sobre os efeitos de um maior envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos, um avalia que seria ótimo, dois consideram que seria muito bom, dois afirmam que seria bom e um acredita que seria ruim. Em relação à existência de formações ou projetos para melhorar o relacionamento entre a escola e a comunidade, três disseram que às vezes acontecem, e três que tais projetos não existem.

Os docentes foram também questionados se, nos últimos anos, houve mudança quanto ao envolvimento das famílias na vida escolar dos alunos. Dois professores disseram ter havido uma mudança muito pequena, enquanto outros dois afirmaram que mudou, mas é preciso ocorrer uma mudança ainda maior. As justificativas para essas respostas foram que a escola sabe que precisa envolver os pais na vida escolar, mas, ainda assim, não faz com que as famílias estejam preocupadas com a vida escolar dos filhos, e que os projetos, oficinas e outras atividades aproximaram os pais da escola, sendo esse um dado positivo. Um professor afirmou não ter havido alteração, argumentando que não há entrosamento entre a escola e as famílias e que os pais não têm interesse na vida escolar dos filhos. Outro docente deixou a questão em branco.

Finalmente, questionados sobre o que a escola pode fazer para aumentar o envolvimento da família na vida escolar dos filhos, houve grande menção a respeito de projetos que envolvam os pais no cotidiano escolar dos filhos, convite para visitas informais e atividades culturais com participação e responsabilidade dos pais e alunos. Também foi apontado que deve haver maior interação, diálogo e presença dos pais na instituição e que a escola precisa ser mais acolhedora, assim como foi sugerida a implantação de um momento de formação para os pais na escola, com certificado, sobre o que os alunos aprendem.

Tais ações devem fazer parte do cotidiano escolar dos alunos e das famílias, e não somente buscar promover a participação dos pais na escola. O envolvimento familiar que propomos refere-se a uma forma de participar intensamente de atividades relacionadas ao ensino e à aprendizagem escolar dos alunos, tanto em casa quanto na escola. Essas atividades seriam apoiadas por procedimentos pedagógicos partiriam da escola que as famílias adotariam para auxiliar na aprendizagem dos filhos, tais como deveres de casa, leitura de livros, jogos que estimulam o desenvolvimento cognitivo, ajuda em pesquisas escolares, visita a bibliotecas, além do envolvimento ativo na parte curricular da escola, na sala de aula, na leitura de história para os alunos, na participação em gincanas escolares, entre outras. Não seria ajudar só por ajudar, pois se notou que isso acontece de forma superficial.

É com base nas ações pensadas em nível de escola, e não somente nas participações dos pais nas datas comemorativas, reuniões e excursões, e, ainda, apoiados nos estudos de Epstein, que apresentamos a teoria das esferas

sobrepostas, na qual Epstein (1989) enfatiza a responsabilidade partilhada alicerçada na teoria de esferas de influências sobrepostas entre as famílias e a escola. Baseamo-nos na elucidação dos dados analisados sobre os docentes para demonstrar a incidência das expectativas de cada uma das duas instituições sociais para a educação das crianças em determinado tempo escolar através das ações dos docentes.

Para Epstein (1989), quando pegamos a força A, que é representada pelo tempo que a criança passa na escola, a série escolar do aluno, a idade e o tempo que a criança estuda na instituição, aliada à força B, que são as contribuições dos pais, sejam elas na criação dos filhos através dos preceitos morais ou nas experiências familiares, mais a força C, que é o agregado do que os docentes e a instituição influenciam na aprendizagem e no crescimento humano da criança, podemos perceber algumas lacunas com relação ao que vem sendo feito pela equipe da escola, as quais serão descritas na sequência.

A figura 2 representa os movimentos de ideias desencadeados por cada esfera sobreposta e de suas forças.

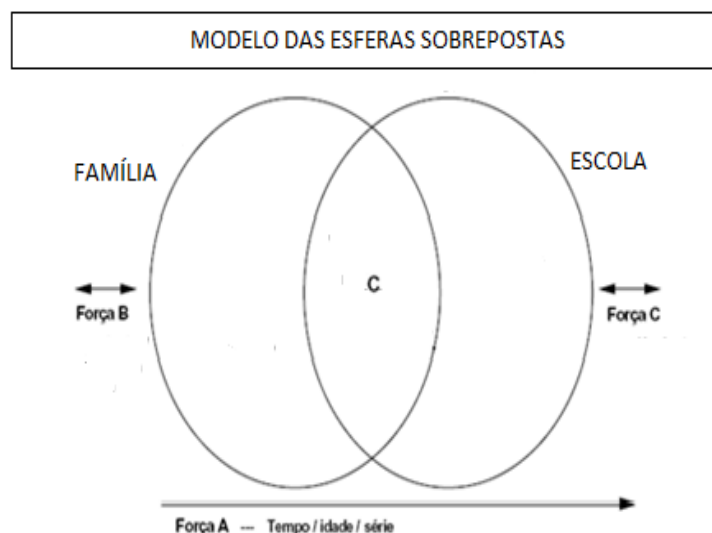


Figura 2 – Modelos das esferas sobrepostas de Epstein

Fonte: Retirado de Epstein (1989).

Vale ressaltar que a área de sobreposição dos contextos nos quais os atores estão envolvidos corresponde à articulação entre eles, assim como o sucesso e seu fracasso. Se a sobreposição for maior, também será maior a articulação entre as forças. Contudo, de forma mais exemplificada reiteramos que a colaboração não significa que todos os contextos tenham que desenvolver as mesmas estratégias e ações, ou seja, o contexto família precisa ter um papel de subserviência relativamente ao contexto escola e nem a escola em relação à família.

O que é preciso, segundo Villas-Boas (2001), é diminuirmos a descontinuidade cultural entre a família, a escola e a comunidade, mesmo que o contexto social seja desprovido de mecanismos socioeconômicos oriundos dos grandes centros urbanos, mas que precisa ser visto como sendo central para o sucesso educativo e acadêmico dos alunos.

Embora não concorde plenamente com o processo de aculturação familiar, Villas-Boas (2001) considera que esse processo, às vezes, é bilateral, quando implica uma aproximação da família à cultura da escola e uma aproximação da escola à cultura da família. A pesquisadora e outros autores (ESTRELA; VILLAS-BOAS, 1997; FUNKHOUSER; GONZALES, 1997; SILVA, 1994) imputam atribuições à escola, como a responsabilidade de tomar a iniciativa no envolvimento das famílias, principalmente quando os agentes primordiais são os docentes das instituições, pois a relação entre a escola e as famílias é uma relação entre culturas, e existe hierarquização social entre elas. Muitas vezes, a escola precisa se conhecer como cultura dominante.

A importância dos professores é tamanha para as perspectivas de envolvimento parental que alguns estudos mostram que sua prerrogativa funcional do processo de envolvimento é também propícia quando da perspectiva de inclusão dos pais nas atividades pedagógicas das escolas e de sala de aula. Conforme destaca Motta (2013, p. 65),

[...] esses estabelecem relação de maior intercâmbio com a escola, fortalecem a atuação do professor, reconhecendo sua competência e conseqüentemente os alunos, seus filhos, obtém melhora significativa em seu comportamento e desempenho escolar.

Por fim, e não deixando de subscrever a sua importância neste contexto da análise dos dados dos docentes, vale dizer que algumas dessas ações descritas pelos professores não podem firmar-se como rotineiras dentro da escola devido à alta rotatividade que afeta o quadro funcional da escola? Conforme foi descrito no primeiro capítulo e confirmado agora nas falas dos docentes, não seriam os professores, mesmo que provisórios, articuladores de processos de responsabilização de uma educação de qualidade? Indagações como essas serão talvez dirimidas no decorrer do nosso estudo.

2.3 O Conselho Escolar e as percepções gerais para as ações de envolvimento parental na escola EBA

Atualmente, como já mencionado anteriormente em várias passagens da análise de dados desta pesquisa, uma das principais ações realizada pela escola a fim de fomentar a relação das famílias com a vida escolar dos estudantes é a participação no Conselho Escolar e outras deliberações administrativas. Porém percebemos que, ainda assim, essa participação é de forma tímida, somente para suprir os preceitos da legislação educacional e as atividades que envolvem reuniões de pais e mestres e festas comemorativas, prestação de contas, entre outras.

Ao longo deste texto, enfatizaremos essas iniciativas, bem como procederemos a uma análise das possíveis ações de envolvimento parental que a Escola EBA procura desenvolver junto com o Conselho Escolar, órgão deliberativo de maior importância dentro das instituições, pois é representado por todos os seguimentos da escola; pais, alunos, funcionário e professores. A Coordenadora Pedagógica 2 expressa o seu pensamento:

A escola deve começar por entender a família como primordial para o sucesso do trabalho da escola, a equipe escolar deve ter consciência de que a força dos pais é um apoio e um limite que norteia a ação dos filhos na escola. A escola precisa deixar de ver os pais apenas como alguém que é chamado para ouvir críticas, que só é convidado à escola para momentos ruins, como reclamações de notas baixas ou indisciplina; devemos trazer os pais para a escola em todos os momentos para que, para eles, vir à escola deixe de ser um transtorno e se torne um prazer, um momento em que ele é importante para o trabalho escolar. (COORDENADORA PEDAGOGICA 2, questionário aplicado em outubro de 2014).

Conforme indicam Davies et al. (1989), Epstein (1989; 1992) e Lahire (1997), o processo de responsabilização educacional visa à promoção de um mecanismo automático de cooperação entre as funções de cada membro que compõe o processo educativo dos alunos.

De um lado, a escola responsável pelo processo pedagógico de maturação e desenvolvimento cognitivo dos estudantes e, de outro, as famílias, no acompanhamento das tarefas escolares, no incentivo ao desenvolvimento social da criança e na participação das ações da escola, fornecem, destarte, para a própria instituição de ensino, *feedbacks* sobre a aprendizagem dos alunos.

Ainda segundo Epstein (1992), quando as escolas fomentam o trabalho cooperativo entre professores e famílias, no âmbito da organização escolar gera-se uma relação em que há a efetiva participação de todos na aprendizagem.

Ainda para a Coordenadora Pedagógica 2 (2014), a família e a escola são parceiros fundamentais no desenvolvimento de ações que favoreçam o sucesso escolar e social dos alunos. Dessa forma, precisam ser uma equipe, seguindo os mesmos princípios, sendo responsáveis por desenvolver a socialização e a aprendizagem dos mesmos.

O contato dos pais com a escola pode se dar de várias formas: por meio dos contatos rotineiros, de visitas esporádicas à escola, nas reuniões de pais, nas reuniões do Conselho Escolar ou de Associações de Pais, comemorações e nos trabalhos dos professores.

O Conselho Escolar deve participar efetivamente do processo de envolvimento das famílias nas ações da escola através de seus quatro segmentos que compõem a comunidade escolar: pais, alunos, professores e funcionários, ajudando a instituição na organização, construção e avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos e, principalmente, nos processos de tomadas de decisão que garantem uma escola com melhor qualidade social. O envolvimento dos diferentes sujeitos do processo educativo, o reconhecimento de seus saberes e a reafirmação de suas identidades precisa ser o norte para o princípio da gestão democrática do ensino.

É na participação ativa dos representantes do Conselho Escolar que podemos promover as discussões mais pontuais da escola, pois nessa participação direta dos segmentos na escola é que há o comprometimento com o Projeto Pedagógico da instituição de ensino visando a colocar em prática todos os princípios teóricos

construídos e planejados coletivamente, sendo periodicamente avaliado pelos quatro segmentos.

O vasto campo propiciado pelas formas de contato entre escola e família serve para aprimorar os laços afetivos do estudante, sendo que essa interação reflete na aprendizagem dos alunos, pois, de acordo Piaget (2001, p. 22), “[...] a afetividade e a inteligência são, portanto, indissociáveis e constituem os dois aspectos complementares de toda conduta humana”. Com isso, para o aprendizado dos alunos, é fundamental aproximar as duas instituições a fim de realizar um melhor desenvolvimento do processo de cognição das crianças, já que a diferença entre os critérios educativos da família e da escola pode ser minimizada com o estabelecimento da relação família-escola.

Dentro da busca da compreensão dos dados dos questionários aplicados à representante dos pais no Conselho Escolar, órgão de maior relevância dentro da escola no que diz respeito à participação familiar, esta mãe declara que quase sempre participa das reuniões de pais e mestres e que essas são muito importantes. Ela também afirma que seu filho sempre realiza as tarefas de casa em um local adequado para estudar, que o filho apenas estuda quando está em casa e que ela sempre ajuda nas tarefas escolares, além de sempre conversar com o filho sobre questões relacionadas às suas atividades escolares.

A representante dos pais considera que a escola pode melhorar o envolvimento dos pais e familiares na vida escolar ao “[...] conhecer as famílias e a comunidade onde a escola está inserida, depois a escola precisa tomar iniciativas que atraiam os pais para dentro da escola, como participar de oficinas de artesanato, jogos de futebol, gincanas, peças teatrais, festinhas, projetos, etc.”.

Já a equipe gestora foi questionada sobre o que a escola estaria fazendo para melhorar o envolvimento com os pais. Ao analisar as respostas dos coordenadores, percebemos que duas coordenadoras apontam como uma ação necessária a ser feita pela instituição chamar os pais para a escola, de modo que não se converse com eles somente sobre reclamações quanto ao comportamento dos alunos, mas também se abordem fatos que possam gerar elogios. Assim, “[...] investigar as potencialidades e obstáculos à participação, presentes tanto na unidade escolar quanto na comunidade”, como nos afirma Paro (2000, p. 20), é uma tarefa que não pode ser renegada pelo poder público e pelos profissionais ligados à área educacional. Nesse sentido, o mesmo autor complementa:

No tocante à unidade escolar, o exame das questões referentes às atividades, relações e processos que se dão em seu interior deve ter, de acordo com os objetivos da investigação, a preocupação de buscar, no funcionamento e organização da escola pública de 1º grau, as perspectivas de uma participação direta da comunidade nas decisões da escola, identificando os obstáculos bem como os elementos facilitadores dessa participação. (PARO, 2000, p. 20)

De acordo com Paro (2007), a escola tem falhado na aprendizagem dos alunos porque não tem dado muita atenção ao que acontece no entorno da unidade escolar, não conhecendo, assim, a comunidade escolar e seus estudantes, por desconhecer a realidade presente para além dos muros da instituição. Para que essa postura profissional sofra mudanças, é necessário que a gestão escolar fomente o cultivo de uma relação de proximidade entre escola e comunidade, como novamente nos indica o mesmo autor:

[...] a escola que toma como objetivo de preocupação levar o aluno a querer aprender precisa ter presente a comunidade entre a educação familiar e a escolar, buscando formas de conseguir a adesão da família para a sua tarefa de desenvolvimento nos educandos atitudes positivas e duradouras com relação ao aprender e ao estudar. Grande parte do trabalho do professor seria facilitado se o estudante já viesse para a escola predisposto para o estudo e se, em casa ele tivesse quem, convencido da importância da escolaridade, o estimulasse a esforçar-se ao máximo para aprender. (PARO, 2007, p. 16)

Um fator importante para o processo de implementação da parceria entre unidades escolares e famílias está nas relações de ensino e aprendizagem estabelecidas entre professor-aluno, como foi evidenciado acima. Isso porque é imprescindível que haja um olhar mais cuidadoso sobre a percepção dos pais a respeito do seu próprio papel frente à escola. Nesse sentido, Lahire (1997) aponta para possíveis mal-entendidos entre as opiniões dos professores sobre a participação dos responsáveis na vida escolar dos alunos e a própria opinião dos pais quando o tema da omissão é posto em debate pelos profissionais:

Os discursos sobre “omissão” dos pais são emitidos pelos professores principalmente quando os pais estão ausentes do espaço escolar. Eles não são “vistos”, e essa invisibilidade é imediatamente interpretada – principalmente quando a criança está

com dificuldade escolar – como uma indiferença com relação a assuntos de escola em geral e da escolaridade da criança em particular. (LAHIRE, 1997, p. 335)

Entretanto há vários fatores que distanciam os pais da vida escolar de seus filhos que não podem ser resumidos como casos de omissão. Ainda seguindo os passos de Lahire (1997), a origem social e as condições de vida dos alunos não podem ser desconsideradas para a análise das trajetórias escolares. A baixa escolaridade dos responsáveis, como exemplo, embute um sentimento de incapacidade para os assuntos da escola, o que faz os pais acreditarem que podem vir a comprometer a aprendizagem correta que somente o professor é capaz de oferecer. Dessa forma, o que seria uma omissão, ao não se compreender a percepção de muitas famílias, se torna uma preocupação familiar com a vida escolar dos filhos (LAHIRE, 1997).

Os argumentos de Lahire (1997), desenvolvidos em uma pesquisa a fim de demonstrar as causas do “sucesso” ou do “fracasso” escolar, indicam duas compreensões distintas do que vem a se constituir o envolvimento da família na escola: de um lado, encontramos a visão dos familiares e, de outro, a visão dos profissionais. Partindo de um mesmo conceito – a participação familiar –, temos, então, duas formas para a representação simbólica do conceito.

O que se percebeu até então é que, com relação às ações descritas nas respostas dos professores e dos coordenadores e também nos relatos dos alunos, é que os caminhos utilizados pela a escola para desenvolver algumas ações com a efetivação do envolvimento parental têm sido deficitários e pouco pontuais, pois tanto os projetos desenvolvidos pela escola como a participação dos responsáveis pelos alunos no Conselho Escolar têm se construído de forma aparentemente inoperante, deixando lacunas, ao encontro do que propõe a teoria de Epstein e Dauber (1991).

Conforme podemos perceber nas respostas dos Coordenadores, quando perguntados sobre a interação da escola com a comunidade, visualizamos que essa relação ocorre com mais frequência mediante a existência de convites para reuniões ou através de eventos festivos. Isso caracteriza, de certa forma, uma participação nas demandas escolares dos filhos, que não pode ser considerada como um

envolvimento parental, tendo em vista que essa participação faz parte da responsabilidade de pais ou responsáveis.

A tipologia de Epstein (1989) e Epstein e Dauber (1991), como já mencionado anteriormente, serviu de mecanismo precioso para a análise dos dados coletados. Observamos que, dentre os seis tipos de envolvimento parentais apresentados pelas autoras, a escola, mediante o que se estudou, promove a contento somente três tipos, e mesmo assim de forma singular, que são: o segundo tipo, o quinto tipo e o sexto tipo. O segundo tipo de envolvimento parental está voltado para as obrigações básicas da escola, que consistem na comunicação escola-casa e que, mesmo assim, a escola ainda executa com certa dificuldade devido ao acesso as famílias. O quinto tipo fala das bases empíricas voltadas para o envolvimento dos pais no governo da escola, que consiste na tomada de decisões através de organizações próprias. E o sexto tipo relaciona-se à colaboração, pois ficou claro que, quando a abertura dos portões da escola é voltada atividades extraescolares devidas, a gestão sempre está promovendo a partilha dos salões da escola com a comunidade para reuniões, festas de aniversários e outras ações, até pelo fato de o prédio estar numa localização central.

Ainda procurando aprofundar as análises de envolvimento parental tendo em vista as tipologias detectadas na mensuração dos dados da escola através da aplicação dos questionários e na observação feita nos documentos escolares, os dois primeiros tipos de envolvimento parental mencionados dizem respeito aos informativos que os pais recebem sobre a vida escolar de seus filhos com ações vinculadas somente à participação no Conselho Escolar ou Comitê Executivo da escola pesquisada. E o outro diz respeito à disponibilidade dos salões da escola para cursos e outras atividades no município.

É preciso que se busquem, dentro da literatura que trata do assunto, caminhos que possam ajudar a equipe gestora e os professores, mecanismos para que se efetive o envolvimento parental na escola. Quando nos debruçamos sobre uma publicação feita pelo Ministério da Educação de Portugal, intitulado “A parceria entre a escola, a família e a comunidade: estratégias de envolvimento parental” (PORTUGAL, 2000), percebe-se que a escola pesquisada desenvolveu algumas ações pertinentes, mas que não são suficientes. Sobre a realidade de escolas como a que foi nosso lócus de investigação, o referido documento esclarece:

A necessidade de promover a comunicação entre a escola e as famílias é, na maioria das escolas, consensual, no entanto, em muitas escolas essa comunicação é pobre e circunscrita a um número reduzido de situações. Neste Estudo, encontramos escolas em que a comunicação era uma comunicação iniciada e controlada pelos professores e servindo principalmente os interesses destes. É um tipo de comunicação baseado na desigualdade de estatuto, em que uns informam (os professores) e outros são informados (os pais). Muitas vezes são os pais que pelas suas habilitações escolares estão mais próximos do universo dos professores que melhor compreendem a linguagem que a escola estabelece com as famílias, sendo excluídos os outros pais menos escolarizados. Esta situação é largamente discutida na literatura sobre relação entre a escola e a família tendo sido introduzida à designação “Escolas Díficeis de Alcançar” para descrever este tipo de escolas. (PORTUGAL, 2000, p. 23)

A discussão estabelecida neste trabalho pretende integrar escola, família e comunidade na garantia da efetivação de um ensino de qualidade mediante o envolvimento das famílias no processo de ensino. No entanto aspectos básicos da vida escolar, como deficiências na relação comunicativa da escola com as famílias, mostram-se como alguns dos problemas mais latentes.

Vale fazer um adendo na defesa da busca da integração necessária para que as escolas, mesmo encontrando em suas propostas pedagógicas e cotidianas características singulares de envolvimento parental, possam empreender um esforço maior do que já é desenvolvido pela escola para que as famílias possam reconhecer a sua importância devida na educação de seus filhos. É por meio dessas deficiências deixadas nas análises no trabalho realizado pela Escola EBA que iremos propor a reformulação de suas ações no intuito de assegurar, para os anos posteriores, que as famílias possam ajudar a instituição na melhoria do desempenho acadêmico dos alunos.

Os dados mostraram ainda a busca da equipe gestora pela aproximação das famílias na efetivação do envolvimento parental, pois, mesmo com todas as lacunas descritas nesta pesquisa, não se pode negar o trabalho realizado pelos coordenadores, professores e funcionários da escola para com o desempenho dos alunos. A confiança que os pais têm na instituição talvez seja o melhor argumento para a efetivação da confiança que o trabalho dos professores reluz, e já se pode dizer que existe uma iniciativa perene no sentido do envolvimento parental. O que se precisa é uma maior efetivação para que se torne sistemático.

É nesta conjuntura de auxílio da sistematização do envolvimento parental que expomos, no próximo capítulo, ações por meio de um Plano de Intervenção Educacional, voltado inicialmente para a escola pesquisada, mas que também possa servir de exemplo positivo para as demais escolas que passam pelo mesmo problema.

3 O PLANO DE INTERVENÇÃO ESCOLAR – AÇÕES COLETIVAS DA GESTÃO ESCOLAR E DAS FAMÍLIAS PARA O APRIMORAMENTO DO ENVOLVIMENTO PARENTAL DA ESCOLA EBA

A presente dissertação teve como objetivo investigar as ações da gestão escolar da Escola EBA, no município de Porto Walter – AC, voltadas para uma maior responsabilização dos membros da comunidade escolar na vida acadêmica dos alunos. O foco da pesquisa centrou-se na análise das ações empreendidas pela instituição através da análise do PPP, dos projetos escolares e da aplicação de questionários à coordenadora de ensino, às coordenadoras pedagógicas, aos professores do ensino fundamental do 1º ao 9º ano, ao presidente e ao vice-presidente do Grêmio Estudantil, bem como ao representante dos pais no Conselho Escolar.

As análises tiveram o intuito de averiguar as intervenções escolares que promovessem o envolvimento dos pais na aprendizagem dos alunos, contribuindo, assim, para a responsabilização da comunidade escolar frente aos processos de ensino e aprendizagem.

Dentro do contexto da análise que nos propusemos a fazer, foi possível detectar que a escola, que deve ser a promotora de ações de aproximação com as famílias, tem apresentado lacunas com relação ao envolvimento das famílias na aprendizagem dos alunos. Entre essas lacunas, destacamos a deficiente comunicação com as famílias, ausências de estratégias dos docentes com relação ao envolvimento dos pais na aprendizagem dos alunos e poucas ações dos membros do Conselho Escolar e do Grêmio Estudantil para com o auxílio de ações de colaboração na aprendizagem dos alunos na escola.

No capítulo que se inicia, apresentamos uma proposta de intervenção pedagógica por meio de um Plano de Intervenção Educacional que deverá ser desenvolvido dentro da instituição escolar com a mediação da Equipe Gestora, apoio dos técnicos da secretaria de educação e da parceria com a Universidade Federal do Acre, através de convite a professores especialistas para a discussão e formação inicial dos professores sobre temáticas relacionadas ao envolvimento parental.

As ações desencadeadas pela equipe gestora para os professores terão como desafio romper a barreira do diálogo com a comunidade. O intuito do plano de ação é que este possa estimular um maior envolvimento dos pais na vida escolar dos seus filhos e que se torne ação institucionalizada na escola, fazendo parte do Projeto Político Pedagógico e traçando metas a serem cumpridas todos os anos.

A metodologia para a construção do Plano de Intervenção Educacional proposto para a instituição de ensino pesquisada usará os preceitos teóricos de Epstein e Dauber (1991), quando da disponibilização dos seis tipos de envolvimento parental para auxiliar nas estratégias escolares. Iremos nos apropriar de três desses seis tipos para a construção de nossas estratégias de envolvimento parental para a escola pesquisada.

Será na necessidade de se estabelecer uma verdadeira parceria entre a escola e a família que a pesquisa apresentará ações que visem à aproximação das duas instituições sociais. Claro que o êxito desse intuito dependerá do interesse das duas instituições, respeitando-se as diferenças entre elas, mas, na nossa ótica, caberá à escola dar o primeiro passo frente ao processo de aproximação com as famílias. Na implementação do PAE, utilizou-se a ferramenta 5W2H, as quais as proposições são descritas da seguinte forma: What (o que será feito); When (quando será feito); Who (quem fará), Where (onde será feito); Why (por quem será feito); How (Como será feito); How much (quanto custará).

A tipologia que Epstein e Dauber (1991) apresentam é constituída por seis tipos de envolvimento parental, que relatam a necessidade de programas de parcerias entre escola e família incluem atividades de todos os tipos com a finalidade de proporcionar oportunidades diversificadas e adequadas às características das diferentes famílias.

No entanto nos apoiaremos nas ações que podem ser planejadas a partir do tipo 2 – que diz respeito à comunicação entre as duas instituições. Neste caso, a responsabilidade e a finalidade da escola será a de fomentar a intercomunicação casa/escola e escola/casa, principalmente sobre os projetos escolares e o progresso educacional dos alunos. A intercomunicação será feita de forma positiva e dentro de uma linguagem acessível às famílias.

Por exemplo, a escola deve proporcionar encontros periódicos com as famílias, debatendo o progresso escolar do aluno na escola. Outra forma é criar canais de comunicação acessíveis tanto à família como à escola.

O tipo 4 – voltado para as ações de aprendizagem em casa. Nesse tipo de envolvimento parental, os professores precisam envolver e orientar os pais no sentido do acompanhamento e da ajuda aos filhos em casa. Quando da existência de um envolvimento nas atividades escolares por parte das famílias as escolas auxiliam as famílias a compreender como o podem fazer o trabalho de forma positiva. Vale salientar que a ajuda da família nesse âmbito não pode se resumir a passar a explicação da disciplina escolar, pois essa é função que compete aos professores. A escola deve orientar as famílias no tocante às formas de acompanhamento, discussão, incentivo e ajuda nos trabalhos de casa, policiando para o aperfeiçoamento das competências necessárias para um bom desempenho dos alunos na escola.

E, por último, o tipo 6 – que envolve o processo de partilha e colaboração com a comunidade. A escola necessita criar elos que permitam à comunidade contribuir, com serviços escolares, na estruturação do ensino, na organização de atividades culturais e de lazer e outros eventos da vida da comunidade, ocasionando a partilha das responsabilidades pela educação e sucesso dos estudantes. Esse processo aumenta a credibilidade da escola com a comunidade.

Um exemplo do processo desse tipo de colaboração é a garantia do acesso do estudante e da sua família a serviços comunitários, tais como serviços de saúde, eventos culturais, entre outros.

Tendo em vista as ações que a escola já desenvolve com vistas à aproximação das famílias, concentramo-nos em propor alternativas para a ampliação dos cenários já existentes – tipos 2 e 4 – e ampliar a relação de envolvimento parental, buscando atingir, com isso, conforme sugerido anteriormente, o tipo 6, que só será alcançado se os dois tipos anteriores estiverem acontecendo de forma eficaz. Assim, todas as ações que serão impetradas no plano estão relacionadas aos três tipos de envolvimento parental, uma vez que os dados da pesquisa sinalizam que é preciso efetivar ações positivas com relação à comunicação, ao envolvimento das famílias nas ações escolares de casa e, conseqüentemente, à promoção de parcerias com comunidade escolar para o provimento de uma educação de qualidade.

O Plano de Intervenção Educacional será aplicado na Escola EBA no ano de 2015, no período de janeiro a dezembro, passando por modificações, se necessário, ano após ano, tornando-se institucional dentro da unidade escolar por meio da

reelaboração e incorporação do mesmo ao PPP da escola. A responsabilidade pelas articulações das ações para as famílias será da gestão da escola, de seus professores e funcionários, com o apoio do Conselho Escolar, APM e Grêmio Estudantil.

Todo este capítulo objetiva incidir no envolvimento dos pais nas ações da escola para com a melhoria na aprendizagem dos alunos, tendo por base estudos desenvolvidos no Brasil e em Portugal, que apontam que a aprendizagem dos alunos se dá de forma mais eficaz e significativa quando realizada através de um processo de cooperação entre os professores e os pais.

3.1 A articulação da gestão escolar para os docentes frente ao envolvimento parental

A educação das crianças, seja ela dentro do laço familiar ou no interior das instituições escolares, ganhou novos contornos, como foi o caso da escola pesquisada. A criança, que ora é também aluno, passou a ser vista dentro de um cenário de sujeito que precisa de um processo social mais amplo, consistente, com metas e desafios, com interesses, necessidades e produções próprias e com um dinamismo de ensino aliado ao planejamento diário de tempo e presença da família no auxílio com as tarefas de estudante.

O direito a uma condição de aprendizagem equitativa ganhou, ao longo dos anos, mais ênfase, e foi na consolidação desses direitos que surgiram, no seio da escola pública, novas responsabilidades tanto em nível de Estado quanto para as famílias.

Será dentro da garantia dos direitos constitucionais que a escola irá atuar na articulação dos seus docentes para a mediação do contato mais eficaz entre a escola e a família.

Algumas ações serão prioritárias da gestão escolar para com os docentes da escola, e o Plano de Intervenção Educacional vai buscar o fortalecimento e o aprofundamento do que esta pesquisa detectou como deficitário.

Uma das primeiras ações apresentadas por esse plano será a proposta de formação continuada para toda a equipe escolar (gestores, equipe pedagógica, professores e funcionários) de modo a promover a conscientização desses atores

com relação ao envolvimento parental. A ação será promovida por professor especialista convidado da Universidade Federal do Acre, mostrando a diferenciação entre o conceito de envolvimento parental com relação ao conceito de participação familiar e de como suas ações influenciam na aprendizagem dos alunos, conforme apresentado no quadro 4 a seguir.

Quadro 4 – Temáticas a serem trabalhadas na formação continuada dos professores

| | |
|------------|--|
| Temática 1 | As diversas formas de como se organizam as famílias e suas relações com os sujeitos. |
| Temática 2 | A responsabilização da família na educação dos discentes, os aspectos que envolvem a formação de valores e as regras no convívio social. |
| Temática 3 | A participação familiar nas ações de envolvimento parental na escola e o reconhecimento da importância do mesmo para o sucesso na aprendizagem dos alunos. |
| Temática 4 | A família e a escola como instituições que podem aprender um com o outro. |
| Temática 5 | A participação da comunidade no fortalecimento da Gestão Escolar, para uma escola pública, democrática e de qualidade. |

Fonte: elaborado pelo autor.

Busca-se, com as atividades empreendidas através da formação dos agentes educacionais da escola, gestão, equipe gestora, professores e funcionários, trabalhar a conscientização destes e propor ações que possam promover de forma acintosa o envolvimento parental na escola.

No quadro 5, apresentamos a síntese das ações planejadas que deverão ser articuladas junto aos membros da gestão, à equipe pedagógica, aos professores e demais profissionais para o envolvimento das famílias na vida escolar das crianças.

Quadro 5 – Síntese das ações da Gestão Escolar para os professores

| | |
|--------------------------|--|
| O que será feito? | Formação Continuada para os professores. Parceria entre Secretaria Estadual de Educação e Universidade Federal do Acre. |
| Por quê? | A capacitação se faz necessária para que o corpo administrativo e pedagógico da escola possa estar iterado da temática na qual irão trabalhar durante o ano letivo, facilitando o trabalho de multiplicação em busca do envolvimento parental na escola. |
| Como? | Promover uma discussão com os docentes sobre o conceito de envolvimento parental, propondo intervenções nas salas de aula apoiados por projetos escolares. |
| Quem? | Professor convidado da Universidade Federal do Acre em parceria com a Secretaria de Estado de Educação. |
| Quanto? | O orçamento varia de acordo com o total de laudas das apostilas. O custo da impressão por lauda é de R\$ 0,25. Hospedagem e alimentação do palestrante, no valor total de R\$ 1.500. Recurso utilizado será do PDE/SEE. |
| Quando? | Janeiro (Planejamento de Início de ano); fevereiro (Recesso de Carnaval); julho (Recesso Escolar); setembro (semana de Planejamento de fim de ano letivo), perfazendo um total de 120h de formação. |
| Onde? | Escola EBA |
| O que será feito? | Construção coletiva de um calendário de reuniões internas |
| Por quê? | A construção do calendário de reuniões da equipe gestora, equipe pedagógica, funcionários, Grêmios Estudantil, Conselho Escolar e APM tem por princípio discutir as ações de envolvimento parental na escola. |
| Como? | Realizar reuniões mensais com os docentes para ouvi-los e debater sobre como andam as ações de envolvimento e o que pode ser melhorado. |
| Quem? | Equipe gestora e Professores |
| Quanto? | Sem custo |
| Quando? | Uma reunião mensal para discussão das ações e fazer a avaliação da execução das estratégias junto às famílias. |
| Onde? | Escola EBA |

Fonte: elaborado pelo autor.

A articulação da equipe gestora junto aos docentes é importante, pois é através dos docentes que almejamos chegar de forma mais efetiva aos pais. Essa etapa do trabalho de formação inicial para os professores ganha cada vez mais consistência, pois o quadro funcional da escola é rotativo, e será necessária a institucionalização dessas ações para que os docentes que por ventura venham a exercer a função de professor na escola possam ter o conhecimento de que o envolvimento parental impacta de forma positiva na aprendizagem dos alunos e de que esses preceitos são diferentes da simples participação familiar na escola. Assim, espera-se que os professores da Escola EBA, diante da afirmação de que o envolvimento parental é fundamental para as ações pedagógicas da escola, possam tornar-se um dos principais caminhos de articulação para o fomento do envolvimento parental na instituição.

3.2 Estratégias de envolvimento das famílias na escola e em casa

As ações de envolvimento parental promovidas pela escola através deste plano de intervenção tentarão dirimir as lacunas detectadas através da pesquisa na instituição. Entre as mais latentes percepções apreendidas pela análise dos dados, estão aquelas concernentes à falta de comunicação da escola com as famílias, à falta de tempo da família para a participação mesmo que singular na vida escolar dos filhos e à ausência de ações dos professores em prol do envolvimento dos pais com a escola.

No entanto não será função desta intervenção fazer mediações com relação às famílias no sentido de como estas devem agir diante da criação de seus filhos, mas instrumentalizar a comunidade escolar de alguns aparatos que podem ajudar na formação de bons cidadãos e auxiliar na ociosidade latente dos filhos logo quando saem da escola.

Muito do que se descobriu nesta pesquisa diz da participação dos responsáveis pelos alunos na participação em reuniões e comemorações que a escola promove. No entanto, quando das ações que busquem aprimorar a faceta pedagógica dos pais na vida escolar dos filhos, bem como na parte de comunicação entre a escola e as famílias, a escola deixa a desejar. Na caracterização problemática escolar e no levantamento das necessidades efetuadas na escola, é

preciso desenvolver ações que estejam voltadas para melhorar o que já acontece na unidade escolar com relação aos três tipos de envolvimento parental que caracterizam melhor o perfil da comunidade escolar, que são os tipos 2, 4 e 6. Apresentamos dez ações da escola para com as famílias para um maior envolvimento parental nas atividades escolares.

Quadro 6 – As ações de envolvimento parental nas atividades escolares e em casa

| Ações de envolvimento parental nas atividades escolares e em casa | |
|---|--|
| O que será feito? | Levantamento de dados das famílias |
| Por quê? | Colher dados das famílias para construção de um banco de informações na escola sobre as famílias que a escola atende |
| Como? | No ato da matrícula e rematrícula dos alunos, fazer levantamento situacional das condições das famílias. Com o objetivo de conhecer as famílias dos alunos, quantas pessoas fazem parte da família, onde mora, telefone, formação dos pais, no que trabalham etc. O levantamento inicial é para que a escola faça uma sondagem do perfil das famílias que a escola atende para a proposição de ações de envolvimento parental que possam suprir as lacunas de comunicação com as famílias. |
| Quem? | Equipe Gestora, Coordenadora Administrativa e funcionários da secretaria da escola. |
| Quanto? | Aquisição de um <i>pen drive</i> para alocação dos dados que serão digitalizados. Valor R\$ 50,00. Recurso do PDE/SEE. |
| Quando? | Janeiro de 2016. No período de matrícula, de 19 a 23. |
| Onde? | Escola EBA |
| O que será feito? | Confeccionar e distribuir tutorial com informações para o acompanhamento das atividades escolares em casa. |
| Por quê? | O acompanhamento das famílias nas atividades dos alunos em casa pode fazer a diferença na hora da aprendizagem. |
| Como? | Criar um tutorial com informações para as famílias para fazer o acompanhamento das atividades escolares dos alunos. Para isso, a escola irá fornecer suporte para que as famílias apoiem o aprendizado de seus filhos em casa. |
| Quem? | Equipe Gestora e Equipe Pedagógica |

| | |
|----------------|---|
| Quanto? | Compra de material para a impressão e encadernação do tutorial: papel A4, espiral para encadernação, toner para impressora Multifuncional. Valor total de 2.000,00 R\$. Recurso do PDE/SEE. |
| Quando? | Fevereiro, no primeiro dia de aula. |
| Onde? | Escola EBA |

Fonte: elaborado pelo autor.

Todas as ações descritas nesta etapa do Plano de Intervenção estão associadas a três tipos de envolvimento parentais (o tipo 2, o tipo 4 e o tipo 6) teorizados por Epstein e Dauber (1991), conforme o quadro 7 a seguir.

Quadro 7 – Ações e os tipos de envolvimento de qual fazem parte

| Ação | Tipo de envolvimento da qual a ação faz parte |
|---|--|
| Ação 1- Coletar dados das famílias para construção de um banco de informações na escola. | Tipo 2 |
| Ação 2 - Construção de um tutorial de acompanhamento das atividades dos alunos em casa por parte dos pais. | Tipo 2 |
| Ação 3 - Apresentação às famílias das dependências da escola. | Tipo 2 |
| Ação 4 - Criação de sala ambiente para encontro com as famílias nas atividades escolares. | Tipo 4 |
| Ação 5 - Criar a Associação de Pais e Mestres. | Tipo 2 |
| Ação 6 - Promover Gincana Cultural com a participação dos pais nas atividades. | Tipo 4 |
| Ação 7 - Expor os trabalhos dos alunos para a comunidade | Tipo 4 |
| Ação 8 - Debate com a comunidade a cerca das questões escolares | Tipo 4 |
| Ação 9 - Visitar as comunidades rurais para uma maior interação com as famílias. | Tipo 2 |
| Ação 10 - Promover parcerias órgãos governamentais e outros órgãos para a promoção de cursos para a comunidade. | Tipo 6 |

Fonte: elaborado pelo autor.

A comunicação entre a escola e as famílias, o acompanhamento das atividades escolares dos filhos em casa pelos pais e a parceria e colaboração da escola com as outras instituições que fazem parte da comunidade devem constituir algumas alternativas para o envolvimento parental, mas que precisam ser caracterizadas pela procura de um sentido comum entre as duas instituições sociais, através do respeito mútuo e do desejo de negociar com todos os membros da comunidade educativa.

3.3 A institucionalização das ações de envolvimento parental através do PPP

Um momento importante da implementação do PAE será a sua institucionalização através da reelaboração do PPP/2015. Um projeto político pedagógico que tem suas características na instrumentalização da proposta pedagógica da escola, pois é através da proposta de ensino que a comunidade escolar poderá desenvolver um trabalho coletivo e participativo, delegando responsabilidades pessoais e coletivas, que deverão ser assumidas em benefício da execução dos objetivos estabelecidos na reelaboração da proposta da escola.

Na institucionalização do plano de intervenção, que acontecerá na reelaboração do PPP, algumas medidas precisam ser institucionalizadas através das ações de envolvimento parental na escola. Dentre elas, a qualificação profissional através da formação continuada, que deverá ser inserida no PDE da escola todos os anos através do Plano de Ação do PDE.

Outra ação que precisa tornar-se fixa nas atividades escolares são as atividades de sala de aula que envolvam as famílias. Esta ação precisa ser fomentada e aprovada nas reuniões do Conselho Escolar e inserida no PPP/2015.

O PPP deve possibilitar aos membros da escola uma tomada de consciência dos problemas e das possíveis soluções, estabelecendo as responsabilidades de todos. Assim, a reformulação da proposta pedagógica para a inserção do Plano de Intervenção Escolar deve acontecer de imediato.

A institucionalização torna-se importante para que a escola construa uma proposta pedagógica que tenha o perfil da comunidade local e possa suprir as necessidades da aprendizagem dos alunos com relação ao envolvimento das famílias nas atividades escolares. Assim, os que fazem parte do quadro

administrativo da escola, bem como os docentes saberão que um dos caminhos para o sucesso escolar dos alunos é envolver as famílias nas ações escolares.

O quadro 8 apresenta as ações prioritárias para a institucionalização do Plano de Intervenção ao Projeto Político Pedagógico.

Quadro 8 – Resumo das Ações do Plano de Intervenção que serão institucionalizadas no PPP

| Ações do Plano de Intervenção que serão institucionalizadas no PPP | |
|--|--|
| O que será feito? | Institucionalizar a formação continuada sobre temáticas de envolvimento parental. |
| Por quê? | Fazer com que os docentes e a comunidade em geral possam transformar o envolvimento parental em algo rotineiro em suas vidas. |
| Como? | Inserir a formação continuada no Plano de Ação do PDE de cada ano letivo. |
| Quem? | Gestão Escolar, Equipe Pedagógica, Funcionários, Professores, Conselho Escolar, APM, Grêmios Estudantil e Sociedade Civil Organizada. |
| Quanto? | Sem custo |
| Quando? | Na reelaboração do PPP, em novembro de 2015, logo após a aplicabilidade das ações do Plano de Intervenção e suas respectivas análises de sucesso ou modificação do plano de intervenção. |
| Onde? | Escola EBA |
| O que será feito? | Inserir a Gincana Cultural com atividades aos pais no PPP. |
| Por quê? | Transformá-la em uma ação eficaz no envolvimento das famílias na vida escolar dos alunos. |
| Como? | Fixando-a como projeto escolar institucionalizado pela PPP. |
| Quem? | Gestão Escolar, Equipe Pedagógica, Funcionários, Professores, Conselho Escolar, APM, Grêmios Estudantil e Sociedade Civil Organizada. |
| Quanto? | Sem custo |
| Quando? | Propor a sua adesão e inserção no PPP com direito a aprovação da comunidade e dos membros dos órgãos escolares: Conselho Escolar, Grêmios Estudantil e APM. |
| Onde? | Escola EBA |

Fonte: elaborado pelo autor.

Apesar de as escolas se basearem em normas gerais da educação, as unidades escolares se diferenciam entre si, pois cada instituição tem suas necessidades e princípios específicos. Outro ponto que as diferem é a região em que cada escola se situa, bem como os desejos de cada membro envolvido na construção do projeto educativo, neste sentido a institucionalização do Plano de Intervenção que está pesquisa apresenta, precisa ser algo rotineiro dentro da instituição de ensino.

Com a apresentação e análise feitas no item 3.3, finalizamos este capítulo. A seguir, trazemos as considerações finais, as quais constituem a seção final desta dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capítulo 1, fizemos nossas considerações iniciais, contextualizando a unidade escolar investigada no que tange aos perfis da gestão escolar, dos professores e de sua clientela de alunos. Elucidamos os projetos realizados, evidenciando aqueles voltados para o desenvolvimento do processo de responsabilização educacional da comunidade escolar em prol do bom desempenho dos discentes. Para isso, investigamos os Projetos Político Pedagógicos da escola entre os anos de 2009 a 2013, bem como a atuação do Conselho Escolar.

No capítulo 2, apresentamos a análise dos dados colhidos, mediante a observação dos documentos da escola e também da aplicação dos questionários, relacionando-os com o referencial teórico que trata sobre o tema de envolvimento parental. Analisamos, ainda, os dados referentes aos projetos da escola, mais especificamente os pedagógicos e as ações embutidas nestes para uma maior aproximação das famílias com a vida escolar de seus filhos. Também trabalhamos com as percepções da equipe gestora, dos professores, do Grêmio Estudantil e do Conselho Escolar através de dados coletados através da aplicação de questionários e de seus relatos nas respostas para descobrir o que a escola tem feito para o envolvimento parental. Por meio dessas análises, foi possível detectar as formas de envolvimento parental empreendidas pelos atores escolares partindo da escola e suas possíveis falhas.

No capítulo 3 e último de nossa pesquisa, apresentamos as ações através de um Plano de Intervenção Educacional com relação ao envolvimento parental na escola pesquisada. Foi através da responsabilização das várias facetas que compõem a escola como: a Gestão Escolar, os Docentes, Pais, Alunos, Conselho Escolar, Grêmio Estudantil, comunidade em geral que se buscou mostrar as diferenças entre participação e envolvimento parental e em que o envolvimento parental pode auxiliar na aprendizagem dos alunos.

Vale ressaltar que, entre as instituições que, de certa forma, se responsabilizam pelo processo educativo do ser humano, a escola e a família são, sem sombra de dúvidas, as mais cobradas. A escola cobra a presença dos familiares na escola, e as famílias transferem a responsabilidade do cuidado dos

filhos para a escola, que por muitas vezes não consegue absorver condições pedagógicas para uma educação com equidade.

Escola e família são instituições diferentes e que apresentam objetivos distintos, mas que, quando desafiadas a empreender ações que as aproximem em função dos alunos/filhos, podem apresentar, em parceria, resultados positivos.

Planejamos ações que pudessem ajudar a escola nas propostas de aproximação com as famílias, respeitando a diversidade local.

Por fim, o Plano de Intervenção Educacional que foi proposto tem o objetivo específico de ser um instrumento de apoio pedagógico da escola e que também possa servir para outras instituições do Estado, uma vez que se descobriu com a pesquisa que são poucas – ou quase nenhuma – as experiências no Acre sobre a temática.

REFERÊNCIAS

ACRE. Assembleia Legislativa. *Lei nº 1.513, de 10 de Novembro de 2003*. Dispõe sobre a gestão democrática do sistema de ensino público do Estado do Acre e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Acre, Rio Branco, 11 nov. 2003.

_____. *Decreto nº 6.263 de 19 de Agosto de 2013*. Regulamenta o Prêmio Anual de Valorização e Desenvolvimento Profissional – VDP, de que trata o art. 23-C, da Lei Complementar nº 67, de 29 de junho de 1999. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Ciencias%20Sociais/Downloads/DO13771323375418.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2014.

_____. *Decreto nº 7.449 de 23 de Abril de 2014*. Regulamenta Prêmio de Valorização e Desenvolvimento da Gestão (VDG). 2014a. Disponível em: http://www.ac24horas.com/wp-content/uploads/2014/04/DO11292_28042014.pdf>. Acesso em: 18 set. 2014.

_____. *Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour*. 2014b. Disponível em: <http://www.cultura.ac.gov.br/>>. Acesso em: 18 set. 2014.

_____. Secretaria de Estado de Educação e Esporte. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 34, de 25 de janeiro de 2012. Aprova e reconhece o Programa Asas da Florestania, do Ensino Médio, ofertado na zona rural nos municípios do Estado do Acre. *Diário Oficial do Estado do Acre*, Rio Branco, 13 fev. 2012. Disponível em: http://www.see.ac.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=696&Itemid=18>. Acesso em: 05 out. 2013.

_____. Secretaria de Estado de Educação e Esporte. Instrução Normativa nº 004/2004. Estabelece Diretrizes Administrativo-Pedagógicas no Âmbito das Escolas da Rede Estadual de Ensino. *Diário Oficial do Estado do Acre*, Rio Branco, abr. 2004.

_____. Secretaria do Estado de Educação e Esporte. Portal SEAPE. *Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar*. 2014b. Disponível em: <http://www.seape.caedufjf.net/o-programa/>>. Acesso em: setembro de 2014.

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise. Oferta educativa e responsabilização no PDE: o plano de ações articuladas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 135, p. 779-796, set./dez. 2008.

ALUNO MACIEL. *Entrevista IV*. [17 jan. 2013]. Entrevistador: Ericson Araújo da Costa. Porto Walter, 2013. 1 arquivo. Som Wave (35 segundos).

BALESTRA, Maria Marta Mazaro. *A Psicopedagogia em Piaget: uma ponte para a educação da liberdade*. Curitiba: Ibpex, 2007.

BHERING, E; SIRAJ-BLATCHFORD, I. A Relação Escola-Pais: um modelo de trocas de colaboração. *Cadernos de Pesquisa*, n. 106, p. 191-213, mar. 1999.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 dez. 2014.

_____. Congresso. Câmara dos Deputados. *Parlamento Jovem Brasileiro*. 2014a. Apresenta informações sobre o projeto realizado anualmente na Câmara com o objetivo de possibilitar aos alunos de escolas públicas e particulares a vivência do processo legislativo. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/parlamentojovem>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

_____. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 16 dez. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). *Bolsa Família*. 2013c. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). *Ensino Médio Inovador*. 2013d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1038&id=13439&option=com_content&view=article>. Acesso em: 16 dez. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)*. 2013e. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc). *Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância*. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/gestor/beneficio-de-superacao-da-extrema-pobreza>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *O que é o IDEB*. 2014b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Perguntas frequentes*. 2013a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/educacenso/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *IDEB – Resultados e Metas*. 2014c. Disponível

em <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=2146741>>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. Ministério da Educação. *Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, n.248, 23/12/1996. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. Ministério da Educação. Plano de Mobilização Social pela Educação (PMSE). *Acompanhem a vida escolar dos seus filhos*, Brasília, s/d. Disponível em: <<http://mse.mec.gov.br/index.php/component/content/article?id=163:cartilha>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

_____. Ministério da Educação. *Programa Dinheiro Direto na Escola*. 2013b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php/?option=com_content&id=12320>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. Ministério da Educação. *Programa Saúde da Escola*. 2014c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16796&Itemid=1128>. Acesso em: 16 dez. 2014.

_____. Ministério da Educação. *Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE)*. 2014d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12370:projeto-saude-e-prevencao-nas-escolas-spe&catid=310:projeto-saude-e-prevencao-nas-escolas-spe&Itemid=578>. Acesso em: 16 dez. 2014.

BRAVO, Maria Helena; BANDEIRA, Claudia. *Ação na escola – o que é o IDEB*. 2012. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/educacao/48-acao-na-escola/10004545-o-que-e-o-ideb>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália de A.; FALEIROS, Matheus (Org.). *A avaliação externa como instrumento de gestão educacional nos estados*. São Paulo: Fundação Vitor Civita, 2011. Disponível em: <<http://www.fvc.org.br/pdf/livro2-01-avaliacao.pdf>> Acesso em: 16 dez. 2014.

CAETANO, L. M. Relação escola e família: uma proposta de parceria. *Dialógica*, v.1, n.1, p. 51-60, 2004.

CASSANDRA, Paula. Professores mineiros e paulistas criticam bonificação que será criada no RS. In: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE SUL (ASSUFRGS). *Portal da ASSUFRGS*. Porto Alegre, s/d. Disponível em: <<http://www.assufrgs.org.br/noticias/professores-mineiros-e-paulistas-criticam-bonificacao-que-sera-criada-no-rs/>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. *O desafio da qualidade*. s/d. Disponível em: <http://www.rededosaber.sp.gov.br/contents/SIGSCURSO/sigsc/upload/br/site_25/Fil e/DesafioDaQualidade.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2014.

COLAÇO, M. M. *A relação escola-família e o envolvimento dos pais: representações de professores de 1º ciclo do concelho de Rio Maior*. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração e Gestão Educacional) - Universidade Aberta, Lisboa, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.2/651>> Acesso em: 16 dez. 2014.

COORDENADORA DE ADMINISTRAÇÃO. *Entrevista II*. [15 jan. 2013]. Entrevistador: Ericson Araújo da Costa. Porto Walter, 2013. 1 arquivo. Som Wave (30 segundos).

COORDENADORA DE ENSINO. *Entrevista I*. [14 jan. 2013]. Entrevistador: Ericson Araújo da Costa. Porto Walter, 2013. 1 arquivo. Som Wave (45 segundos).

_____. *Questionário*. Porto Walter, outubro de 2014.

COORDENADORA PEDAGOGICA 1. *Questionário*. Porto Walter, outubro de 2014.

COORDENADORA PEDAGOGICA 2. *Questionário*. Porto Walter, outubro de 2014.

DAVIES, D. et al. *As escolas e as famílias em Portugal: Realidade e perspectivas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

DAVIES, Dom; MARQUES, Ramiro; SILVA, Pedro. *Os professores e as famílias – A colaboração possível*. Lisboa: Livros Horizonte, 1997.

EDUCAR PARA CRESCER. *Guias da educação*. São Paulo: Grupo Abril, s/d. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/guias-da-educacao/index.shtml>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

EPSTEIN, J.; DAUBER, S. School programs and teachers practices of parent involvement in inner-city elementary and middle schools. *The Elementary School Journal*, n.3, pp. 289-305, 1991. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1001715?uid=3737664&uid=2129&uid=2134&uid=371947551&uid=2&uid=70&uid=3&uid=371947541&uid=60&sid=21102276963571>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

EPSTEIN, Joyce L. School and family partnerships. In: ALKIN, M. (Ed.). *Encyclopedia of Educational Research*. 6th edition (p.1139-1151). New York: MacMillan, 1992.

_____. *Teacher Attitudes and Practices of Parent Involvement in Innercity Elementary and Middle Schools*. Baltimore: Johns Hopkins University, 1989.

ESTRELA, M. T.; VILLAS-BOAS, M. A. A relação pais e escola: Reflexões sobre uma experiência. In: MARCHAND, H.; PINTO, H. R. (Eds.). *Família: Contributos da Psicologia e das Ciências da Educação*. Lisboa: Educa e autores, 1997. pp.103-116.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica de mercado. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003.

FUNKHOUSER, J. E.; GONZALES, M. R. *Familyinvolvement in children's education: Successful local approaches: An idea book*. 1997. Disponível em: <<http://.ed.gov/pubs/FamInvolve/>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

GEEKIE LAB. *Geekie – o melhor jeito de aprender: o seu*. Disponível em: <https://www.geekielab.com.br/login/>. Acesso em: 18 out. 2014.

GRUPO ABRIL. Disponível em: <<http://grupoabril.com.br/pt/o-que-fazemos/M%C3%ADdia/iniciativas>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades. Acre. *Porto Walter*. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/extras/perfil.php?lang=&codmun=120039&search=acre|porto-walter.>> Acesso em: 16 dez. 2014.

LAHIRE, Bernard. *Sucesso Escolar nos Meios Populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e Pedagogos, Para quê?* 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2003.

LOPES, Karina Carrasqueira. *A Política de responsabilização educacional do município do Rio de Janeiro*. 2013. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

LÜCK, Heloísa. *A Gestão Participativa na Escola*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Série Cadernos de Gestão)

_____. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto a formação de seus gestores. *Em Aberto*, Brasília, v.17, n.72, p.11-33, 2000. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/iewFile/1087/989>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

MOSTRA Brasileira de Foguetes. *Apresenta informações sobre o evento organizado anualmente pela Sociedade Astronômica Brasileira, em parceria com a Agência Espacial Brasileira, aberta à participação voluntária de alunos do primeiro ano do ensino fundamental até o último ano do ensino médio, de escolas públicas ou privadas.* Disponível em: <<http://www.oba.org.br/site/index.php>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

MOTTA, Adriana Ijano. *Da participação ao envolvimento parental: uma estratégia de ação para a gestão escolar na busca de melhorias no processo de ensino e aprendizagem.* 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – CAEd – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

NOGUEIRA, Maria Alice. Relação família-escola: novo objeto na sociologia da educação. *Paidéia*, v.8, n.14-15, p. 91-103, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1998000100008>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

OLIMPÍADA Brasileira de Astronomia e Astronáutica. *Apresenta informações sobre a competição organizada anualmente pela Sociedade Astronômica Brasileira, em parceria com a Agência Espacial Brasileira, aberta à participação voluntária de alunos do primeiro ano do ensino fundamental até o último ano do ensino médio, de escolas públicas ou privadas.* Disponível em: <<http://www.oba.org.br/site/index.php>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

OLIMPÍADA Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP). *Apresenta informações sobre a competição realizada pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA - que tem como objetivo estimular o estudo da matemática e revelar talentos na área.* Disponível em: <<http://www.obmep.org.br/>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

OLIMPÍADA de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro. *Apresenta informações sobre o concurso bienal de produção de textos que premia as melhores produções de alunos de escolas públicas de todo o país. Uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) e da Fundação Itaú Social, com coordenação técnica do Cenpec — Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária.* Disponível em: <<https://www.escrevendoofuturo.org.br/>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

OLIMPÍADA Brasileira de Química. *Apresenta informações sobre a competição realizada anualmente pela Associação Brasileira de Química para estudantes do ensino médio e tecnológico.* Disponível em: <<http://www.obq.ufc.br/obqIndex.htm>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

OLIMPÍADA Nacional em História do Brasil. *Apresenta informações sobre a competição elaborada pelo Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que envolve estudantes do oitavo e nono anos do ensino fundamental e qualquer ano do ensino médio.* Disponível em:

<<http://www.olimpiadadehistoria.com.br/6-olimpiada/inicio/index>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

OLIVEIRA, Fernanda et al. Mapeamento das redes educacionais do Rio de Janeiro e Ceará a partir dos determinantes da Responsabilização. *Revista Pesquisa e Debate em Educação*, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 168-177, 2012.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão Democrática da Escola Pública*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

_____. *Por dentro da Escola Pública*. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. *Qualidade do Ensino: A contribuição dos pais*. São Paulo: Xamã, 2007.

PERNAMBUCO. Portal SIEPE. *Sistema de Informações da Educação de Pernambuco*. Bônus de Desempenho Educacional – BDE. 2014. Disponível em: <<http://www.siepe.educacao.pe.gov.br/WebModuleSme/itemMenuPaginaConteudoUuarioAction.do?actionType=mostrar&idPaginaltemMenuConteudo=5913>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

PRESIDENTE DO GRÊMIO ESTUDANTIL. *Questionário*. Porto Walter, outubro de 2014.

PIAGET, J. *Seis estudos de psicologia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

PILETTI, Nelson. *Escola e Comunidade: uma interação necessária*. 2012. Disponível em: <<http://blog.aticascipione.com.br/gestao-escolar-2/escolacomunidade-uma-interacao-necessaria-nelson-piletti>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

PORTO WALTER. Coordenação Municipal de Assistência Social. *Programa Bolsa Família*. 2014.

_____. Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS. *Perfil das Famílias de Porto Walter*. 2014.

_____. Secretaria Municipal de Saúde. *Programa Saúde na Escola*. 2014.

PORTUGAL. Ministério da Educação. Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento. *A parceria entre a escola, a família e a comunidade: estratégias de envolvimento parental*. Lisboa: Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação, 2000. Disponível em: <http://www.fersap.pt/documentos/minedu/Estrategias_de_Envolvimento_Parental.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2014.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Estadual EBA. Porto Walter, 2013.

PROFESSORA DE ARTES DO ENSINO MÉDIO. *Entrevista*. [16 jan. 2013]. Entrevistador: Ericson Araújo da Costa. Porto Walter, 2013. 1 arquivo. Som Wave (45 segundos).

PROFESSORA DE INGLÊS DO ENSINO FUNDAMENTAL. *Entrevista III*. [16 jan. 2013]. Entrevistador: Ericson Araújo da Costa. Porto Walter, 2013. 1 arquivo. Som Wave (45 segundos).

PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA (PROFESSORA 7). *Questionário para os professores da Escola EBA*. Porto Walter, outubro de 2014.

QUEDU. *O que é o QEdU?* 2014. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/sobre>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

REALI, A. M. M. R.; TANCREDI, R. M. S. P. (2002). Interação escola-famílias: concepções de professores e práticas pedagógicas. In: MIZUKAMI, M. G. N.; REALI, A. M. M. R. (Orgs.). *Formação de professores, práticas pedagógicas e escola*. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

REIS, M. P. I. F. C. *A Relação entre Pais e Professores: uma construção de proximidade para uma escola de sucesso*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Málaga, Málaga, 2008. Disponível em: <<http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/2238/1/PAULA.COLARES.Relacao.Pais.Professores.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

REPRESENTANTE DOS PAIS NO CONSELHO ESCOLAR. **Questionário. Porto Walter**, outubro de 2014.

ROMANELLI, G. *Escola e família de classes populares: notas para discussão*. Disponível em: <www.asseec.org.br>. Acesso em: 16 dez. 2014.

SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado da Educação. *Programa de Qualidade da Escola*. Nota técnica. 2013. Disponível em: <http://idesp.edunet.sp.gov.br/Arquivos/Nota_tecnica_2012.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2014.

SILVA, P. Escola-família: Uma relação armadilhada? *Revista ESES*, v.5, n.23-30. 1994.

SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR (SEAPE). Disponível em: <<http://www.seape.caedufjf.net/o-programa/>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

TANCREDI, R. M. S. P.; REALI, A. M. M. R. Visões de professores sobre seus alunos: um estudo na área da educação infantil. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 24, 2001, Caxambu, *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: ANPEd, Disponível em: <<http://24reuniao.anped.org.br/>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Conferência Mundial Sobre Educação para Todos. *Declaração mundial sobre educação para todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem – Declaração de Jomtien*. Jomtien, Tailândia, 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

VICE-PRESIDENTE DO GRÊMIO ESTUDANTIL. **Questionário. Porto Walter**, outubro de 2014.

VILLAS-BOAS, M. A. *Escola e família: Uma relação produtiva de aprendizagem em sociedades multiculturais*. Lisboa: Escola Superior João de Deus. 2001.

APÉNDICES

APÊNDICE 1 – Apresentação do Pesquisador

A presente pesquisa foi realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio, onde atuo como gestor desde o ano de 2008. Possuo experiência na área de docência no Ensino Fundamental e Médio, bem como também nos cursos do antigo Magistério, na área de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Didática da Língua Portuguesa e Literatura Infanto-Juvenil desde o ano de 2000. Lecionei durante sete anos nas escolas públicas do Estado do Acre, mais precisamente na região do Vale do Juruá. Tive uma experiência profissional também na área de curso superior quando atuei como coordenador do Núcleo da Universidade Federal do Acre, em um município do interior do Acre, no Programa Especial de Formação de Professores para o Ensino Básico – Zona Urbana e Rural. Também atuei como coordenador de planejamento e de ensino rural da SEMEC de Porto Walter – AC.

O objetivo de minha pesquisa foi de investigar as ações da gestão escolar da Escola EBA, no município de Porto Walter/Acre, voltadas para a responsabilização das famílias na vida escolar de seus filhos. Ao investigar as ações da escola, descobriu-se que alguns dos tipos de envolvimento parental teorizados por Epstein e Dauber (1991) podiam proporcionar ações positivamente para trabalhos da escola diante dos seus alunos, melhorando, com isso, o desempenho acadêmico destes. Tal percepção em busca de caminhos para melhorar a qualidade do ensino ofertado pela escola se deu pelo fato de que, como gestor, procuro sempre buscar estratégias inovadoras que podem interferir no aprendizado dos alunos e aproximar a comunidade escolar das ações educacionais. A tarefa de gerir uma escola em uma localidade com grande índice de pessoas analfabetas e desprovidas de cultura e lazer, bem como de condições socioeconômicas baixas tem proporcionado uma experiência ímpar com relação aos rumos que a educação pode mudar a vida das pessoas.

Mesmo que já anteriormente à minha gestão a escola já apresentasse uma relação boa com a comunidade, nossa tarefa foi a de tentar buscar parcerias para um trabalho colaborativo, quebrando paradigmas locais de que a escola é a detentora do conhecimento.

Assim, dessa forma, a pesquisa tenta uma relação concreta com as famílias que a escola atende, desenvolvendo estratégias de estreitamento das distâncias

entre as duas instituições sociais fundamentais para o recorte desta pesquisa, transformando-se em uma base sólida para a construção de Plano de Ação Educacional (PAE), que servirá de proposição para as novas gerações de gestores, docentes e alunos que compõe o corpo escolar da instituição.

APÊNDICE 2 – Questionários



**Universidade Federal de Juiz de Fora
Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
Mestrado Profissional**

Ericson Araújo da Costa

**QUESTIONÁRIO PARA O REPRESENTANTE DOS PAIS NO CONSELHO
ESCOLAR DA ESCOLA EBA**

Senhor Representante,

O questionário que apresentamos é parte integrante de uma pesquisa que realizo para a dissertação de mestrado a ser defendida no Programa de Pós Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública - CAEd/UFJF, e tem como título: **A GESTÃO ESCOLAR E A RESPONSABILIZAÇÃO: O PAPEL DA PARTICIPAÇÃO FAMILIAR PARA MELHORIA DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS EM UMA ESCOLA DO ESTADO DO ACRE.** Ficarei muito grato na sua participação, pois para mim ela é indispensável para o prosseguimento deste trabalho científico que ajudará a comunidade na qual seu filho estuda.

1 – Qual o seu grau de parentesco com o aluno pesquisado?

- Pais
- Avós
- Tios
- Irmão mais velho
- Outro. Qual? _____

2 – Quantos anos você tem?

- De 18 a 34
- 35 a 40
- 45 a 50
- 55 a 60
- 65 a 70
- 75 a 80

3 – Qual o seu sexo?

- Masculino
- Feminino

4 – Qual a sua escolaridade:

- Nunca estudou
- Estudou o fundamental até a 4ª Série
- Não concluiu até a 4ª Série
- Concluiu de 5ª a 8ª Série
- Não concluiu o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª Série
- Concluiu o ensino médio
- Não concluiu o ensino médio
- Concluiu o ensino superior
- Não concluiu o ensino superior

5 – Qual é a sua profissão?

- Doméstica
- Trabalha com Agricultura
- Pescador
- Diarista
- Outro. Qual _____?

6 – Você sabe a série que seu filho estuda na escola pesquisada?

- Não sei
- 6º ano do Fundamental
- 7º ano do Fundamental
- 8º ano do Fundamental
- 9º ano do Fundamental
- 1º ano do Ensino Médio

7) Saberá dizer há quanto tempo seu filho está estudando nesta escola?

- Não sei
- Começou neste ano de 2014
- Desde 2013
- Desde 2012
- Desde 2011 ou antes deste período
- Sempre Estudou nesta escola
- Estudava em outra escola e foi transferido para a referida escola

8 – Você participa das reuniões de pais e mestres da escola?

- Vou a todas as reuniões
- Quase sempre
- Às vezes
- Quando pode vir a cidade
- Nunca. Por quê? _____

9 – Qual o grau de importância que você atribui as reuniões da escola?

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Nenhuma importância
- Não participa das reuniões

10 – Seu filho realiza as tarefas de casa:

- Realiza sempre
- Realiza quase sempre
- Realiza às vezes
- Não as realiza. Por quê?

11 – Seu filho possui local para estudar em casa:

- Possui um local muito adequado para estudar
- Possui um local adequado para estudar
- Possui um local pouco adequado para estudar
- Não há local adequado para estudar

12 – O que seu filho faz em casa quando não esta na escola?

- Ajuda o Pai na lavoura
- Apenas estuda
- Ajuda os pais na lavoura e estuda
- Só brinca
- Brinca e estuda
- Cuida dos irmãos mais novos
- Cuida dos irmãos mais novos e estuda
- Trabalha fora
- Não sei

13 – Você participa da vida escolar do seu filho ajudando nas tarefas escolares?

- Nunca ajudo porque não sei ler e nem escrever
- Sempre ajudo
- Quase sempre ajudo
- Às vezes ajudo
- Não ajudo, mas digo para meu filho fazer as atividades

14 – Você conversa com seu filho sobre questões relacionadas à escola e às suas atividades escolares?

- Sempre
- Quase sempre
- Às vezes
- Nunca

15 – O que você considera que a escola possa fazer para melhorar o envolvimento dos pais e familiares na vida escolar?



QUESTIONÁRIOS PARA PRESIDENTE DO GRÊMIO E O VICE-PRESIDENTE DA ESCOLA EBA

**Universidade Federal de Juiz de Fora
Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
Mestrado Profissional**

Ericson Araújo da Costa

Questionário de Avaliação Para o Presidente e Vice do Grêmio Estudantil da Escola EBA

O questionário que apresentamos é parte integrante de uma pesquisa que realizei para a dissertação de mestrado a ser defendida no Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública - CAEd/UFJF, e tem como título: **A GESTÃO ESCOLAR E A RESPONSABILIZAÇÃO: O PAPEL DA PARTICIPAÇÃO FAMILIAR PARA MELHORIA DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS EM UMA ESCOLA DO ESTADO DO ACRE.** Ficarei muito grato na sua participação, pois para mim ela é indispensável para o prosseguimento deste trabalho científico que ajudará a comunidade na qual você estuda.

IDADE: () 11 anos () 12 anos () 13 a 14 anos () mais de 15 anos

SEXO: () feminino () masculino

1 – Em sua opinião existe no ambiente escolar respeito às pessoas que trabalham na instituição?

- () Existe muito respeito
- () Existe pouco respeito
- () Às vezes existe respeito
- () Não existe respeito. Por quê?

2 – Na sala de aula que você estuda se discute abertamente a participação da família na escola?

- Sempre se discute
- Se discute com pouca frequência
- Não se discute

3 – Você sabe se a Escola tem projetos sociais que envolvam a participação dos pais na instituição e na vida escolar dos alunos?

- Sim
- Não

4 – Se a escola tem projetos que envolvam a participação dos pais, qual a sua avaliação sobre o projeto?

- Ótimo
- Muito bom
- Bom
- Ruim
- Péssimo

Por favor, escreva qual o projeto realizado pela escola que envolva a participação dos pais na unidade de ensino e na vida escolar dos alunos.

5 – Você participa de reuniões escolares quando seus pais são convidados pela escola?

- Sempre participo
- Às Vezes
- Não tenho interesse em participar
- Não. Por quê?

6 – Na escola você encontra os portões abertos para a participação comunitária nos fins de semana?

- Sempre encontro
- Às Vezes
- Poderia ser melhor, pois a escola não realiza atividades constantes aos finais de semana.
- Não. Por quê?

7 – Há esforço da Direção e dos Coordenadores de Ensino e Pedagógico em promover a participação da comunidade nas atividades escolares?

- Sim
- Às Vezes
- Poderia ser Melhor
- Não

8 – As atividades que são desenvolvidas na escola estão voltadas para uma maior interação com as famílias?

- () Sim
- () Às Vezes
- () Poderia ser Melhor
- () Não

9 – Os professores, bem como os demais membros da Comunidade Escolar, têm participado da vida escolar de vocês?

- () Sim
- () Às Vezes
- () Quase não participam
- () Não

10 – Você percebe um clima de acolhida e de diálogo pelos professores da escola? E percebe com os mesmos sempre estão dispostos a ajudar os alunos?

- () Sim
- () Às Vezes
- () Poderia ser Melhor
- () Não

11 – Em sua opinião, os professores desenvolvem conteúdos atualizados e de acordo com as necessidades de aprendizagem de vocês?

- () Sim
- () Às Vezes
- () Poderia ser Melhor
- () Não

12 – O que você considera que a escola possa fazer para melhorar o envolvimento dos pais e familiares na vida escolar?



QUESTIONÁRIOS PARA OS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA EBA

Universidade Federal de Juiz de Fora
Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
Mestrado Profissional

Ericson Araújo da Costa
Questionário de Avaliação Para os Professores do Ensino Fundamental da Escola EBA

O questionário que apresentamos é parte integrante de uma pesquisa que realizo para a dissertação de mestrado a ser defendida no Programa de Pós Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública - CAEd/UFJF, e tem como título: **A GESTÃO ESCOLAR E A RESPONSABILIZAÇÃO: O PAPEL DA PARTICIPAÇÃO FAMILIAR PARA MELHORIA DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS EM UMA ESCOLA DO ESTADO DO ACRE.** Ficarei muito grato na sua participação, pois para mim ela é indispensável para o prosseguimento deste trabalho científico que ajudará a comunidade na qual você faz parte.

Posso saber sua Idade?

- () De 20 a 25 anos () 26 a 35 () 36 a 45
() 46 a 55 () 65 a 70 () 75 a 80

Qual sua Formação?

- () Sem Graduação
() Possui graduação
() sim () não

Se sim em que área? _____
() pós-graduação?

Se sim, indique: Especialização () Mestrado () Doutorado ()

SEXO: () feminino () masculino

1 – Qual a disciplina que você trabalha na escola? _____

2 – Há quanto tempo trabalha na escola?

- até 1 ano
- mais de 2 anos
- 3 à 5 anos
- 5 à 10 anos
- 10 anos ou mais

3 – Você participa com frequência das reuniões de pais?

- Sim
- Às vezes
- Somente quando é convocado
- Não. Por quê? _____

4 – Como é o clima de trabalho dentro da escola?

- Ótimo
- Muito bom
- Bom
- Ruim
- Péssimo

5 – Qual é a sua relação com os alunos dentro e fora do ambiente escolar?

- Ótimo
- Muito bom
- Bom
- Ruim
- Péssimo

6 – Qual é a relação entre você e os pais de seus alunos?

- Ótimo
- Muito bom
- Bom
- Ruim
- Péssimo

7 – Você acha que os pais participam da vida escolar de seus filhos na escola?

- Sim
- Às vezes
- Não. Por quê?

8 – A escola tem desenvolvido ações para um maior envolvimento dos pais com as atividades escolares dos filhos?

- () Sim
- () Às vezes
- () Não. Por que você considera essa alternativa?

9 – Se a escola desenvolve tais ações, indique a(s) que você considera estratégica(s).

10 – Como você avalia os efeitos de um maior envolvimento dos pais nas atividades escolares dos filhos?

- () Ótimo
- () Muito bom
- () Bom
- () Ruim
- () Péssimo

11 – A escola promove formações ou projetos com os professores com o intuito de melhorar o relacionamento da escola e a comunidade de seu entorno?

- () Sim
- () Às Vezes
- () Não

12 – Nos últimos anos houve alguma mudança quanto ao envolvimento das famílias na vida escolar de seus filhos?

- () Sim
- () Mudou muito pouco
- () Mudou, mas deve ocorrer uma mudança ainda maior
- () Não

Se houve algum tipo de mudança, diga qual: _____

Se não houve nenhum tipo de mudança, em sua opinião, qual seria o motivo?

15 – O que você acha que a escola pode fazer para melhorar o envolvimento dos pais na instituição e na vida escolar de seus filhos?



QUESTIONÁRIO PARA OS COORDENADORES

Universidade Federal de Juiz de Fora
Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
Mestrado Profissional

Ericson Araújo da Costa

Questionário de Avaliação Para os Coordenadores da Escola

O questionário que apresentamos é parte integrante de uma pesquisa que realizei para a dissertação de mestrado a ser defendida no Programa de Pós Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública - CAEd/UFJF, e tem como título: **A GESTÃO ESCOLAR E A RESPONSABILIZAÇÃO: O PAPEL DA PARTICIPAÇÃO FAMILIAR PARA MELHORIA DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS EM UMA ESCOLA DO ESTADO DO ACRE.** Ficarei muito grato na sua participação, pois para mim ela é indispensável para o prosseguimento deste trabalho científico que ajudará a comunidade na qual você faz parte.

Idade: _____

SEXO: () feminino () masculino

Formação acadêmica:

Graduado em: _____

Possui pós-graduação?

() sim () não

Se sim, indique: Especialização () Mestrado () Doutorado ()

Em que área? _____

Há quanto tempo trabalha na escola?

() até 1 ano

() mais de 2 anos

() 3 a 5 anos

() 5 a 10 anos

() 10 anos ou mais

1 – Quais as modalidades de ensino que a escola oferece?

2 – Que função você exerce na escola?

3 – Há quanto tempo você está à frente da Coordenação que exerce?

4 – Nos últimos anos houve alguma mudança quanto ao envolvimento das famílias na vida escolar de seus filhos?

() Sim

() Mudou muito pouco

() Mudou, mas deve ocorrer uma mudança ainda maior

() Não

Se houve algum tipo de mudança, diga qual: _____

Se não houve nenhum tipo de mudança, em sua opinião, qual seria o motivo?

7 – Como se dão as relações da escola com a comunidade?

8 – Em sua opinião como você avalia os efeitos de um maior envolvimento das famílias no processo de aprendizagem dos alunos? Por quê?

9 – A escola desenvolve ações para um maior envolvimento dos pais com as atividades escolares dos filhos?

() Sim

() Às vezes

() Não

10 – Se a escola desenvolve tais ações, indique a(s) que você considera estratégica(s).

11 – Os profissionais dessa escola receberam alguma formação sobre a importância familiar para a aprendizagem dos estudantes?

() Sim

() Não

Se sim, como se realizaram?

12 – Quais atividades que a escola realiza para envolver a comunidade nas ações escolares do dia a dia?

13 – O que você acha que a escola pode fazer para melhorar o envolvimento dos pais na instituição e na vida escolar de seus filhos?